

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**FATORES POLÍTICOS CONDICIONANTES DA
CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS: O CASO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCO-
LA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU
DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA.**

CLEMENTINO LEITE NETO

Rio de Janeiro, 1993

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FATORES POLÍTICOS CONDICIONANTES DA
CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS: O CASO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR

CLEMENTINO LEITE NETO

199306 790

T/EBAP L533f



1000058699

APROVADA EM: 10.05.1993

PELA COMISSÃO EXAMINADORA

Paulo Reis Vieira

PROF. PAULO REIS VIEIRA - DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA - PhD

Paulo Roberto de Mendonça Motta

PROF. PAULO ROBERTO DE MENDONÇA MOTTA - DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA - PhD

Valéria de Souza

PROFA. VALÉRIA DE SOUZA - MESTRA EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

RESUMO

O estudo em pauta versa sobre os Fatores Políticos Condicionantes da Criação e Desenvolvimento de Universidades Brasileiras: O Caso da Fundação Universidade Federal de Rondônia, estabelecendo o confronto entre o discurso e a prática desenvolvida na criação da Instituição, bem como no seu processo de desenvolvimento.

Para tanto, foi realizado um levantamento exaustivo dos documentos relacionados com a Universidade Federal de Rondônia, especificamente os discursos e pronunciamentos de políticos e de dirigentes da Instituição.

Finalmente, os resultados mostraram que o discurso se apresenta como determinante do poder, demonstrando-se com uma proposta de Transformação Social nos seus aspectos genéricos como a concepção de Universidade; e de Ajustamento Social nos seus aspectos concretos, factuais, como a visão da sociedade, sendo suas práticas modeladas predominantemente dentro de uma perspectiva de Ajustamento Social.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify the significant political elements to the Establishment and Development of the Brazilian Universities: the situation of the Fundação Universidade Federal de Rondônia, clarifying the process facing up speech and practice carried out in the establishment of the Institution, as well as in its development process.

To that purpose, it was delinested an intensive search for documents concerning the Universidade Federal de Rondônia, particularly speeches and pronouncements maden by politicians and the most important members of the Institution Administrative body.

In the end, the results brought out the idea that speech is the key factor in the modelling power process, revealling itself as a social transformation proposal in its main aspects, as the conception of University; and the social adjustment in its real aspects, as the idea of society, being its practices determined basically in a social conformation perspective.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Rivaldo Fernandes Leite e Daura Costa de Souza Leite, que me deram a vida.

"In memoriam" da minha tia Esther Fernandes Leite Leal, pelo estímulo proporcionado no início da minha vida acadêmica.

Às minhas primeiras professoras: Cacilda dos Santos "In memoriam", Maria Nazaré Frutuoso Leal, Ana Falcão de Farias, Maria Guimarães de Brito e Ana de Aquino Mendonça, que me ensinaram a ler e escrever, tornando possível a construção da presente obra.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que, direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho, os meus agradecimentos.

AGRADEÇO EM ESPECIAL

Ao Professor Dr. PAULO REIS VIEIRA, cuja orientação serviu de estímulo para a concretização desta pesquisa.

Ao Professor Dr. PAULO ROBERTO DE MENDONÇA MOTTA e Professora VALÉRIA DE SOUZA pela participação na banca de avaliação.

À Professora NICE IPIRANGA BENEVIDES pelo apoio e incentivo constantes.

Ao Professor MARCOS MONTEIRO PORTO pela ajuda na coleta dos dados e pelo estímulo proporcionado.

Ao Professor SINEDEI MOURA PEREIRA e a sua companheira VÂNIA LIMA GONDIM, pelo material fornecido para parte desta pesquisa.

A minha ex-aluna MARIA DE FÁTIMA DO ROSÁRIO MAGALHÃES, pelo estímulo que sempre me dispensou.

Ao Advogado SEVERINO TARCISIO CHAVES, que me deu oportunidade para ingressar no magistério.

Ao Professor LUCIANO ZAJDSZNAJDER, com quem tanto aprendi.

Ao Dr. FLÁVIO FERNANDES SÁTYRO, pela força proporcionada em um momento de grandes dificuldades da minha vida.

Ao amigo ILVO AUGUSTO DOS SANTOS PASSOS, que me ouviu com paciência num período crítico da minha vida, onde eu teria que tomar decisões em relação ao meu retorno para o Norte do Brasil.

À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, pela oportunidade concedida.

À CAPES/PICD, pelo financiamento que tornou possível a realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: ELEMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A CRIAÇÃO E DE- SENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA....	17
1. Gênese da Universidade Brasileira	17
2. Estado: Produto Histórico de Forças Sociais	35
3. A Universidade Brasileira como campo de construção da Ideologia do Estado	44
CAPÍTULO II: O PANORAMA CONJUNTURAL NO MOMENTO DA CRIA- ÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS E POLÍTI- CAS DO ESTADO.....	51
1. O Processo de Ocupação	51
2. A Questão Demográfica	55
3. Base Produtiva	60
4. Situação Fundiária	62
5. Pauta Produtiva	64
6. O Processo de Industrialização	65
7. Comércio e Prestação de Serviços	67
8. Infra-Estrutura Econômica	68
9. Qualidade de Vida da População	70
10. Perspectivas de Desenvolvimento do Estado	72
11. A Questão Educacional	75

CAPÍTULO III: OS FATORES POLÍTICOS E SUAS INFLUÊNCIAS	
NA CRIAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DA UNI-	
VERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA.....	104
1. Crise de Identidade	104
2. Tentativas de Desenvolvimento Participativo	112
3. Relação de Poder	122
4. Discurso Político da Interiorização	131
5. Fragilidade Institucional	140
BIBLIOGRAFIA	150
ANEXOS	155

RELAÇÃO DE QUADROS - (ANEXOS)

- Quadro 02: Indicadores Demográficos e de Funcionalidade da Rede Urbana - Rondônia 1980.
- Quadro 03: Situação Fundiária no Estado de Rondônia - Posição em março de 1983 - destinação das áreas.
- Quadro 04: Número de imóveis rurais cadastrado no INCRA, segundo classe de tamanho - Posição em março de 1983.
- Quadro 05: Projetos de Colonização - Rondônia, situação em março de 1983.
- Quadro 06: Área Cultivada e produção das principais lavouras do Estado - 1971/1980.
- Quadro 07: Efetivo do rebanho e área colhida dos principais produtos agrícolas do Estado.
- Quadro 08: Número de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado no Estado - situação em março de 1983.
- Quadro 09: Número e distribuição percentual dos estabelecimentos de comércio atacadista e varejista, empresas de prestação de serviços e bancos, segundo os municípios de Rondônia - 1983.
- Quadro 10: Rede rodoviária do Estado de Rondônia (Extensão em Km).
- Quadro 11: Consumo de energia elétrica no Estado de Rondônia - 1982.
- Quadro 12: Terminais telefônicos e de telex instalados no Estado de Rondônia - 1982.

- Quadro 13: Indicadores de qualidade de vida da população do Estado de Rondônia - 1980.
- Quadro 14: Investimentos programados por projetos do Polonoroeste até 1985 em Rondônia.
- Quadro 15: Problemas da colonização, Industrialização e Urbanização no Estado de Rondônia.
- Quadro 16: Problemas da colonização, Industrialização e Urbanização no Estado de Rondônia.
- Quadro 17: Avaliação das alternativas para continuidade dos produtos de colonização no Estado de Rondônia.
- Quadro 18: Anos de escolaridade das pessoas de 5 anos e mais - Região Norte do Brasil.
- Quadro 19: Atendimento ao ensino pré-escolar segundo rede de ensino - Rondônia, 1983.
- Quadro 20: Taxa de atendimento na faixa etária de 4 a 6 anos no ensino pré-escolar, segundo rede de ensino - Rondônia, 1983.
- Quadro 21: Número de alunos matriculados no pré-escolar da rede municipal em março de 1983.
- Quadro 22: Matrícula no ensino oficial urbano e rural de 1º grau em abril/1983.
- quadro 23: Matrícula no ensino de 1º grau oficial urbano, segunda série escolar - Rondônia, 1983.
- Quadro 24: Evolução da matrícula no ensino oficial da escola de 1º grau - 1ª série, Rondônia, 1974-1983.

- Quadro 25: Evolução da matrícula no ensino oficial da escola de 1º grau (5ª a 8ª série), Rondônia, 1974-1983.
- Quadro 26: Demanda potencial para o ensino de 1º grau - população atendida e taxa de atendimento - Rondônia, 1980/1983.
- Quadro 27: Demanda potencial, população atendida na faixa etária de 7 a 14 anos de atendimento no ensino de 1º grau - segundo a dependência administrativa - Rondônia, 1983.
- Quadro 28: Número de alunos matriculados no ensino oficial urbano de 1º grau, por série em 30 de abril de 1983.
- Quadro 29: Número de alunos matriculados no ensino municipal rural de 1º grau em abril/1983.
- Quadro 30: Matrícula no ensino oficial urbano de 1º grau, por faixa etária - Rondônia/1983.
- Quadro 31: Índice de evasão e repetência no ensino municipal urbano na 1ª série do 1º grau - Rondônia/1982.
- Quadro 32: Índice de evasão e repetência no ensino municipal urbano na 5ª série do 1º grau - Rondônia, 1983.
- Quadro 33: Índice de evasão e repetência no ensino rural (1º grau na 1ª etapa) - Rondônia/1983.
- Quadro 34: Índice de evasão e repetência no ensino rural - (1º grau na 3ª série) - Rondônia/1983.

- Quadro 35: Alunos matriculados no ensino oficial de 2º grau, segundo distribuição especial - Rondônia/1983.
- Quadro 36: Taxa de atendimento à população na faixa etária entre 15 a 19 anos, no ensino de 2º grau, segundo rede de ensino - Rondônia/1983.
- Quadro 37: Matrícula no ensino oficial de 2º grau, turmas, número de turmas, número de turmas e séries - Rondônia/1983.
- Quadro 38: Índice de evasão e repetência no ensino municipal urbano de 2ª a 3ª série - Rondônia/1983.
- Quadro 39: Habilitação de docentes no ensino oficial urbano de 1º grau - Rondônia/1983.
- Quadro 40: Nível de escolaridade do corpo docente em exercício no início do ano no ensino urbano de 1º grau - Rondônia/1983.
- Quadro 41: Nível de escolaridade de professores em exercício no início do ano na escola oficial rural de 1º grau - Rondônia/1983.
- Quadro 42: Habilitação do corpo docente no ensino oficial urbano de 2º grau - Rondônia/1983.
- Quadro 43: Nível de escolaridade de professores em exercício no ensino oficial urbano de 2º grau - Rondônia/1983.

INTRODUÇÃO

Quando o autor se propos a esta pesquisa, teve em vista a carência bibliográfica sobre a Fundação Universidade Federal de Rondônia e mais especificamente a busca do entendimento sobre os fatores políticos que condicionaram sua gênese, bem como suas influências no desenvolvimento da Instituição, dada a ênfase que vem sendo dispensada à criação de universidades como entidades produtoras do conhecimento, onde sua principal atividade é a busca constante do novo.

Optou-se pelo tema Fatores Políticos Condicionantes da Criação e Desenvolvimento de Universidades Brasileiras: O caso da Universidade Federal de Rondônia, por considerá-lo relevante à realização do estudo, após constatar-se a inexistência de pesquisas, relatos e análises de práticas, bem como estudos teóricos sobre o mesmo.

É intenção do autor realizar uma pesquisa científica que possa chamar a atenção da Sociedade, para aspectos da instituição, os quais julga de grande importância no que tange aos objetivos, propostas, metodologias, bem assim à coerência entre o discurso proposto e a prática desenvolvida.

Situado no campo das pesquisas em ciências sociais, este trabalho tem como objetivo geral contribuir para a análise e constatação da problemática, relacionada com uma

proposta metodológica de caráter participante no campo da produção do conhecimento social.

Como objetivo específico, estudará os critérios orientadores adotados na criação da UNIR, explorando a questão do poder e os fatores políticos que influenciaram a formação da cultura e o conjunto de práticas que traduzem as relações na dinâmica organizacional da UNIR concentrando-se em preocupações distintas, porém complementares:

- num primeiro momento, tentar-se-á caracterizar os elementos históricos que deram tom à criação e ao desenvolvimento da universidade brasileira fazendo um esforço para entender o papel do Estado nesse processo, chegando-se a perceber a utilização da universidade como campo de construção da ideologia do Estado;
- no capítulo II, realizou-se uma exaustiva pesquisa, objetivando o conhecimento profundo da realidade do Estado de Rondônia num período que antecede e sucede a criação da universidade. O capítulo em questão propicia elementos que daria base para a criação da UNIR em moldes bem diferentes do que aconteceu e vem acontecendo;
- a discussão desenvolvida na terceira parte do presente trabalho tem a preocupação de analisar os fatores políticos e suas influências na criação e no desenvolvimento da UNIR, deixando clara a vulnerabilidade

da instituição às determinantes do Estado e dos grupos de influência presentes na sociedade, observando-se a crise permanente da universidade brasileira e a fragilidade institucional da UNIR, o que se atribui às formas que conduziam sua gênese.

O estudo a que o pesquisador se propôs desenvolver enfoca a seguinte problemática: o desafio que representa para os estudiosos que visam como proposta o entendimento da dinâmica social, textualizada pelas instâncias econômica e política da sociedade, que constitui por si só um problema complexo. Tais questionamentos a que o autor se refere, permearam este estudo a medida em que as exigências de compreensão se fizeram necessárias no decorrer da pesquisa e da análise dos dados.

CAPÍTULO I: ELEMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

1. GÊNESE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

O Brasil possui, atualmente, um conjunto de universidades caracterizadas por um perfil mais ou menos homogêneo. A configuração atual da universidade brasileira é resultante de sua própria realidade histórica, a qual podemos atribuir às formas que condicionaram sua gênese.

Na verdade o Brasil chegou ao ano de sua independência sem possuir nenhuma universidade, ao contrário do que aconteceu em outros países latino americanos, que, no seu período colonial, tinham graduado certa quantidade de pessoas, enquanto no mesmo período, apenas poucos brasileiros haviam sido diplomados em Coimbra.

Essa realidade, conseqüentemente, impediu o desenvolvimento educacional de nível superior no Brasil, ficando defasado em relação à sua independência política.

Um dos fatores marcantes e que de certa forma particulariza a história da universidade brasileira, é o fato de ter sido o Brasil uma das últimas nações da América latina a possuir instituições universitárias. "Um argumento freqüentemente repetido é de que Portugal bloqueava o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, de modo a manter

a colônia incapaz de cultivar as ciências, as letras e as artes".¹

No Brasil, foi grande a resistência no que se refere à criação da universidade, fato não observado nos demais países da América Latina, como por exemplo o Peru, que sua primeira universidade data do século XVI.

A primeira universidade brasileira foi criada *"às carreiras, por decreto, e ficou no papel, para que fosse possível conceder-se ao Rei Alberto I, da Bélgica, em visita ao Brasil, o título de Doutor Honoris Causa"*.²

Diante destes elementos levantados, percebe-se que, no Brasil, não houve clima para se imprimir nas universidades, um comprometimento com os problemas concretos da nação. *"Há vários defeitos continuando a prendê-la a um estado de inferioridade que a torna incapaz de preencher a finalidade a que se destina"*.³

Mais preocupada em usufruir da criatividade científica de outros povos, a universidade brasileira, pouco se dedicou a construir um saber vinculado à interpretação da experiência nacional e à análise da sua cultura. Para que isso acontecesse, a orientação deveria ser *"não para um*

1 Cunha, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã*. 2ª Edição. Livraria Editora Francisco Alves S.A., Rio de Janeiro, 1986.

2 Coutinho, Afrânio. *Universidade Instituição Crítica*. Ed. Civilização Brasileira S.A., 1977, p. 32.

3 Coutinho, Afrânio. *Op. cit.*, p. 32.

desenvolvimento reflexo como o que resultaria de projetos alheios, mas no sentido de um desenvolvimento baseado na formulação de projetos específicos, correspondentes às nossas aspirações de auto-superação e de progresso autônomo".⁴

Grande parte de estudos, teses e ensaios que se produzem nas universidades brasileiras, limitam-se às ilustrações, com exemplos tirados do ambiente, das teses e teorias elaboradas por cientistas de fora. Bem pouca preocupação existe em observar, inferir e teorizar a partir da própria realidade.

A política de educação superior no país tem seu objetivo de estudos e pesquisas sob os mais diversos ângulos: filosófico, histórico, econômico e administrativo. Dentre as contribuições apresentadas, avulta a que recusa considerar a existência de uma política explícita e intencional, para admitir apenas o que denomina de alterações. Essas alterações, improvisadas e demagógicas, resultam na tentativa de manter o caráter ultraelitista do ensino superior brasileiro.

É indiscutível, pois, que existe crise do ensino superior no Brasil, cujo dimensionamento ainda se está a fazer mas que resulta, sempre, no questionamento do papel da universidade na sociedade brasileira. E assim, "a universalização da crise torna difícil delimitar o

4 Ribeiro, Dar. *A Universidade Necessária*. Ed. Paz e Terra, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 1978, p. 39.

questionamento a respeito dos fatores que determinam essa crise".⁵

A forma de criação da universidade brasileira foi espelhada em parâmetros do código napoleônico, sem sofrer uma análise para adequar-se à sociedade brasileira.

Na sua obra "A Universidade Temporã", Antonio Cunha mostra a contribuição napoleônica na criação da Universidade de França:

"A revolução francesa durante um curto período realizou a esperança de Comte, de conciliar a ditadura de governo com a liberdade de pensamento. Entretanto, Napoleão Bonaparte, ao restaurar o império, assinou uma concordata com o papa e criou a Universidade de França, destinada ao controle do ensino. A partir desse movimento, a universidade tornou-se reacionária, composta de sábios que, mantidos pelos governos, uniam-se a eles para a exploração das massas".⁶

A reflexão sobre a universidade brasileira, tanto a dinâmica interna do ensino superior como a sua relação com a estrutura de poder na sociedade, mostram que os fins

5 Crippa, Adolfo. *A Universidade*. Ed. convívio, São Paulo, 1980, p. 99.

6 Cunha, Luiz Antonio. *Op. cit.*, p. 13.

perseguidos e os rendimentos psicossociais e socioculturais, não justificam a existência da Universidade, estando em questão a qualidade do rendimento e de sua utilidade, ou seja, a competência da universidade.

Não tem havido esforço em prol de facilitar e estimular o desenvolvimento e aprimoramento das pessoas; de melhorar a qualidade de suas vidas e suas relações consigo mesmas, com os outros, e com o mundo físico onde vivem. Não têm sido promovidas situações onde a criatividade, espírito crítico, auto-conhecimento e outros aspectos como esses possam ser estimulados. A insistência tem sido sempre em repassar volume de conhecimentos que, a cada dia, se torna maior, como se fosse uma "receita de bolo", ao invés de desenvolver a capacidade de entendimento e análise desses conhecimentos.

A universidade brasileira não tem buscado a competência, tanto a sua própria como instituição educacional, como a de sua comunidade de referência; não tem facilitado e muito menos estimulado a formação do cidadão, onde deveria ser propiciado o exercício da cidadania responsável. Inexiste o esforço no sentido de coordenar o processo de conscientização política e social do povo brasileiro.

As condicionantes que dão este tom à universidade brasileira, tem suas raízes na estrutura de ensino implantada pelos jesuítas que fundamentaram o ensino numa visão dogmática de fé e na sustentação da coroa portuguesa

desenvolvendo uma educação que proporcionasse a manutenção da ordem vigente estabelecida pelo Governo e a Igreja naquela conjuntura.

Entre 1549 e 1759, os jesuítas comandaram as atividades de ensino no Brasil e suas atuações atingiram desde o ensinamento de processos agrícolas à preparação de elites para ingresso no ensino superior na Europa. Portanto, *"a burocracia desse aparelho ideológico era constituída pelo clero secular e pelos religiosos de diversas ordens, destacando-se, dentre estas, pelo seu número, organização e relevância, a companhia de Jesus".*⁷

Com a reforma pombalina, deu-se a expulsão dos jesuítas, porém a filosofia e estrutura continuaram as mesmas. Os trabalhos dos jesuítas foram substituídos pelos trabalhos dos franciscanos, beneditinos, carmelitas, com uma diferença: não existia nenhum esforço concentrado no ensino médio e superior. As aspirações dessas ordens não se convergiam com as aspirações dos jesuítas. Mesmo assim, *"a doutrina da igreja católica estava presente nas ideologias dominantes, profunda, explícita e generalizadamente, inserida na organização do aparelho repressivo do Estado, nas corporações de ofício, nas normas sociais que regiam as práticas da vida econômica, política, familiar, pedagógica e até mesmo da vida propriamente religiosa".*⁸

⁷ Cunha, Luiz Antonio. Op. cit., p. 23.

⁸ Cunha, Luiz Antonio. Op. cit., p. 24.

Como percebe-se, a coroa portuguesa tinha a intenção de tornar vitalícia a sua dominação colonial sobre o Brasil, evitando o desenvolvimento de uma cultura própria que possibilitasse a libertação política, econômica e social. As formas de dominação eram exercidas através do sistema educacional colonialista, através de ordens religiosas ou de outras instâncias que alimentavam os interesses da coroa portuguesa. A dominação era mantida através do poder do saber, colocando o discurso a serviço da manipulação da sociedade colonial. A associação entre saber e poder é algo muito conhecido nas relações sociais de um povo. A detenção do poder é uma força que impõe o saber que interessa à manutenção da ordem vigente. É através do discurso do dominador que é conseguida a hegemonia e o estabelecimento de uma ordem social para sustentação dos seus interesses.

Percebe-se que a criação do ensino superior no Brasil ocorre na década anterior à independência. No momento da Proclamação da república, possuía o Brasil cinco faculdades, sendo duas de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro), duas de Direito (São Paulo e Recife) e uma politécnica também no Rio de Janeiro. Pode-se ressaltar que a criação dessas Escolas de Ensino Superior Profissional, aconteceu para atender objetivos da Corte e das Elites. É suficiente observar a localização das faculdades para entender o espírito ultraelitista que permeou suas criações. Bahia (o império do cacau), Recife (a aristocracia da cana-de-açúcar), Rio de Janeiro e São Paulo

(região onde se deu a gênese do processo de industrialização e que concentrou a maior parte da riqueza do país nesse momento).

Entende-se, que a associação do poder e saber se demonstram nitidamente pelas variáveis que encontram-se presentes na gênese do ensino superior no Brasil.

Caminhando na história, com a criação do ensino superior no Brasil, essa instituição social, passou da subordinação do poder religioso ao controle e à sujeição do Estado e dos grupos econômicos, políticos e ideológicos. Sua identificação com a realidade circundante, determinaram-lhe a atividade funcional desenvolvida, ora à sombra da igreja, ora à sombra do Estado ou de grupos dominantes da sociedade. Isso disvirtuou-a de suas finalidades, atrelando-a a objetivos de certas políticas educacionais. Desviou-a de seu espaço cultural pluralista e universal, tolhendo sua forma organizacional, atrofiando sua autonomia, que refletia na burocracia de suas estruturas funcionais básicas, desfigurando a instituição universitária.

A implantação do ensino superior no Brasil se deu sob a ótica do poder político, econômico e religioso, privilegiando os interesses da coroa portuguesa, das elites e do clero. Essa postura estabelecia prerrogativas para a continuidade da dominação que conseqüentemente tinha como propósito a sustentação hegemônica na colônia.

A criação dos cursos profissionais era uma exigência decorrente das necessidades militares, econômicas e sócio-culturais. A formação de mão-de-obra especializada e de nível superior atendia aos objetivos da política governamental, e não às aspirações e anseios de bem-estar social e cultural da população. Além do mais, o modelo napoleônico exigia o esfacelamento do saber pluralista e universal da instituição universitária, dando ênfase ao racionalismo e positivismo. Até então, o ensino superior brasileiro limitou-se a cursos profissionais auto-suficientes do ponto de vista didático. A universidade brasileira de 1920 era uma justaposição de escolas de formação profissional que reunia a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e uma Faculdade Livre de Direito, na tentativa de eliminar distorções do ensino superior que, embora de 3º grau, não se caracterizava como universitário. Com o Decreto nº 19.851/31, o qual determinava que *"o ensino superior far-se-á de preferência em Universidades"*, abriu a possibilidade de criação de novas universidades.

Observa-se que, a estrutura orgânica da Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente, Universidade do Brasil, só foi implementada com a Reforma Francisco Campos. Essa reforma não chegou a abalar a relevância central das faculdades, mas procurou criar condições para expansão da universidade como tal, no sentido de dotá-la de uma maior "universalidade" superando as limitações de 1920.

Convém evidenciar que a legislação de 1920 veio não só efetivar a criação da Universidade do Brasil, mas também inaugurar uma instituição que, embora longamente almejada durante o império, nunca pode ser concretizada a não ser no período republicano.

Diante das características que condicionaram a história da universidade no Brasil, faz sentido evidenciar o forte controle praticado pelo aparelho estatal e também a influência exercida pelos mais diversos grupos presentes na sociedade.

A universidade por natureza, seria uma instituição definida pelas relações do contexto social na qual está inserida, aberta, de forma a congregar os mais diversos modelos culturais e múltiplas visões de realidade. Sendo assim, a grande problemática do governo em relação à universidade, reside na tentativa de conciliar a vontade do Estado dominador com a dinâmica dessa instituição que, pela sua própria condição de congregar diferentes visões de mundo, deixa vulnerável o controle do Estado.

O fato de o Estado representar a instância máxima da estrutura de poder e a universidade a expressão maior na estrutura do saber, ocorre um conflito no que se refere à questão anteriormente discutida, vez que o saber é também uma forma de poder.

"A educação, como prática social, está profundamente comprometida com a realidade do país onde se desenvolver; realiza-se através de instituições subordinadas ao sistema ideológico que legitima a sociedade como um todo.

Partindo do aspecto histórico-social, da formação de nossas primeiras escolas e de nossas primeiras universidades, observamos nessas instituições - desde as primeiras até as atuais - uma dependência estrutural que delimita uma rígida estrutura de classe e dá lugar a uma política cultural, onde o papel que exercem tem sido, em geral, o de reforçar os laços de dependências, através de manutenção das classes dominantes.

A relação fundamental com o Estado ou a estrutura de poder é considerada condição histórica das universidades, naturalmente conflitivas. Neste sentido, entendemos porque em alguns momentos as instituições universitárias podem viver forte tensão entre a necessidade de autonomia e o controle exercido pelo aparelho estatal ou por diferentes grupos ligados à estrutura de poder".⁹

Considerando essa relação entre o Estado e a Universidade na sociedade brasileira, percebe-se que os

⁹ Favero, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade e Poder*. Rio de Janeiro, Edições Acqueabpe Ltda, 1980, p. 22.

objetivos pedagógicos, sociais, políticos e culturais são geralmente direcionados pelo Estado dominador. Nesse aspecto discute-se a questão da autonomia da universidade, que encontra-se em forma de discurso no próprio texto constitucional. A Universidade enquanto aberta ao encontro de idéias, apresenta uma forma dialética na sua própria dinâmica organizacional, o que exige a necessidade da autonomia, não apenas política, mas nos diversos aspectos, como: administrativo, financeiro e didático.

A ausência dessa autonomia faz com que a universidade transmita um conhecimento limitado, ao invés de produzir nos vários domínios do saber, a exploração do novo, acrescentando à ciência sua contribuição de descobertas. A Universidade por excelência deveria ser o espaço de inovação da ciência nas diversas áreas do conhecimento humano. Acontece que com raras exceções, as pesquisas estão direcionadas aos interesses do governo e dos grupos influentes na sociedade, o que pode ser reforçado por Fávero:

"Crer que a universidade prospera numa situação de independência e que o respeito de todos pela 'cidadela do saber', segundo a expressão de J. Conprat, seja favorável ao progresso de uma produção intelectual autônoma é ilusão. Ao contrário, o desenvolvimento universitário nunca foi independente de seu engajamento político. Esteve sempre dependente do poder ou

ao lado das forças a ele ligadas (153, p. 9 - 11). Desse modo, a universidade é uma instituição que se apresenta, em geral, como um instrumento do sistema global, podendo, em alguns momentos, viver em estado de tensão entre a necessidade de autonomia e o controle do Estado. A autonomia universitária, evidentemente, varia em função do regime político e do estágio de desenvolvimento da sociedade na qual a universidade está inserida".¹⁰

Como se constata, os limites da autonomia da universidade brasileira, tem condicionado até mesmo sua forma de produção. A universidade tem insistido na oferta de uma formação profissional simplesmente voltada para o ajuste dos problemas palpáveis da sociedade, negando-se ao seu papel fundamental de fórum de reflexões das mudanças sociais no aspecto da formação profissional. Sua contribuição deverá propiciar condições capazes de desenvolver o pensamento crítico em relação a essa própria formação profissional, o que significa criar o hábito de pensar criticamente, formando uma consciência ampla do ambiente circundante e não apenas de sua profissão.

Essa característica de vinculação da universidade à estrutura de poder, faz com que seus produtos

10 Favero, Maria de Lourdes Albuquerque. Op. cit., p. 27.

sejam utilizados para um ajustamento social, ao invés de acelerar o processo de transformação da sociedade. Não se pode afirmar que na universidade inexistem alguns aspectos de liberdade. A questão é que tais espaços nem sempre são utilizados, talvez pela própria prática de submissão à ordem vigente.

Observa-se na universidade brasileira, uma postura de descomprometimento em relação à sua tarefa precípua que é representar a consciência crítica da sociedade. Essa representação tem acontecido de maneira bastante direcionada, beneficiando o governo e privilegiando os grupos de influência presentes na sociedade, o que caracteriza a existência de um Estado autoritário. No Brasil, as reformas sempre se pautaram na tentativa de um projeto de universidade moderna, através de outorgas governamentais. Não se observa esforço para reconstrução de uma instituição universitária, *"onde se desenvolvam, por exemplo, o estudo e a crítica dos fenômenos gerais da dependência; o diagnóstico do desenvolvimento desigual de nossas regiões; a análise da marginalização política e cultural cada vez maior de grandes contingentes da população, principalmente rural; o lugar onde se possa debater e criticar o saber e discutir a cultura nacional"*.¹¹

A universidade brasileira tem cultivado como função principal a transmissão do saber, ao invés de se estabelecer como uma sede de críticas ao saber. Sua

11 Favero, Maria de Lourdes Alburquerque. Op. cit., p. 28.

desvinculação com a comunidade fragiliza a cada dia a busca de suas finalidades, o que a torna um organismo decorativo dentro da sociedade. Essa realidade gerou a impossibilidade e a inadequação política do fortalecimento da universidade no Brasil. Não há no poder um esforço de valorização do desenvolvimento cultural, e todas as estratégias fortalecem a dependência ao Estado, inexistindo uma demanda econômica para a pesquisa científica e para a qualificação de pessoal.

O ensino superior brasileiro se reveste de detalhismo regulamentador, voltando-se para o estabelecimento de predeterminar locais, calendários, horários e conteúdos, gerando relações rígidas, inércia e dependência ao poder. Outro aspecto que se pode caracterizar na estrutura organizacional da universidade brasileira, é o caráter clientelista dos políticos, que indicam para os cargos de direção da universidade seus cabos eleitorais, impedindo a possibilidade destes cargos serem exercidos por cientistas ou intelectuais do meio universitário. Essa forma tem inibido o desenvolvimento de uma postura crítica da universidade, impossibilitando a estruturação de uma instituição universitária que reflita a dialética da sociedade.

A liberdade de investigação necessita de condições propícias para desenvolver a reflexão crítica e disseminar o conhecimento novo. Sem liberdade a universidade não poderá exercer eficazmente o seu papel e passa a constituir-se num instrumento a serviço do governo e dos grupos

de interesse da sociedade. A universidade, para ser autêntica, teria que estar livre das influências dos sindicatos, partidos políticos ou qualquer organismo desvinculando de sua missão. A finalidade, o alvo e o objetivo da universidade não poderá ser grupos nem indivíduos, terá que ser o homem.

Contudo, não se conseguiu no Brasil ultrapassar esta barreira que limita o avanço da universidade. Neste sentido nota-se que a sociedade brasileira convive com as oligarquias e sua realidade política consiste na perspectiva de dominação por parte do governo e de grupos, o que imprime na sociedade uma expressão de dependência. Esse caráter reflete os interesses da classe dominante e determina os princípios políticos e filosóficos que constituem o perfil e o modelo da universidade brasileira. Percebe-se que a universidade representa para o governo seu fórum de produção de idéias de um sistema político condizente com a situação econômica e social, ajustada aos propósitos da classe dominante. Constitui-se numa espécie de manobra política e caracteriza-se com a estratégia de domínio das elites nacionais.

Quase não existe na universidade brasileira o caráter da liberdade e autonomia. Esse aspecto é reflexo da própria dependência da sociedade ao poder do Estado. Na medida em que o desenvolvimento econômico depende prioritariamente da pesquisa científica e de tecnologia de ponta, a universidade passa a ser o palco exclusivo desses acontecimentos, relegando

a segundo plano sua função de propulsora das transformações sociais.

A universidade brasileira sofre influência do contexto econômico e político do país, ao ponto de direcionar sua finalidade para a efetivação da classe dominante brasileira. Percebe-se então que as propostas de educação orientadas pelo aparelho de Estado, revestem-se de uma aparência de transformação social, porém na sua essência apresenta uma prática de adequação social.

Em matéria de universidade, a política de concentração do poder e de desarticulação da discência foi obtida por meio de algumas disposições legais. A primeira destinou-se à desativação do órgão de representação dos estudantes. As repetidas intervenções no âmbito universitário já retiraram a autonomia jurídica da Universidade e, com a edição da lei de extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE)¹², o governo manifestava o propósito de controlar as atividades políticas dos estudantes e submeter um dos principais focos de contestação ao regime.

Fala-se atualmente no Brasil em universidade democrática e em democratização da universidade. Porém o que fica bastante evidente é que, em nossa estrutura social e em nossa organização econômico-política, a universidade funciona como um mecanismo de produção de competência e, por via de

12 Decreto-lei n° 228, 28 de fevereiro de 1967.

conseqüências de produção de poder e dominação. Isto, como já se colocou anteriormente, são maneiras administrativas que direcionam e normatizam o comportamento da sociedade com o fim de orientá-la para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo governo, quer no âmbito político, social ou econômico.

Com base nessa discussão é que se pode conhecer o Sistema Educacional, mais especificamente a universidade, onde se produz a racionalidade pretendida pelo governo, na tentativa de dar forma, substância e funcionalidade ao projeto de manutenção e dominação. Considerando-se que todos os segmentos da sociedade estejam engajados nas metas e objetivos-fim do governo, a universidade assume papel relevante, pois é ela que exerce uma função política e ideológica na pessoa, conscientizando-a dos valores desses objetivos-fim que passam a fazer parte não só do contexto social, como de sua própria individualidade.

Constata-se no Brasil que a universidade tem dirigido suas atenções para as necessidades do setor industrial, preparando todo um contingente de mão-de-obra que contribui para a formação da força de trabalho, dentro de uma visão cognitiva e de desenvolvimento de habilidades, o que restringe a finalidade da universidade. A educação no Brasil tem sido seletiva, concentrando a maior parte dos seus recursos na simples preparação de mão-de-obra. Sendo tratada como um problema de segurança e desenvolvimento, esses dois aspectos da ideologia do Estado brasileiro orientou todas as reformas do

ensino superior. Sob a invocação da segurança, foram tomadas as medidas coercitivas das atividades estudantis e o controle discreto das escolas. O desenvolvimento, como forma política, ficou esboçado nos planos de desenvolvimento econômico na forma de propostas para adequar simetricamente o sistema de ensino à perspectiva do mercado de trabalho.

Poucos esforços têm sido dispensados na perspectiva de fazer com que a universidade desenvolva práticas condizentes com suas finalidades mais amplas, ou seja, os de formação do homem e da sua própria dinâmica de relações com a natureza e a sociedade. Seria importante, para o atingimento das finalidades da universidade, o entendimento de questões que pudessem nortear as práticas de transformação no cotidiano da sociedade.

2. ESTADO: PRODUTO HISTÓRICO DE FORÇAS SOCIAIS

O Estado é um produto histórico de forças sociais. As forças sociais que organizam e sustentam a unidade política de um Estado devem, necessariamente, organizar também uma concepção ideológico-filosófica que consiga exprimir na representação política do Estado os seus interesses, configurados como interesses gerais de toda a sociedade. A representação ideológica do Estado, coerentemente articulada em um discurso no qual os conflitos e oposições entre classes ou frações de classe estão harmonizados, logicamente é

indispensável para manter a coesão em torno do poder do Estado e para organizar o consentimento ativo da classe dominante e seus segmentos, como também das camadas de apoio à unidade política de um Estado determinado.

Uma formação ideológica não é um produto arbitrário de uma mente privilegiada ou resultado imaginoso de uma fantasia particular, mas a ideologia ou Estado, sistematizada pelo filósofo é um reflexo prático de uma formação social específica na qual os indivíduos, agrupamentos ou classes vêem representados os seus interesses, reconhecem-se nas práticas, organizam as instituições e descrevem a realidade tal qual ela deve ser conhecida.

A formação de uma ideologia, produto de um sistema filosófico, na qual o Estado surge como a síntese dos interesses gerais, pressupõe que os interesses, práticas e instituições, nele organizados, apareçam coerentemente articulados com a realidade tal como ela deve ser conhecida. Sem esta coerência com uma teoria da realidade, seria impossível que a representação do Estado cumprisse uma função política, isto é, concentrasse o consenso em torno do poder do Estado e fizesse com que os indivíduos pudessem reconhecer, como seus, os interesses que se organizam em um Estado político determinado. Pressupõe-se, portanto, que uma representação ideológico-filosófica do Estado contenha uma concepção da realidade adequada a ele.

Harmonizada a representação da realidade com uma forma prático-política, a concepção ideológica do Estado aparece como resultado da razão, transfigurada numa verdade política possível da qual se retira a descrição do Estado que deve ser conhecido, conservado.¹³

Neste itinerário da razão idealista, a transformação da realidade tal como deve ser conhecida e descrita pode atingir uma forma prático-política por meio de uma recondução intelectual ou moral dos indivíduos a uma verdade política possível, ou seja, por um processo pedagógico no qual as atitudes, as práticas e as relações sociais recuperam a sintonia com a ordem racional, tal como ela é conhecida e descrita.

Uma concepção ideológica do Estado pressupõe, portanto, não somente uma representação da realidade adequada a ele mas também uma concepção pedagógica que permita converter, ao menos no plano das idéias, a realidade pensada numa forma prático-política concreta.

13 A máxima hegeliana "o que é racional é real e o que é real é racional" exprime a mais alta elaboração da razão conservadora em que a realidade passa a nascer da razão da qual se retira a descrição de um objeto que deve ser conhecido, mantido na forma como é descrito. A coincidência entre o conceito e a realidade permite a Hegel concluir que o Estado, se não fosse conforme com sua Idéia, se sua realidade não correspondesse ao seu conceito, estaria desagregado: uma parte perdida no pensamento e outra, dispersa nas individualidades particulares. Cf. Lógica, tomo III, p. 253-251; Principles de la philosophie du droit, p. 57-58. Preface.

A formação filosófica do Estado jurídico grego pode ser elucidativa. A coesão política alcançada pelas tribos helênicas com a extinção do regime gentílico, foi garantida por meio de um estatuto de direitos que, prescrevendo a força bruta, mantinha a anuência das tribos às normas de convivência na polis. A "nomos" comum torna-se o fundamento da unidade política e estatui as relações jurídicas que regem tanto as disputas entre as tribos hegemônicas quanto as tribos subalternas, guardadas as diferenças.

Esta "nomos", acatada e aceita como princípio da paz e da estabilidade ateniense, é tematizada pelo ideário da regeneração socrática, pela Leis e República de Platão e pela Política de Aristóteles. A razão é introduzida como guia da verdade e fundamento das leis universais que regem a conduta individual e as relações entre os indivíduos. A organização duradoura da polis depende do estabelecimento de normas legais justas produzidas por um conhecimento que afastou a ilusão dos sentidos e o engano dos mitos e se fundou em um conhecimento racional que superou, igualmente, as inverossemelhanças, os interesses privados e as paixões individuais. Sócrates prega a reconstrução da conduta segundo as leis da razão¹⁴, Platão constrói a República perfeita¹⁵, arquitetada segundo a "nomos" em perfeita sintonia com a razão; nas Leis¹⁶ investiga as formas de conduta legal adequadas ao conhecimento verdadeiro e

14 Cf. Xenofonte. Memoráveis. In: W. Jaeger, Paidéia ou a formação do homem grego, p. 421.

15 Platão. A República. IIa. Parte.

16 Id. Leis. In: Oeuvres complètes, v. II, p. 635-1131, cf. M. Vanhoute, La philosophie politique de Platon dans les Lois.

Aristóteles repassa as leis e a razão¹⁷. Para eles, o Estado ateniense é perfeito e poderá ser eterno reger-se pelas normas legais que se fundam na lógica da razão e permanecer, afastado de todas as formas degenerescentes de vida política, nascidas do arbítrio e da paixão.

Platão traça a representação racional de um Estado jurídico perfeito na República¹⁸. Para organizar uma concepção filosófica da política, coerentemente articulada com a ordem racional, Platão investiga as leis dialéticas do conhecimento, estabelece os fundamentos da ciência das idéias para elaborar uma representação lógica e harmoniosa da sociedade onde as normas legais de conduta comum apóiam-se nas leis universais e eternas da razão humana, ou seja, a lógica das relações políticas entre os indivíduos, no Estado jurídico, ajustam-se perfeitamente à lógica das leis dialéticas. A política deriva da filosofia e só um conhecimento filosófico pode garantir a estabilidade legal da polis platônica. Para garantir que a convivência política se mantenha ajustada à harmonia racional das leis da dialética, é necessário um programa educativo da razão e da conduta humana para que a primeira não se perca no mundo sensível e nas ilusões do saber mas atinja a ciência das idéias e a segunda, não se desagregue nas paixões e nas ilusões dos sentidos, mas se conduza pelas normas da razão. Este programa educativo torna-se decisivo

17 Aristóteles. La politique.

18 Sobre a dominância da política sobre a dialética em Platão, veja as posições discordantes em W. Jaeger, Paidéia, e posições divergentes em E. Cassirer, O mito do Estado, p. 77-78.

quando se trata de organizar o poder do Estado jurídico: o legislador-príncipe deve ter aprendido a ciência da razão para agir com retidão e conservar, por leis justas e sábias, a harmonia política da polis. Sem um programa educador do príncipe, fica aberto o caminho da degenerescência política, que pode conduzir à tirania, à plutocracia e a todas as formas de arbítrio e paixões políticas. A perpetuidade da polis depende do conhecimento verdadeiro, mas o caminho que leva à realização segura da ordem política é a educação, ao menos, a educação de quem deve conhecer o fundamento do poder e deve organizar o consentimento comum da polis em torno de seu poder: o legislador-Rei.¹⁹

Deduzida a perfeição jurídica das leis da polis da coerência racional com as leis da dialética, a aristocracia ateniense obtinha a representação filosófica mais acabada de seu poder: um estatuto jurídico capaz de conciliar as tribos e estabelecer o domínio legal sobre os escravos; uma representação ideológica de seu poder, apta para organizar o consentimento ativo da classe dominante e justificar a organização escravocrata da polis ateniense. A perpetuidade desta elite aristocrática depende do conhecimento verdadeiro e universal de seu poder que poderá desagregar-se, se ela conduzir-se pelo arbítrio e pelas paixões mas, poderá, de outro lado, perpetuar-se, se o poder do Estado for organizado, obedecendo os ditames da razão. O programa que garante a perpetuidade do poder é a educação da razão e da conduta dos

19 Platão. República, L. IV-VI.

cidadãos dominantes para que todos conheçam e ajam segundo os princípios que garantem a estabilidade do seu poder.

As antigas teorias jusnaturalistas do Estado também podem ilustrar como a representação ideológico-filosófica do Estado é o reflexo prático de uma formação das condições sociais e pressupõe a elaboração de uma concepção da realidade que seja adequada à forma política da sociedade; podem ainda mostrar como a realidade, tal como é concebida, poderia ser transformada numa forma prático-política através de um programa de educação dos indivíduos cidadãos.

Os sofistas, que foram os primeiros a se insurgirem contra o Estado jurídico ateniense opunham, à ordem legal, a existência de uma lei natural, independente e acima do poder legal dos governantes. Na crítica ao domínio jurídico-político da aristocracia, os sofistas afirmavam a igualdade natural de todos os homens, concidadãos por natureza, transformados em bárbaros e escravos, pela lei de polis. Esta natureza primitiva que irmana todos os seres na "civitas maxima", precede a legalidade jurídica ou a deliberação humana e se radica na eternidade da própria natureza. Os sofistas dedicaram-se a mostrar a irracionalidade da polis grega, a ilegalidade das leis criadas para proteger o poder das classes governantes e a transformação do estado natural dos homens num estado jurídico, desigual e contra a natureza original dos seres humanos. Contrapunham, em síntese, uma cidadania cosmonatural à cidadania político-legal. O estoicismo romano

recuperou a divisão entre a cidadania natural e a cidadania política para contestar o domínio do patriciado romano decadente. Os estóicos se opunham à ordem legal da sociedade romana, moralmente degradada e politicamente exploradora. A única lei a que está sujeita o ser humano e da qual dependem todas as outras leis positivas, já se acha eternamente inscrita na natureza original do homem. Desta lei máxima, natural e eterna, gravada em todo homem, depende a ordem legal positiva; somente esta lei pode nortear o homem a agir e a realizar sua condição humana. Nenhum outro magistério pode ensinar o caminho da realização da natureza humana; só a ela deve-se obedecer e só por ela o homem pode formar-se para atingir o seu fim natural. A concepção estóico-cristão passa a opor o princípio ético da comunidade humana ao domínio jurídico-político do patriciado. Santo Agostinho distingue, como os sofistas, o estado jurídico, fruto do pecado original e a cidadania eterna e humana que transcende a legalidade política e se sobrepõe a toda a ordem legal da cidade dos homens.²⁰ Esta concepção ideológica-filosófica pressupõe a reconstrução do conhecimento para que o homem somente adira, não à ordem racional, mas à ordem da natureza, revelada, agora pela mensagem cristã. O conhecimento não provém, para Santo Agostinho, das leis lógicas da dialética nem das leis imperfeitas da ordem jurídico-política, elas são resultados da condição imperfeita do homem depois da queda original; o conhecimento provém unicamente da iluminação transcendente e inata de todo homem, para que ele conheça o seu fim e oriente-se, livremente, para ele; nenhum

20 S. Agustinus. De civitate Dei, p. II.

magistério nem sabedoria humanas podem esclarecer o homem na realização de sua existência, só o Logos divino do qual procede a luz original que se reflete em todas as leis da sociedade e do conhecimento. O caminho que permite ao homem realizar-se sem nenhuma injunção humana, nem submissão a qualquer poder político, está na auto-educação de cada indivíduo para que, orientado pela iluminação divina, conheça a sua condição humana e saiba querer o que conhece.²¹ Toda a história do passado e a evolução humana tornam-se fruto da iluminação, para que o homem se torne conhecedor de si e saiba o que quer de si próprio e da sociedade humana.

O jusnaturalismo assinala a decomposição ideológica do poder do patriciado romano e recompõe tanto o conhecimento do poder do Estado como a concepção pedagógica que permite transformar a realidade descrita numa forma práctico-política concreta.²²

Com o declínio do patriciado e a influência dos bárbaros, enriquecidos com o comércio e o espólio da guerra, a idéia de "civitas maxima" e de igualdade natural servirão, principalmente na organização latina, para fundamentar uma unidade ético-política entre inúmeros proprietários territoriais isolados. As lutas pela posse física das propriedades territoriais e a unidade ético-política dos

21 Id. De magistro.

22 O agostinismo político e sua importância como ideologia teológico-política na Idade Média, veja F.J. Fernandes, El agustinismo político y su importancia en la evolución histórica del medievo, Burgense, 1972, 13, nº 2, p. 457 e ss.

proprietários se traduzem na concepção do direito natural e divino dos príncipes. No plano ideológico-político, o jusnaturalismo antigo representa a história de direito à posse do solo físico como uma luta entre uma diarquia internacional representada, de um lado, pelo poder espiritual, o sacerdócio e a Igreja e, de outro, pelo poder temporal, a realeza e o Estado. Os fins de uma educação se representam também direcionados para as micro-unidades do poder ideológico-político feudal: a educação para o claustro ou para o castelo.

A representação da sociedade organizada, no Estado jurídico grego ou na concepção jusnaturalista antiga e, posteriormente, na teológico-política agustiniana traduzem, no plano ideológico, tipo de unidade estabelecida numa organização social escravocrata e depois feudal. O Estado, tal como é concebido, exprime esta unidade e mostra como os grupos no poder se unificam ideologicamente e se impõem politicamente ao conjunto da sociedade. A educação não constitui um problema fora do âmbito dos membros que compõe o poder; é uma questão exclusiva dos que mantêm o domínio.

3. A UNIVERSIDADE BRASILEIRA COMO CAMPO DE CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA DO ESTADO

No Brasil, a ampliação do poder do Estado através do intervencionismo econômico e político constitui o mecanismo de procriação da ideologia do Estado, definindo um

discurso oficial que na sua essência se traduz no autoritarismo vigente. A hegemonia, segundo Gramsci, exprime-se como a forma pela qual as práticas políticas e ideológicas do Estado conseguem o consenso que permite e estabelece as formas consentidas de dominação política.

A universidade brasileira reflete as relações da sociedade, castigada pela intervenção do Estado em todos os campos, através do controle ideológico e político que limita e dirige as funções da educação. A elaboração das ideologias educacionais servem para justificar as práticas do Estado e representam a força estruturada que garante o domínio da sociedade. Sendo assim, o programa de educação estabelecido, se destina a prover a mudança cultural da sociedade, adequando-a aos interesses dominantes. Isto significa que a universidade funciona como instância produtora da forma política pela qual o Estado garante através das atividades públicas e privadas, a reprodução e conservação de sua estrutura.

Gramsci estabelece uma correlação entre a dinamização e controle das atividades econômicas e as formas ideológico-políticas de manter o poder do Estado. Apoiando-se nas idéias de Gramsci, Althusser²³ levantou a hipótese da postura dominante do aparelho ideológico escolar na reprodução das relações de produção.

23 Althusser, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*, p. 68.

A relação entre o tipo de Educação e a forma de organização do Estado levou os críticos do Estado monopolista à demonstração de contradições insanáveis aos sistemas oficiais de ensino, resultantes de conflitos que se estabelecem na estrutura classista do Estado.

Em posição contrária, os defensores da estrutura monopolista do Estado tendem a reunir argumentos na legitimação do sistema de escolaridade capitalista e, ainda que recorram a conceitos e teorias muito discrepantes, a direção sugerida é a legitimação do Estado capitalista contemporâneo.

A partir destas suposições, o Estado capitalista já não poderia ser analisado com as categorias anacrônicas do século passado. A estrutura do Estado já teria incluído mecanismo democráticos de participação nas decisões e, mantendo o controle do poder, vigiado por um legislativo sufragado, teria integrado a multiplicidade de interesses privados numa decisão social equânime e homogênea, a lei. O campo que substituiria para a investigação seria a avaliação jurídica do desempenho dos poderes que, tendo já alcançado, ainda precisaríamos de aprimoramento nos Estados subdesenvolvidos. Sendo assim o Estado estaria alcançando a realização da utopia burguesa do século XVIII: um Estado pluralista, sem possibilidades de predomínio de uma classe sobre outra, síntese dos multiformes interesses que, no jogo democrático, se equilibrariam em decisões comuns, através do legislativo.

A universidade é concebida pelo Estado como sendo o setor de difusão da ideologia do governo. É na universidade que a ideologia pode sensibilizar um grupo homogêneo que se dedica à docência e, pela posição que este grupo ocupa em relação aos interesses dominantes do Estado e pela relação que mantém com uma gama de camadas e frações de classe, o grupo de professores torna-se importante agente organizador do consentimento da unidade política do Estado.

Percebe-se que a posição privilegiada dos professores exige um controle das atividades docentes. Mediante tais aspectos, medidas disciplinares foram impostas, punindo diretamente os professores e controlando o exercício da docência.²⁴

As formas de gerenciamento que permeiam o aparelho de Estado, são as mesmas que norteiam as concepções da universidade. A ideologia educacional é construída à semelhança da concepção do Estado, difundindo conceitos lacunares e abstratos da educação, sem relação com as condições sociais e econômico-políticas.

As representações ideológicas do Estado resultam de condições específicas das forças que compõem a organização

24 O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, suspendeu as garantias individuais e outorgou ao Presidente poderes excepcionais. Como extensão da autocracia presidencial, aplicada ao sistema educacional, foi instituído o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, regulamentado pelas Portarias Ministeriais 149-A e 3.524, que proíbem manifestações de caráter político ou de contestação na Universidade.

social, em determinados períodos da história. São, portanto, fruto de tais condições e não determinam a forma de Estado. A organização da sociedade, desde a polis grega aos Estados atuais, resulta da organização de forças econômicas e sociais que politicamente estruturam, em bases nacionais, a forma de dominação social. Nos Estados contemporâneos, porém, a dominação está intensamente diluída em mecanismos que permeiam as táticas de educação das massas para o consentimento ativo de todos em torno da organização jurídico-política da sociedade. Esta função educativa e formadora do atual modelo de universidade, pressupõem um programa político que se propõe levar a sociedade a um nível cultural e moral que corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas; neste programa político, o sistema universitário desempenha uma função importante, como forma positiva de formar um consentimento que corresponda aos interesses dos grupos dominantes, mas também como meio de elevação ao nível cultural que seja adequado ao desenvolvimento das forças produtivas. O tipo de estruturação das forças econômicas e políticas, portanto, em um Estado politicamente organizado, pressupõe uma concepção universitária adequada aos interesse destas forças e tendem a ser traduzidas em programas escolares. Neste sentido, é notável como cada formação ideológico-filosófica do Estado tem uma concepção de educação que corresponde à representação que se faz do Estado político e segundo essa concepção tendem a ser organizadas as universidades, seus conteúdos e suas práticas.

O desenvolvimento da produção e a complexidade dos interesses políticos que se articulam na preservação e na expansão da ordem econômica, geraram intensa disputa entre diversas frações de classe, não só pela hegemonia política, mas também pela correlata hegemonia ideológica, indispensável ao regime da continuidade econômica. Por isso, a educação universitária passou a ter relevância como um aparelho possível de manutenção da hegemonia ideológica, em torno do qual as classes dominantes mantêm e expandem sua dominação e, ao mesmo tempo, as diferentes frações de classe permanecem em grades disputa pela sua posse.

No Brasil, as diferentes etapas da disputa intraburguesa, pelo tipo e pela forma de Estado e as lutas pelas hegemonia ideológico-política e pela direção do poder político, produziram um debate centrado na problemática educacional. A educação escolar foi posta como ponto temático da disputa pelo poder do Estado até 64. No final da década de 60, a extrema concentração de força, necessária para conter a crise permanente do Estado, pretendeu desenvolver, ao lado da exacerbação da violência repressiva, um programa reformista da universidade, para adequá-la ao desenvolvimento das forças produtivas, para promover o consentimento de uma grande massa da população em torno dos interesses dominantes do Estado e assegurar a reprodução das relações de dominação; a coerção, porém, não impediu de florescer, no sistema universitário, formas de resistência à dominação ideológica e parecem indicar que não é tão pacífica esta dominação. Mas, é evidente que a

crise permanente do Estado e o adensamento da disputa concorrencial entre frações no poder, produziram um discurso ideológico sobre a educação, fragmentado e incoerente; incapaz, portanto, de gerar um consentimento ativo das camadas que vão à universidade.

A fase de luta pela direção dominação ideológica-política do sistema oficial de ensino tende a deslocar-se para novas estratégias de ação. O controle da educação vem sendo feito pela redução qualitativa dos recursos para o ensino, atenuando a atividade discente e docente, no plano ideológico, e a tendência é desqualificar as ciências sociais, para evitar a oposição de grande parte das camadas sociais e políticas dos grupos no poder.

CAPÍTULO II: O PANORAMA CONJUNTURAL NO MOMENTO DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - CARAC- TERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS E POLÍTICAS DO ESTADO

1. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO

A criação do Estado de Rondônia se deu através da Lei Complementar nº 41 de 22 de dezembro de 1981. Era composto por 15 municípios, ocupando uma superfície de 243.044 km². Em 1980, de acordo com dados do Censo Demográfico, apresentava população de 492.810 habitantes, dos quais 47,3% residiam nas áreas urbanas e 52,7% nas áreas rurais. Conforme pode ser observado no quadro 1, o ritmo de crescimento da população acelera-se substancialmente na década de 70, em que pese o registro de taxas elevadas, para os padrões brasileiros, nas duas décadas anteriores.

QUADRO 1
POPULAÇÃO RESIDENTE EM RONDÔNIA NA DATA DOS RECENTEAMENTOS
1950 - 1980

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE	INCREMENTOS ABSOLUTOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA (% a.a.)
1950	37.173	-	-
1960	69.792	32.619	6,50
1970	111.064	41.272	4,76
1980	492.810	381.746	16,07

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, Rondônia, Roraima, Amapá, 1980

Na hipótese de manutenção da taxa média observada na década de 70, pode-se estimar, para 1984, uma

população de cerca de 844.000 habitantes. Esta hipótese não é de todo irrealista, pois somente no período compreendido entre janeiro de 1981 e setembro de 1983 foram oficialmente cadastrados 183.471 migrantes nos postos de triagem. A essas pessoas deve ser somado o crescimento vegetativo da população no período, estimado em cerca de 3,5% a.a.²⁵ Além disso, o afluxo de migrantes, após uma ligeira estabilização nos anos de 1981 e 1982, aumentou significativamente em 1983.

A área que hoje constitui o Estado de Rondônia teve iniciada sua ocupação efetiva em fins do século XIX com a extração da borracha, quando contingentes migratórios, formados principalmente por nordestinos, dirigiram-se para o Alto Madeira. Essa primeira fase do processo de ocupação consolidou-se com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, concluída em 1912.

Dois centros urbanos - Porto Velho e Guajará-Mirim - surgiram e se desenvolveram nas extremidades da ferrovia, apresentando uma função básica de entrepostos comerciais.

Esse quadro sofre ligeira alteração em fins da década de 50 com a descoberta de jazidas de cassiterita, atraindo um significativo número de garimpeiros. Contudo, o quadro estrutural da economia Estadual não se altera.

25 Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Programa de investimentos urbanos: proposta técnica e financeira. Porto Velho, 1981. p. 34.

Até fins da década de 60, a economia rondoniense se desenvolveu e se comportou segundo os padrões típicos de uma economia extrativista, voltada para o mercado externo, ou seja, ao sabor da demanda externa por seus dois produtos básicos: a borracha e a castanha.

As transformações na sociedade brasileira a partir da segunda metade dos anos sessenta levaram a uma nova postura com relação à Amazônia, que passou a ser considerada uma fronteira de recursos a ser integrada à economia nacional.

Com relação a Rondônia, em particular, o processo de integração tem início, efetivamente, a partir de 1965, quando é aberta a BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho. Em 1968, tem início a atuação do INCRA (então IBRA) no Estado, com o objetivo de disciplinar o processo de ocupação das terras. A partir de então, correntes migratórias de intensidade crescente se dirigiram para o Estado, configurando um novo ciclo econômico.

Em síntese, esse novo ciclo caracterizava-se, basicamente, por:

- Presença de investimentos públicos na construção de estradas;

- Idem na implantação de projetos integrados de colonização e projetos de assentamento dirigido para pequenos produtores;
- O movimento migratório espontâneo e de intensidade crescente para as áreas situadas ao longo do eixo da BR-364.

Percebe-se que três elementos caracterizavam e determinavam o dinamismo desse processo:

- O Estado, através dos investimentos públicos e de ação disciplinadora no tocante à distribuição de terras;
- Os recursos naturais disponíveis, em particular os de solo, para o desenvolvimento de atividades agropecuárias;
- Os recursos humanos, que através de intenso movimento migratório fluem para o Estado.

Esta pesquisa, dada a natureza do trabalho no qual se insere, não pretende esgotar o conhecimento do quadro prospectivo do processo de desenvolvimento do Estado de Rondônia. Mesmo porque o dinamismo desse processo impõe limitações a uma análise a partir de informações secundárias.

Nesse sentido, para a elaboração deste trabalho, procurou-se utilizar, além das fontes tradicionais de informações secundárias, pesquisas, diagnósticos e trabalhos de

natureza geral que tratam parcialmente ou totalmente os aspectos mais relevantes do quadro econômico e social do Estado.²⁶

Procurar-se-á, dada a natureza deste trabalho, enfatizar com maiores detalhes o setor educacional do Estado.

2. A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

Conforme foi mostrado no quadro 1, o ritmo de crescimento da população do Estado se intensificou substancialmente na última década, permitindo caracterizar Rondônia como uma das áreas de maior dinamismo demográfico do País. É inegável a correlação existente entre esse fato e o modelo de ocupação adotado pelos organismos federais incumbidos de tal tarefa.

Os resultados econômicos relativamente favoráveis dos projetos de colonização, associados à disponibilidade de terras, eram responsáveis pela manutenção de

26 Dentre esses documentos, foram utilizados basicamente:
 Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, op. cit., nota anterior.
 Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Regionalização para descentralização do planejamento. Porto Velho, 1982.
 Rondônia. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. Principais indicadores. Porto Velho, 1983.
 Lando, A. M. Estado e campesinato: o processo de ocupação de Rondônia. Belo Horizonte, s. ed., 1979/
 Rocha, J. A. P., coord. Diagnóstico sócio-econômico do Território Federal de Rondônia. Porto Velho, s. ed., 1980.

um fluxo migratório para Rondônia que, atingiu na época, o número aproximado de 80.000 pessoas por ano.

Por outro lado, as particularidades do processo de colonização por pequenos produtores foram diretamente responsáveis pelo surgimento, das cidades situadas ao longo da BR-364: Ariquemes, Jarú, Ouro Preto D'Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena. Além delas, mais recentemente surgiram núcleos urbanos mais afastados da BR-364, localizados em áreas de projetos de colonização como Colorado do Oeste, Cerejeiras, Rolim de Moura (estes dois últimos transformados recentemente em sede de municípios criados), Santa Luzia e Alvorada D'Oeste.

A evidência da correlação existente entre o desenvolvimento rural e a urbanização acelerada é encontrada na inexistência de núcleos urbanos nos 180 km da BR-364 entre Vilhena e Pimenta Bueno, uma vez que esse trecho corta uma área de "licitação pública", destinada a latifúndios.

É interessante observar, ainda, o grau de urbanização encontrado em Rondônia,²⁷ bastante elevado para uma região em processo de ocupação e cuja base econômica assenta-se na atividade agropecuária. Há um consenso com relação à explicação desse fenômeno, atribuído basicamente a três fatores:

27 Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Regionalização..., cit. nota 26.

- Nos primeiros anos da década de 70, as famílias de colonos que chegavam à procura de lote rural instalaram-se em torno dos escritórios do INCRA. Durante o prazo de espera, que variava de 1 a 2 anos, o colono recebia um lote urbano e construía residência, dando origem, assim, aos primeiros núcleos urbanos;
- A instalação de serrarias fortaleceu o processo de urbanização, uma vez que o IBDF não permitia que se implantassem fora do perímetro urbano das cidades;
- A centralização progressiva das funções terciárias de apoio à atividade agropecuária nas áreas foram destinadas à formação dos núcleos urbanos. Dentre essas funções destacam-se: administração pública, assistência técnica, bancos, armazéns, educação, saúde, e comércio em geral.

É evidente a importância do sistema de cidades em formação no processo de desenvolvimento do Estado. Nesse sentido é importante tratá-lo enquanto tal, o que se torna possível pela identificação das interrelações existentes entre os centros urbanos em questão.

Trabalho nesse sentido foi realizado na época, pela Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia, onde são identificados:

- O nível hierárquico dos centros urbanos, determinado a partir da quantidade e da funcionalidade dos equipamentos de prestação de serviços à população (inclusive comércio);
- Os espaços de influência de cada centro, determinados a partir de interrelações observadas entre eles.

Os resultados desse trabalho apontam:

- Porto Velho como o centro administrativo do Estado e centro urbano de 1º nível. Ji-Paraná, Guajará-Mirim e Vilhena despontaram como centros de 2º nível. A posição dos demais centros urbanos é apresentada no quadro 2;
- A divisão do espaço estadual em quatro regiões, cujos centros de comando, ou pólos, são aqueles acima citados.

A análise a seguir será feita tomando-se como base essa regionalização, uma vez que reflete a funcionalidade do processo de ocupação e organização do espaço que conforma o Estado de Rondônia.

Os dados demográficos analisados sob essa ótica mostram a região de influência de Ji-Paraná como a mais importante e a mais dinâmica do Estado. Os municípios que a compõem concentram 47,4% da população estadual e apresentaram, na década de 70, taxas médias anuais de crescimento que variavam de 22 a 50% a.a.

Dentre eles, destacavam-se:

- Ji-Paraná, pólo regional e segundo aglomerado urbano do Estado; e
- Cacoal, que vinha se despontando como importante centro comercial e de prestação de serviços.

Nessa região concentravam-se os principais projetos de colonização implantados no Estado, cuja consolidação através dos investimentos do POLONOROESTE deve reforçar sua posição de principal área agrícola do Estado.

A região de Porto Velho concentra 35,3% da população do Estado e vinha apresentando crescimento demográfico relativamente mais moderado.

As duas outras regiões, Vilhena e Guajará-Mirim, ainda apresentavam base demográfica modesta, participando, respectivamente, com 10,2% e 7,1% da população estadual.

Com relação às migrações, os dados apresentados no (quadro 2), relativos ao período compreendido entre Janeiro e Setembro de 1983, refletiam a direção dos fluxos.

Nesse sentido, 61,7% dos imigrantes cadastrados se dirigiram para a região de Ji-Paraná e em particular para o município de Cacoal.

A abertura de novas áreas de colonização estava, naturalmente, influenciando no direcionamento desses fluxos. Isto já estava acontecendo na região de Colorado do Oeste e Cerejeira.

Em termos de novas áreas, os documentos oficiais apontavam duas alternativas como as mais viáveis a médio prazo: desenvolvimento de projetos de colonização para pequenos produtores nas áreas de licitação pública entre Vilhena e Pimenta Bueno; idem, ao longo da BR-429, que liga Presidente Médici a Costa Marques.

No primeiro caso, o maior impacto se daria na região de Vilhena, podendo vir a reforçar ainda mais o papel dessa cidade como centro comercial e de prestação de serviços.

Já no segundo caso, o impacto se daria na região de Ji-Paraná, que da mesma forma teria reforçado seu papel de pólo regional.

3. BASE PRODUTIVA

A base da economia do Estado de Rondônia concentrava-se na época, na agropecuária desenvolvida ao longo

da BR-364. Observa-se, claramente, um processo de formação de um "eixo de desenvolvimento" em torno e ao longo do qual se aglutinavam as atividades produtivas responsáveis pelo dinamismo da economia estadual. O modelo de colonização utilizado pelo governo federal em Rondônia, além de ter permitido o assentamento de cerca de 40.000 famílias, num período pouco superior a uma década, apresentava algumas particularidades que merecem destaque. Dentre elas, um intenso processo de urbanização. A pauta produtiva já se apresenta bastante diversificada, destacando-se o arroz, milho, feijão e mandioca, dentre as culturas temporárias, e o café, cacau, seringa e banana, dentre as culturas permanentes. A pecuária, de maneira geral, apresentava desenvolvimento ainda incipiente. Observação análoga é válida para produtos hortigranjeiros, tendo como consequência sérios problemas de abastecimento das áreas urbana aliados a preços exorbitantes dos produtos. Esses problemas tornavam-se ainda mais graves no período chuvoso, quando a BR-364 ficava intransitável. Desenvolveu-se, ainda, ao longo da BR-364 uma indústria madeireira de dimensão significativa. Quanto às atividades terciárias, o ritmo de seu desenvolvimento acompanhava aquele das atividades produtivas e do processo de urbanização. Não obstante, de maneira geral as atividades comerciais e de prestação de serviços (sobretudo bancários) estavam se desenvolvendo a um ritmo acelerado, em particular nos centros urbanos de Ji-Paraná e Vilhena.

Já o vale do Guaporé configurava-se como a outra face da economia estadual. Observava-se o predomínio quase

absoluto da atividade extrativista, destacando-se Guajará-Mirim como centro urbano e entreposto comercial da produção de borracha e castanha. Esta região encontrava-se ainda em uma situação de isolamento quase que total em relação ao restante do Estado.

4. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Os quadros 3, 4 e 5 apresentam as principais informações sobre a questão fundiária no Estado de Rondônia.

Como se observa no quadro 3, a área disponível é de cerca de 6 milhões de hectares, ou 25% da superfície estadual. Qualquer raciocínio em torno desse número, enquanto uma medida do potencial de desenvolvimento da agropecuária do Estado deve, no entanto, levar em conta, dentre outros, aspectos relacionados a:

- a. Qualidade do solo ou aptidão para seu aproveitamento efetivo;
- b. Tecnologia disponível e/ou viável para seu aproveitamento;
- c. Investimento em infra-estrutura, sobretudo estradas necessárias para viabilizar seu aproveitamento.

Além do mais, uma medida do potencial de desenvolvimento da agropecuária deveria levar em conta o grau de utilização das áreas já ocupadas.

Ainda quanto à situação fundiária, é importante chamar a atenção para a existência de conflitos possessórios de toda natureza. Esses conflitos vão desde a invasão das reservas indígenas e florestais, que ocupam cerca de 17% da área total do estado, até a ocupação ilegal e a simples "grilagem". A esse respeito, é interessante observar que as áreas de regularização fundiária somam cerca de 9,6 milhões de hectares (39,6% do total do Estado).

O número de imóveis cadastrados no INCRA era de 48.240, correspondendo a aproximadamente 95% dos imóveis existentes (quadro 4), e 84,5% desses imóveis encontram-se nos estratos entre 50 e 500 hectares. Como não se dispõe de informações sobre a área ocupada por cada estrato, não pode ser avaliado o grau de concentração fundiária. Não obstante, em que pese a existência dos projetos de colonização com pequenos produtores, as características estruturais da agricultura no País permitem supor a existência de um grau de concentração elevado, também em Rondônia.

O quadro 5 apresenta as informações relativas aos projetos de colonização. Das 37.275 famílias assentadas, 14.108 referem-se a áreas de projetos de assentamento rápido. Essas áreas caracterizam-se por ter sua situação fundiária definida e legalizada, após um processo espontâneo de ocupação. Localizam-se ao longo da BR-364 e junto aos limites dos projetos oficiais de colonização.

5. PAUTA PRODUTIVA

Como já foi dito, era bastante expressiva a evolução da produção agropecuária do Estado ao longo da década de 70. Os dados apresentados no quadro 6 atestam essa afirmativa, evidenciando, ainda, uma progressiva diversificação da pauta produtiva. Isto se dá em particular a partir de 1975 e em função da introdução de cultura permanentes de caráter comercial e elevado valor econômico como o café, o cacau e o cultivo da seringueira.

Já as informações contidas no quadro 7 refletem o panorama da agropecuária do Estado na época, uma vez que referem-se à safra agrícola de 1982/83. São apresentadas ao nível de municípios e dispostas segundo as regiões de influência já mencionadas.

É interessante observar o peso e a importância relativa da região de Ji-Paraná na produção agrícola do Estado em todos os produtos considerados.

Em termos de produção agropecuária, além dos municípios que compõem a região de Ji-Paraná, destacavam-se apenas Colorado D'Oeste, na Região de Vilhena, e Ariquemes, na região de Porto Velho.

Em síntese, é inquestionável a importância de Ji-Paraná e de sua região de influência, como pólo da produção agropecuária do Estado. Além dos dados contidos no quadro 7, essa importância pode ser atestada pelo fato de Ji-Paraná apresentar na época o terceiro maior movimento bancário da Região Norte do País, sendo superado apenas por Belém e Manaus.²⁸

6. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

O processo de industrialização do Estado era ainda incipiente. Segundo informações da Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia,²⁹ existiam no Estado, em março de 1983, 897 estabelecimento indústrias responsáveis pela geração de 8.254 empregos diretos (quadro 8). Essas informações permitem inferir ainda duas características do parque industrial no Estado:

- Predomínio de pequenas empresas, evidenciado por uma média de 9,2 empregos por estabelecimento, sendo ainda que essa média é fortemente influenciada pelo resultado observado em Porto Velho (26,0);

28 Vasconcelos, R. V. de. Retomada do Desenvolvimento. Porto Velho, Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Tecnologia, s.d.

29 Rondônia. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia.

- Concentração espacial da atividade em Porto Velho e Ji-Paraná. Secundariamente, destacavam-se os municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Pimenta Bueno e Vilhena. Nos demais municípios a atividade industrial é insignificante, tanto em número de estabelecimentos quanto em pessoal ocupado.

Quanto aos ramos de atividade, destacam-se:

- A indústria extrativa mineral - exploração mecanizada da cassiterita - no município de Porto Velho;
- A indústria alimentícia - beneficiamento da castanha - e o beneficiamento primário da borracha, em Guajará-Mirim;
- A indústria de madeira e mobiliário, nos municípios ao longo da BR-364, destacando-se, pela ordem, Cacoal, Vilhena, Ariquemes, Colorado D'Oeste, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Porto Velho.

Além de restrições de natureza diversa, o desenvolvimento da atividade industrial do Estado era dificultado fundamentalmente pela precariedade:

- Do sistema viário, impedindo o acesso tanto às fontes de matérias-primas quanto a mercados potenciais; e
- Do abastecimento de energia elétrica.

Esses aspectos deveriam ser parcialmente sanados a curto e médio prazos, com a conclusão do asfaltamento da BR-364 (previsto para setembro de 1984) e da hidroelétrica de Samuel (previsto para 1989).

7. COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As atividades comerciais e de prestação de serviços de natureza geral, que compreendiam o setor terciário da economia, apresentavam um caráter eminentemente urbano.

Nesse sentido, o grau de desenvolvimento dessas atividades em termos da qualidade e da quantidade dos serviços ofertados à população, está diretamente correlacionado com a importância relativa de um centro urbano no sistema de cidades a que pertence. A característica particular do sistema urbano de Rondônia era o surgimento recente dos centros urbanos, aliado a explosivas taxas de crescimento demográfico.

O setor terciário do Estado vem acompanhando esse processo, embora seja reconhecida, ao lado de todas as carências de infra-estrutura básica observadas nas cidades, a precariedade e até mesmo inexistência das diversas atividades do setor. Essa afirmativa era particularmente válida quanto aos serviços públicos e privados de educação, saúde, e lazer.

O quadro 9 apresenta, ao nível dos municípios, o número de estabelecimentos dos principais ramos que compreendiam o setor.

Como era de se esperar, o maior número de estabelecimentos encontravam-se nos centros urbanos de maior porte e de maior importância no sistema de cidades do Estado. Destacavam-se, dentre eles, Porto Velho e Ji-Paraná, e secundariamente, Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim e Vilhena.

8. INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

Nesta questão serão comentados os aspectos relacionados ao sistema de transporte rodoviário, energia e comunicação.

O sistema de transporte fluvial, apesar de sua importância no Estado, não será considerado, tendo em vista a inexistência de dados.

De maneira geral, pode-se dizer que a situação do Estado no tocante à infra-estrutura econômica era bastante precária. Isto é particularmente válido quanto ao transporte rodoviário e ao abastecimento de energia elétrica.

O sistema rodoviário é de importância vital para a economia estadual, assentada na produção agropecuária. Em que

pese o asfaltamento em curso na época, da BR-364, iria permitir de fato a ligação permanente com o sul do país, as carências tanto absolutas quanto relativas de estradas vicinais eram bastante evidentes. Conforme pode ser observado no quadro 10, a malha viária do Estado somava apenas 15,3 mil quilômetros de extensão para uma superfície territorial equivalente ao Estado de São Paulo. Isto significa que a continuidade do processo de ocupação e desenvolvimento da economia estadual depende fundamentalmente de novos investimentos em abertura e conservação de estradas para o escoamento de um excedente agrícola comercializável.

O abastecimento de energia elétrica constitui outro ponto de estrangulamento ao processo de desenvolvimento do Estado. O sistema em operação, composto por unidades geradoras térmicas, era insuficiente para atender à demanda potencial, e apresentavam, ainda, elevado custo operacional. Além desses aspectos, são freqüentes os cortes de energia, causando transtornos à população e prejuízos às atividades produtivas. O quadro 11 mostra, ao nível de municípios, a situação do atendimento no ano de 1982.

Espera-se uma reversão desse quadro com a entrada em operação das hidroelétricas de Samuel (em implantação) e Ávila (ainda em projeto). A hidroelétrica de Samuel atenderia à região norte do Estado e em particular a Porto Velho. Sua conclusão inicialmente prevista para 1987, foi adiada para 1989. Não obstante, a capacidade instalada dessas

duas hidroelétricas não atende à demanda potencial existente hoje no estado.

No que diz respeito ao sistema de comunicações, observa-se uma situação oposta à descrita aqui. Embora não conste no quadro 12, todas as sedes municipais já possuíam serviços de telefonia, estando integrados ao sistema nacional de telecomunicações.

Finalmente, o Estado era servido por linhas aéreas regulares de 1º nível ligando Porto Velho ao restante do País. Os centros urbanos mais importantes, como Vilhena, Guajará-Mirim e Ji-Paraná possuíam pistas de pouso pavimentadas e eram servidos por linhas aéreas regulares de 3º nível.

9. QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Mais uma vez, as particularidades de Rondônia enquanto área de fronteira e ainda em processo de ocupação conferem uma dimensão própria ao quadro estrutural dos aspectos que envolvem a qualidade de vida da população. No caso, são considerados apenas aqueles relacionados à prestação de serviços públicos de educação, saúde, abastecimento de água, saneamento básico e abastecimento de energia elétrica. Outros aspectos, como habitação e nível de renda, não são abordados por falta de informações.

Os poucos indicadores que puderam ser elaborados sobre o assunto (quadro 13) mostram situações extremas.

No que diz respeito a saúde, a Organização Mundial de Saúde recomenda como parâmetros a existência de 1 médico e 5 leitos hospitalares para cada grupo e 1.000 habitantes. Valores próximos ou até mesmo acima dos recomendados eram encontrados em diversos municípios do Estado, principalmente quanto à rede hospitalar.

Quanto ao abastecimento de água, em apenas dois municípios observam-se índices superiores à meta estabelecida pelo PLANASA (80% de atendimento).

Sobre os sistemas de esgoto sanitário não foram obtidas informações mais precisas. Apenas Porto Velho e Guajará-Mirim possuíam sistema em operação, sendo que para as cidades situadas ao longo da BR-364 existia um programa de investimentos urbano que contemplava a implantação de sistemas de esgotos, não tendo sido obtidas informações sobre o mesmo.

O abastecimento de energia elétrica, como já foi dito, é bastante precário. O índice estimado de atendimento à população urbana era de 58%.

De maneira geral, as cidades apresentavam fortes traços de ações "improvisadas", o abastecimento de água era precário como eram as habitações, sistemas de esgotamento

inexistem na maioria delas e as condições gerais de salubridade eram ruins.

É importante frisar que, embora em alguns casos os indicadores utilizados surgiram uma situação favorável, isto pode não ser verdadeiro, uma vez que esses indicadores refletem tão somente a dimensão quantitativa do aspecto abordado.

10. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Qualquer exercício prospectivo acerca de uma região em processo de ocupação constitui tarefa de difícil execução.

Não obstante, alguns aspectos relativos às perspectivas do processo de desenvolvimento de Rondônia podem ser avaliados, numa abordagem mais qualitativa.

A lei de criação do estado assegurou a Rondônia durante os dez primeiros anos um fluxo de recursos federais para as despesas de custeio. Isto deu ao poder executivo uma certa margem de segurança pelo menos no tocante à manutenção da máquina pública.

Somados a esses recursos, o Estado recebeu investimentos através de programas especiais ou diretamente de organismo federais.

Dentre os programas especiais, destacaram-se o POLONOROESTE, previsto para um horizonte temporal de cinco anos (1981/1985), envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 23,5 bilhões de cruzeiros. Esse programa vinha sendo implantado, em conjunto, pelo Governo do Estado e Ministério do Interior através da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste "SUDECO", (quadro 14.).

Dentre as metas a serem atingidas pelo programa destacavam-se:

- construção de 250 escolas e 250 ambulatorios, assim como propiciar os respectivos serviços para 30.000 famílias;
- dotar os núcleos de colonização de abastecimento de água e energia elétrica, bem como instalações administrativas mínimas.

A estratégia básica para a consecução dessas metas consistiu na incorporação de novas áreas e na consolidação de projetos existentes ao longo da BR-364.

Por outro lado, como foi enfatizado, é muito forte a correlação entre o processo de ocupação através dos projetos de colonização e o processo de urbanização, o que torna singular o quadro estrutural dos problemas e potenciais do Estado de Rondônia.

Nesse sentido, trabalho elaborado pela Secretaria de Planejamento de Rondônia³⁰ identifica os principais problemas e/ou restrições impostas à colonização, industrialização e urbanização, em cada uma das fases de implantação de um projeto de colonização (quadro 15).

Em resumo, a escassez de recursos humanos e financeiros, associada a deficiências de planejamento, é o principal fator restritivo à consolidação e posterior emancipação dos núcleos.

Em contrapartida a essa situação, são apresentadas no quadro 16 as potencialidades da colonização, industrialização e urbanização, segundo a disponibilidade de recursos naturais, recursos humanos, capital e infra-estrutura.

Finalmente, face ao quadro exposto e considerando as metas previstas no POLONOROESTE, são identificadas quatro alternativas para o desenvolvimento territorial de Rondônia.³¹

30 Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Segundo a metodologia de trabalho do INCRA, o processo de colonização é dividido nas fases de:

- a) instrução: planejamento e preparação dos projetos;
- b) implantação: execução do projeto;
- c) consolidação: acompanhamento; e
- d) emancipação: entrega para uma organização e administração autônomas.

31 Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, op. cit., nota 25, p. 28.

As restrições, o potencial, os custos e os impactos previstos em cada uma dessas alternativas são apresentados no quadro 17.

Em resumo, como se observou nos últimos 13 anos, a ocupação de Rondônia, fundada na implantação de núcleos de colonização para pequenos produtores, acarretou um processo espontâneo de urbanização. Isto provavelmente terá continuidade com a abertura de novas áreas, levando ao surgimento de novas cidades e criando a necessidade de investimentos em infraestrutura de apoio aos projetos.

A localização das novas áreas de colonização determinará o direcionamento dos investimentos: para o fortalecimento das cidades existentes ou para a criação de novas cidades.

A curto e médio prazos parece mais provável o primeiro caso. Nessa hipótese, considerando a localização dos projetos, o maior impacto se daria na parte central de Estado, área de influência de Ji-Paraná, que teria reforçado seu papel de pólo econômico do Estado.

11. A QUESTÃO EDUCACIONAL

O sistema de ensino de Rondônia assistia na época, ao processo de municipalização de sua rede escolar, o

que gerou certo paralelismo de atuação entre a Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC) e as Secretarias Municipais de Ensino (SEMECs). A primeira teria um papel mais normativo, enquanto as outras seria, responsáveis pela administração de todas as escolas de 1º e 2º graus do Estado, exceção feita à "Escola Estadual Carmela Dutra", ligada à SEDUC, e que deveria se transformar em projeto piloto.

Em se considerando que o processo de municipalização não se efetudou de forma plena, estudos têm demonstrado a existência, na prática, de uma duplicidade de orientação (SEDUC x SEMECs) que compromete a eficiência e eficácia do sistema escolar do Estado.

A implementação da municipalização do ensino em Rondônia inseria-se nas diretrizes estabelecidas pelo Governo Estadual em 1975, no sentido de interiorizar a ação governamental através da descentralização administrativa e da conjugação de trabalhos com os municípios. No aspecto particular da questão educativa, justifica-se a medida, pois o fluxo migratório, em constante crescimento, exigia que diariamente fossem criadas novas escolas, sendo que as SEMECs e as prefeituras não tinham condições de identificar e solucionar esses problemas com a urgência necessária.³²

32 Sobre a municipalização do ensino em Rondônia ver:
Rondônia. Secretaria de Estado de Educação e Cultura.
Municipalização do Ensino em Rondônia. Porto Velho, s.d.,
Síntese da educação em Rondônia 1979-1982, s.n.t. mimeog.

Conforme seminário realizado nos dias 1 e 2 de dezembro de 1979, estabeleceu-se que a Secretaria de Educação e Cultura repassaria o ensino de 1º grau aos municípios obedecendo às seguintes determinações:

- Os imóveis não seriam repassados às prefeituras (o Governo necessitaria de uma elevada potencialidade patrimonial para transformar o território em estado);
- O quadro de pessoal passaria ao encargo das prefeituras, com ônus para o Governo;
- As competências técnico-pedagógicas seriam repassadas gradativamente aos municípios;
- Do ponto de vista financeiro, definiu-se que o repasse seria realizado através de planos de aplicação apresentados pelas prefeituras e Secretarias Municipais de Educação e Cultura. Eles seriam aprovados pelo Conselho Territorial de Educação de Rondônia, originando convênios cuja elaboração ficaria a cargo da Procuradoria Geral do Governo;
- Quanto à merenda escolar, ficou definido que a aquisição, armazenamento e distribuição ficaria a cargo das respectivas prefeituras;

- Com relação à administração das escolas onde funciona o ensino de 1º e 2º graus, estas foram repassadas aos municípios em 1980, através do Decreto nº 149, de 4 de novembro de 1980.

Esta mudança de orientação na estratégia de condução da política educacional do Estado encontrou como principal obstáculo a questão de preparação de um quadro técnico para operar a nível das secretarias municipais.³³

Diversos estudos tratam de avaliar o impacto da política educacional sobre a distribuição de renda. O assunto é polêmico e, ao que parece, os resultados apresentados pelas pesquisas não têm sido conclusivos, conduzindo até mesmo a um certo ceticismo.³⁴ Há, contudo, aspectos coincidentes nos resultados das pesquisas.

Os estudos sobre taxa de retorno, por exemplo, são unânimes em apontar a alta rentabilidade do ensino elementar, quando comparado ao curso superior. Este último custava 42 vezes mais que o primeiro e registrava uma taxa

33 Ver o documento: Síntese da educação em Rondônia 1979-1982. s.n.t. mimeog.

34 Ver entre outras: Souza, A. de M. Uma digressão à guisa de conclusão. In: Financiamento da educação e acesso à escola no Brasil, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979, cap. 5, p. 147-54.

Pastore, J. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo, USP, 1979.

Um trabalho bastante polêmico sobre as relações entre escola e trabalho é constituído pela tese de doutoramento de:

Salm, C. Escola e trabalho. São Paulo, s. ed., 1980.

frequentemente inferior ao retorno médio do investimento em capital físico.³⁵

Essas análises econômicas deixam, contudo, a descoberto, aspectos referentes ao papel que a educação pode desempenhar no bem-estar social, concedido sob uma perspectiva mais ampla. O ensino elementar, ao que parece, interfere na capacidade do indivíduo de absorver e trabalhar informações, alterando seu comportamento social. Aspectos ligados à modernização, tais como mudança nas condições de higiene, saúde e valores educacionais, parecem ser observados a partir desse patamar mínimo de escolaridade. Sugere-se que o ensino elementar traz uma contribuição social desejável, na medida em que amplia as possibilidades de redução do contingente de indivíduos que vivem à margem de condições mínimas de vida e eleva a consciência de cidadania.

Os estudos indicam que a sedimentação do conhecimento é fruto de um processo relativamente longo de maturação.³⁶ Uma escolaridade de um ou dois anos seria, ao que parece, inócua. O indivíduo com pouca escolaridade tenderia, com o passar dos anos, a perder sua capacidade para a leitura e escrita. Este fenômeno é conhecido pela literatura como "analfabetismo de retorno". Assim é que a proporção da população que porta o patamar mínimo de escolaridade, quatro

35 Souza, A. de M. Op. cit., nota 34, p. 150.

36 Ver sobre o assunto:

Organização dos Estados Americanos, Washington. ¿Cuáles son los resultados de lo que se gasta en educación? In: _____. La Educación en América Latina, un estudio comparativo de costo y eficiencia. Washington, 1980. cap. 8, p. 234-62.

anos, poderia se constituir em indicador de eficiência de um sistema escolar.

Isto sugere que a escolaridade elementar é considerada pela literatura especializada como indispensável para que o indivíduo possa exercer o direito de cidadania. Com base neste parâmetro passar-se-á a examinar a distribuição da população de Rondônia em termos de acesso a anos escolares, cujos resultados estão apresentados no quadro 18.

O censo de 1980 informa que 44,20% da população de Rondônia não era escolarizada - resultado bastante superior ao observado para o total do país, que é de 35,80%. Em termos regionais, tais resultados apenas são superados pelo Acre, embora todos os estados da Região Norte registrem baixo índice de escolaridade no período (população sem instrução máxima: 59,60; mínimo: 36,50).

Tomando-se como referência a escolaridade de quatro anos, verifica-se que 73,4% da população em estudo está aquém do patamar considerado mínimo sob uma perspectiva de modernização da sociedade. Para o Brasil, a taxa registrada foi de 58,6% e, para a Região Norte, 70,5%. O Estado apresenta-se, portanto, em situação mais precária no que diz respeito à democratização das oportunidades educacionais que o total do País e da Região na qual se insere.

Seguindo-se o exame na direção de escolaridade de quatro anos e mais, confirma-se o baixo nível de escolaridade da população de Rondônia. Ao mesmo tempo que 22,7% da população brasileira registravam mais de quatro anos escolares e a Região Norte 17,7%, em Rondônia o percentual é de 13,6%. Cumpre destacar que o resultado apresentado por Rondônia é, de longe, o menos elevado dentre os estados da Região em estudo, seguido de perto apenas pelo Acre.

Os dados censitários disponíveis permitem visualizar, embora precariamente, que o nível de acesso à escolarização para o País como um todo é baixo. A proclamada expansão das oportunidades educacionais é meta ainda distante. O fenômeno na Região Norte comporta-se ainda de forma mais dramática e nesta destacam-se Rondônia e Acre como mais carentes do ponto de vista educacional.

Com base no achado empírico de que para os indivíduos iniciados desde a primeira infância nos cânones da cultura acadêmica apresentam-se maiores chances de acesso escolar, passou-se a enfatizar a lutar pela democratização do acesso ao pré-escolar.

Em Rondônia, conforme indica o quadro 19, registrou-se, em 1983, um total de 124 unidades escolares que ofereciam o pré-escolar, dos quais apenas 32 pertenciam à rede particular. Estas unidades atendiam ao total de 13.146 alunos, dos quais 50% em Porto Velho. A totalidade dos municípios

estaduais eram cobertas por este nível de ensino, destacando-se, contudo, pelo volume de matrícula e número de unidades escolares, além de Porto Velho, os municípios de Cacoal e Guajará-Mirim.

O município de Costa Marques registrava um total de 235 unidades pré-escolares, dos quais 210 estavam ligados à rede particular. Este município fugia ao comportamento da oferta escolar observado para o Estado, uma vez que nele predominava o atendimento pelo setor particular.

A oferta escolar no Estado revela um índice de cobertura da população escolarizável da ordem de 18,82%, dos quais apenas 3,37%, eram atribuídos à rede particular (quadro 20). Se , por um lado, a oferta de pré-escolar era basicamente pública, o que significava que as chances de ingresso se abriam também àqueles que pagavam o ônus da escolarização, de outro as oportunidades oferecidas pareciam limitadas, uma vez que não atingiam sequer a 1/4 da demanda potencial.

Neste contexto, destacava-se o município de Guajará-Mirim, com índice de atendimento à faixa etária correspondente ao pré-escolar de cerca de 44,77%. Segue-se Porto Velho, com um índice de 37,03%, e Vilhena, com 21,67%. Considerando-se que Vilhena era um município de criação recente, em contraposição aos outros dois, pode-se concluir que o seu sistema escolar registrava relativo dinamismo.

Observa-se, ainda (quadro 21), que a presença da rede particular era mais acentuada justamente nos municípios cujos índices de atendimento eram maiores. O inverso também é verdadeiro. Os municípios de Jaru e Ouro Preto do Oeste (menor atendimento) não registrava a atuação da rede particular. Tais dados sugerem que a rede oficial por si só não era capaz de atender à demanda existente.

De fato, se se considera que o número adequado de alunos em uma sala de aula é de 25³⁷, pode-se verificar (quadro 21) que no Estado as Escolas pré-escolares não trabalhavam com capacidade ociosa - a relação aluno/turma é de 32, sendo mais elevada no município de Ji-Paraná, cuja relação é de 45. Guajará-Mirim, que registrava o maior índice de atendimento ao pré-escolar do Estado, apresentava-se com menor número de alunos por turma: 22.

Tanto quanto os dados estatísticos disponíveis permite avaliar, tudo indica que, em termos de atendimento ao pré-escolar, Guajará-Mirim apresentava atendimento mais adequado do ponto de vista quantitativo. Trata-se de um município de criação mais antiga, que não registra índices de crescimento demográfico tão acentuado quanto os demais, surgidos sob a influência da BR-364.

37 O menor número de alunos por sala de aula é recomendado em termos de ensino pré-escolar, uma vez que a criança nesta faixa etária requer um atendimento mais individualizado.

Em 1983, a escola oficial de 1º grau de Rondônia registrava um total de 130.595 alunos, dos quais 59,8% situados na zona urbana, destacando-se os municípios de Porto Velho, Vilhena, Guajará-Mirim e Ji-Paraná com maior percentual de matrícula urbana. Quanto à matrícula rural, ela era mais expressiva em Jarú e Ouro Preto do Oeste (quadro 22).

Em termos de volume de matrícula, destacavam-se os seguintes municípios:

Porto Velho:	32.389 alunos;
Cacoal:	19.655 alunos;
Ji-Paraná:	14.583 alunos;
Colorado do Oeste:	11.081 alunos.

Estes totalizavam 59,5% da matrícula oficial de 1º grau do Estado, sendo Porto Velho o responsável por 24,8% da mesma.

A análise da distribuição da matrícula no 1º grau em termos da primeira e segunda etapas sugeriam que o acesso a este nível de ensino estava longe de ser universalizado, no Estado, pois predominava a matrícula da 1ª à 4ª série, em detrimento da 5ª à 8ª série. Isto significa que o acesso ao 1º grau da 1ª à 8ª série, conforme prescrição legal, ainda não se concretizava de forma extensiva na direção vertical (quadro 23).

Dentre a matrícula urbana da escola oficial de Rondônia, 66,4% era constituída por alunos de 1ª a 4ª série. Os seguintes municípios: Guajará-Mirim, Porto Velho, Espigão do Oeste, Cacoal e Ji-Paraná. Estes municípios apresentavam atendimento mais homogêneo à primeira e segunda etapa do 1º grau. Porto Velho totalizava 39% da matrícula de 5ª a 8ª série do Estado, enquanto Ji-Paraná, Cacoal e Guajará-Mirim reuniam 32,5%.

A julgar pelos resultados apresentados nos quadros 24 e 25, a matrícula no ensino de 1º grau de Rondônia registrava um considerável ritmo de crescimento. A população estudantil da 1ª à 4ª série dobra no período 74/79, indo de 26.292 (vinte e seis mil, duzentos e noventa e dois) para 65.669 (sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove), o mesmo se observando entre 79/83 registrando neste último ano uma matrícula de 104.259 (cento e quatro mil, duzentos e cinquenta e nove) alunos.

Examinando-se o fenômeno segundo a distribuição urbano/rural, observa-se que a maior taxa de crescimento anual verificada para a zona urbana foi em 1978 (50,7%), ao mesmo tempo que a zona rural registrava crescimento negativo (-1,2%). Tal comportamento, aliás, aparece como uma constante em todos os anos analisados - índices mais elevados de crescimento urbano, menores na área rural.

Uma exceção a este modelo é encontrada no ano de 1977, quando tanto a zona rural (32,7%) quanto a urbana (22,8%) apresentam índices de crescimento elevados, embora os da primeira sejam maiores do que os da segunda.

Os dados apresentados sugerem que o sistema escolar oficial parece não ser dinâmico o suficiente para se expandir concomitantemente em direção às zonas urbana e rural, apesar de registrar taxas anuais de crescimento significativas.

A matrícula urbana de ensino de 5ª à 8ª série também cresce significativamente no período analisado. Em 1974 o número de alunos matriculados era de 4.576 (quatro mil, quinhentos e setenta e seis), passando para 16.537 (dezesesseis mil, quinhentos e trinta e sete) em 1979, e 26.336 (vinte e seis mil trezentos e trinta e seis) em 1983. Portanto, quintuplica no período, enquanto da 1ª a 4ª série quadruplica.

É notório que o sistema de ensino de 1º grau em Rondônia tem-se expandido a um ritmo considerável. Esta expansão, todavia, teria sido suficiente? Parece que não, segundo as taxas de atendimento registrada no quadro 26 para o período 80/83. Em 1980, a taxa de cobertura à população na faixa etária de escolarização compulsória era de 69,3%, ligeiramente mais elevada que a registrada para o Brasil, de 67,06%. Em 1981 o índice cresce para 72,31%, decrescendo, no entanto, para 65,05% em 1983.

Parece claro, pelo quadro acima comentado, que o sistema de ensino de 1º grau de Rondônia, apesar de ter registrado um índice anual de crescimento de matrícula considerável no período 74/83, não foi capaz de responder com o dinamismo e/ou urgência necessários para alterar significativamente o seu índice de atendimento. Em se tratando de uma área que vem recebendo um fluxo migratório contínuo e expressivo, poder-se-à prever para breve um estrangulamento do sistema quanto à democratização da escolaridade obrigatória.

Destacam-se, conforme o quadro 27, em termos de atendimento à faixa etária entre 7 e 14 anos, os seguintes municípios:

Porto Velho:	(73,97%)
Guajará-Mirim:	(71,63%)
Vilhena:	(71,49%)
Ji-Paraná:	(71,39%)
Costa Marques:	(71,13%)

Dentre estes, cumpre ressaltar o município de Porto Velho, que, registrando o maior volume de demanda potencial (22,2% do total do Estado), apresenta também o maior índice de atendimento, sugerindo relativo dinamismo de seu sistema escolar. Já o município de Costa Marques, apesar de registrar um índice de atendimento elevado, apresenta menor volume de demanda potencial do Estado - 11.036 (onze mil e

trinta e seis) alunos (quadro 27), indicando um ritmo aparentemente pouco ativado de seu sistema escolar.

O atendimento ao ensino de 1º grau é de responsabilidade quase exclusiva da rede oficial. A presença da rede particular é mais significativa no município de Porto Velho, que reúne 60% da matrícula do ensino privado do Estado. Este se apresenta ainda nos municípios de Guajará-Mirim, Cacoal, Vilhena e Ji-Paraná.

Trata-se de um sistema de ensino que cresce de forma significativa no período de 74/83, insuficiente, contudo, para alterar consideravelmente o índice de atendimento à população na faixa etária de escolarização obrigatória. O sistema deverá responder aos déficits anteriormente acumulados, bem como atender a novas demandas, ditadas, inclusive, pelos altos índices de migração registrados pelo Estado.

Caso se pretenda atingir a equalização das oportunidades de acesso ao 1º grau em Rondônia, é necessário que seu sistema de ensino mantenha-se em crescente ativação, intensificando as atividades de construção de escolas, preparação de pessoal e apoio aos estudantes.

A equalização das oportunidades educacionais não pressupõe apenas a ampliação de vagas no sistema, mas também a garantia de que o aluno, uma vez ingressando no sistema, é capaz de nele permanecer, galgando níveis crescentes de

escolaridade. Tais aspectos do sistema escolar de Rondônia serão examinados neste trabalho, quando se tratará da produtividade do ensino expressa pelos índices: assincronia idade/série, evasão, reprovação.

Os índices de assincronia idade/série são indicadores de fluidez do sistema. Índices muito elevados de assincronia poderão indicar que as instituições apresentam níveis elevados de repetência. Assim, os alunos novatos teriam suas oportunidades de ingresso reduzidas, pois as vagas disponíveis estariam sendo obstruídas pelos alunos repetentes, provocando a inchação da rede escolar. Esta inchação, por sua vez, determina constante necessidade de ampliação do sistema escolar, tornando-se oneroso e de difícil administração.

Do ponto de vista de um Estado que vem recebendo fluxo significativos de população, o registro de índices elevados de assincronia idade/série indicador de óbices no seu sistema escolar em termos do caminhar rumo à equalização das oportunidades educacionais.

Conforme pode ser observado no quadro 28, o sistema oficial urbano de 1º grau de Rondônia registrava, em 1983, um total de 78.155 (setenta e oito mil cento e cinquenta e cinco) alunos, dos quais 15.528 (quinze mil, quinhentos e vinte e oito) alunos - ou cerca de 20% - tinham mais de 14 anos. Na zona rural este montante é menor, correspondendo a 3.542 (três mil, quinhentos e quarenta e dois) alunos com mais

de 14 (quatorze) anos, 6,7% do total de matriculados (quadro 29).

A análise do fenômeno por região administrativa indicava que a assincronia idade/série (população de mais de 15 anos) era menor em Ariquemes, Jaru, Pimenta Bueno, Vilhena e Colorado do Oeste e maior nos municípios de Guajará-Mirim e Costa Marques (quadro 30).

A produtividade escolar do sistema oficial de Rondônia está expressa nos quadros 31, 32, 33, 34 e 35. Contemplar-se-á, na análise, a primeira e quinta série de 1º grau urbano e I e III etapa do ensino rural. A seleção de tais períodos (zona urbana) se deve ao fato de constituírem pontos iniciais de etapas diferenciadas da trajetória escolar do ponto de vista do sistema seriado³⁸. Quanto ao ensino rural, trabalhar-se-á com dois pontos extremos - inicial (I etapa) - do sistema de ensino não seriado.

A primeira série (1º grau) da zona urbana de Rondônia registrou em 1982 um índice de produtividade de 50,36%, correspondendo aos aprovados no período, e de desperdício de 49,64% (evasão 29,47% e reprovação 20,17%). Os dados disponíveis sobre evasão não são conclusivos, podendo significar não necessariamente abandono de escola mas o reflexo da mobilidade populacional (quadro 31).

38 O ensino de 1º grau, embora oficialmente constituído em uma só etapa da 1ª à 8ª série, na prática ainda se subdivide em duas fases: 1ª à 4ª série e 5ª à 8ª série.

Neste sentido, devem-se relativizar as taxas de evasão registradas, uma vez que o Estado de Rondônia vive um processo de intensa flutuação demográfica. Saliente-se, apenas, que as taxas mais elevadas registradas situam-se nos municípios de Espigão do Oeste (44,30%) e Vilhena (36,24%). Sabe-se, por exemplo, que Vilhena caracteriza-se como passagem obrigatória de todo migrante que vem do sul do País. Apresentam-se com menor índice de evasão escolar os municípios de Costa Marques (17,89%), Porto Velho (24,39%) e Guajará-Mirim (25,91%).

O município de Vilhena, a par de seus índices elevados de evasão, registrava uma das mais altas taxas de aprovação do Estado, 51,18%, superada apenas por Porto Velho, com 57,94%. Os demais municípios registravam taxas inferiores àquelas obtidas para o total do Estado (5,36%). Observa-se apenas que Ariquemes (40,79%) e Ouro Preto do Oeste (41,00%) e Costa Marques (41,17%) aprovaram menos no ano em estudo.

Comparando-se a produtividade do sistema a nível da 1ª e da 5ª séries, constata-se (quadro 32) que a produtividade é menor na última, ou seja, 46,84% foram aprovados, 31,74% evadiram e 21,42% foram reprovados. A taxa de aprovação varia de 56,06% em Porto Velho a 27,00% em Jaru. além de Porto Velho, também o município de Cacoal registra percentual de aprovação superior ao registrado para o Estado, com 49,20% (quadro 32).

Estes dados revelam que a produtividade do sistema de ensino urbano de primeiro grau de Rondônia é baixa, não chegando a aprovar senão a metade de sua clientela. Na zona rural, a situação é ainda mais séria, uma vez que apenas 7,1% dos totais de alunos matriculados na I etapa concluíram o curso, contra 12,1% na III etapa. Obtiveram alguma produtividade a nível da I etapa os seguintes municípios: Espigão do Oeste (24,4%); Cacoal (24,4%); Costa Marques (19,2%); Porto Velho (15,6%) e Presidente Médici (10,2%). Nos demais a produtividade foi praticamente nula, mesmo se observando em relação à III etapa (quadro 33 e 34).

Quanto à evasão, a zona rural apresenta taxas ligeiramente inferiores à zona urbana, contrariando o comportamento usual do fenômeno a nível do País, onde esta é mais elevada no campo.

A seguir, apresentam-se as principais informações analisadas no período delimitado para a presente pesquisa.

Inicialmente, observou-se que o ensino de 1º grau no Estado é predominantemente oficial, sendo que a rede particular está presente em seis dos 13 municípios: Porto Velho, Guajará-Mirim, Cacoal, Vilhena, Ji-Paraná e Ariquemes. Em Porto Velho a rede particular apresenta maior peso, sendo no entanto considerada pouco representativa.

Em seguida, a análise da distribuição de matrícula por zona urbana e rural indica a predominância da primeira sobre a segunda, caracterizam-se como basicamente urbanas, em termos de volume de matrícula, as redes escolares dos municípios de Porto Velho, Vilhena e Guajará-Mirim, seguidas por Ji-Paraná.

Examinando-se também a distribuição das matrículas por região administrativa, verifica-se que elas estão centralizadas em quatro municípios, que reúnem 59% do total do alunado, do qual 1/4 encontra-se em Porto Velho.

Constata-se, ainda, que o sistema escolar de 1º grau em Rondônia apresenta, no período 74/83, índices elevados de crescimento anual. O ritmo de ativação do sistema não foi suficiente, porém, para alterar de forma significativa o índice de atendimento à população na faixa etária entre 7 e 14 anos, que é decrescente no período 80/83. Destacam-se, em termos de cobertura ao grupo etário situado na faixa de escolarização compulsória, os seguintes municípios: Porto Velho, Guajará-Mirim, Vilhena, Ji-Paraná e Costa Marques.

Outra constatação: o sistema apresenta um contingente elevado de matrícula (1/4 do total) com idade superior a 14 anos, o que provavelmente poderá estar obstruindo o ingresso da demanda escolar situada na faixa de obrigatoriedade legal. Isto exige do sistema expansão de forma mais agressiva.

Ademais, os elevados índices de assincronia idade/série observados, sugerem que o sistema escolar de Rondônia, embora emergente, já se inicia refletindo problema de "inchação" de matrícula ou pouca fluidez. Sendo elevada a taxa de reprovação no Estado, sobretudo na zona rural (que chega a ser alarmante), o sistema, provavelmente, entrará em colapso ao ter que responder a três tipos de demandas assim geradas:

- pelo crescimento vegetativo da população;
- pelo fluxo migratório;
- pelo grupo estudantil já inserido e que nele permanecerá.

A situação de Rondônia aqui descrita não se distancia muito da realidade educacional brasileira. Ressalte-se, apenas, que se trata de um sistema educacional emergente, que se inicia registrando problemas históricos da educação do País. São indispensáveis esforços e ações no sentido de se evitar a repetição de erros e o estabelecimento de um sistema educacional viciado. Há que se tentar soluções novas e criativas.

O ensino de 2º grau oficial de Rondônia registrava, em 1983, um total de 9.354 alunos, dos quais 50,90% correspondiam à matrícula do município de Porto Velho. Seguem-se a este, em termos de volume de matrícula, os municípios de Ji-Paraná (13,00%), Cacoal (8,10%), Guajará-Mirim (7,30%) e Vilhena (5,60%). Para 1984, segundo estimativas da SEDUC,

prevê-se um índice mais elevado quando a matrícula de 2º grau atingirá cerca de 11.341 (onze mil trezentos e quarenta e um) alunos, perfazendo um crescimento anual de 21,24% (quadro 35).

Não se dispõe das informações referentes à distribuição da matrícula numa série histórica, o que impossibilita a análise do ritmo real de expansão do sistema, no período em análise. Considerando-se, contudo, os índices de crescimento da matrícula de 1º grau, pode-se supor que este contingente pressionará pela ampliação de vagas no ensino de 2º grau.

O atendimento do sistema de 2º grau em relação ao grupo etário a ele correspondente (15 a 19 anos) é reduzido, atingindo apenas 5,86% da produção. Esta cobertura é basicamente feita pela rede pública, sendo a particular responsável por apenas 0,26% do total. Até o ano de 1983, a escola privada estava presente (em termos do atendimento à população de 15 e 19 anos) em apenas dois municípios do Estado - Porto Velho e Cacoal - e mesmo assim, sendo pouco representativa (quadro 36).

Apresentam taxa de atendimento mais elevadas que as registradas para o total do Estado, os municípios de Porto Velho (quase o triplo do total) e Vilhena (o dobro), seguidos por Guajará-Mirim e Ji-Paraná.

Examinando-se o (quadro 37), com a distribuição de matrículas no 2º grau por série, verifica-se que os índices de participação dos alunos vão reduzindo à medida que eleva a série escolar, sugerindo níveis significativos de evasão ao longo do curso. A matrícula na 1ª série, em 1983, é de 4.652 (quatro mil seiscentos e cinquenta e dois) alunos, declinando para próximo à metade na 2ª série - 2.851 (dois mil, oitocentos e cinquenta e um) - e, finalmente, registrando um decréscimo na 3ª série, cuja matrícula é de 1.803 (hum mil, oitocentos e três) estudantes.

De fato, os dados disponíveis sobre evasão indicam que ela é mais elevada no 2º grau, com taxa de 32,95%. O 1º grau registra taxas inferiores a 30%. A taxa de evasão oscila entre 28,40% (Porto Velho) e 49,67% (Colorado do Oeste). À exceção da capital, os demais municípios registram taxas equivalentes ou superiores ao total do Estado (quadro 38).

A reprovação não chega a se apresentar como um problema realmente sério a nível de 2º grau, sobretudo quando comparada com a situação do 1º grau, já comentada. Os índices de reprovação mais elevados foram registrados para os municípios de Ariquemes (15,80%) e Guajará-Mirim (15,23%). Os menos expressivos em Jarú (1,60%). Também Vilhena (2,85%) e Espigão do Oeste (1,45%) registram taxas pouco elevadas de reprovação (quadro 38).

Os dados sugerem que o grande problema do ensino de 2º grau reside na evasão ao longo do curso. Trata-se de um sistema escolar que apresenta-se com baixos níveis de qualidade.

Ilustrativos dessas percepções são os cursos regulares mantidos por empresas, tais como a "Odebrecht" destinados ao atendimento de filhos de seus funcionários - medida posta em prática para que a empresa possa atrair e reter seu corpo técnico.

Predominavam no Estado as habilitações clássicas de Contabilidade, Magistério e Secretariado. Encontravam-se, contudo, já em funcionamento em Ji-Paraná, uma escola agrotécnica, havendo ainda, duas projetadas para os municípios de Ariquemes e Colorado do Oeste.

Examina-se em seguida o nível de qualificação do docente de Rondônia, no período estudado. Os dados secundários informam apenas acerca do perfil de habilitação acadêmica do docente. Aspectos referentes ao seu nível sócio-econômico e percepções/aspirações em relação à educação, entre outros, que constituem o substrato deste perfil e interferem ao nível das relações pedagógicas, não se encontram disponíveis. Feitas estas ressalvas, passa-se a examinar a questão a partir dos dados existentes.

A habilitação de professores constituíam matéria não resolvida em Rondônia. Em 1983, de um total de 22.010 (vinte e dois mil e dez) professores em exercício na escola de 1º grau urbana, 52,90% são considerados habilitados. O fenômeno apresenta-se com comportamento diferenciado em termos da I e II etapas do 1º grau - mais agudo na última (43%) que na primeira (59,20%) (quadro 39).

Examinando-se o problema do ponto de vista do nível escolar, observa-se (quadro 4) a predominância de docentes com escolaridade de 2º grau, 62,2%, seguindo-se 3º grau com cerca de 31,30% e, finalmente, o 1º grau com 6,50%.

Apresentavam níveis escolares mais elevados (escolaridade de 3º grau) os municípios de Ouro Preto do Oeste (49,00%), Ji-Paraná (46,50%) e Ariquemes (38,50%). E registravam taxas menos elevadas de qualificação de docentes (maior contingente com 1º grau) os municípios de Costa Marques (47,40%), Presidente Médici (21,40%) e Colorado do Oeste (17,50%). Neste contexto, destacavam-se o município de Cacoal, por não registrar um só professor em escolaridade de 1º grau.

Dentre os docentes com escolaridade de 3º grau, 49,80% não completaram os estudos contra 24,4% no 2º grau. Estes resultados refletiam o modelo de interiorização do ensino superior em desenvolvimento no Estado pela Universidade do Pará, que oferecia cursos de longa duração através de núcleos distribuídos pela Capital e Interior.

O problema de habilitação de docentes, observa-se (quadro 41) que na zona rural o nível de formação escolar de docente é bastante elementar, próximo à metade deles apresentavam escolaridade de 1º grau incompleto. A isto se acresce o fato de que dentre o contingente de professores com escolaridade de 2º grau 1.003 (hum mil e três), cerca de 86,90% o possuíam ainda incompleto. A questão da habilitação de docente, sobretudo na zona rural, certamente deverá ser prioritária considerando-se, de modo especial, os baixos índices de produtividade registrados pelo ensino rural.

A nível de 2º grau, da mesma forma que no 1º grau, é elevado o percentual de não-habilitados, 45,7%, variando de 78,6% (Espigão do Oeste) a 28,8% (Guajará-Mirim). Ressalta-se, ainda, a situação de Jarú, na qual os seus seis professores não são habilitados (quadro 42).

A situação da habilitação de docentes é precária mesmo na Capital, onde o contingente de habilitados corresponde apenas à metade do total. Ji-Paraná, 2º município do Estado em número de professores de 2º grau (o 1º é Porto Velho), registra pouco mais de 1/4 de professores habilitados; em Cacoal, este percentual é de 25,6% (quadro 42).

Quanto ao nível escolar, predomina a escolaridade de 3º grau entre os docentes, ou 87,4%, variando uma escala de 73% a 100%. Neste particular, destacavam-se os

municípios de Cacoal e Pimenta Bueno, com o maior percentual de professores com curso completo de 3º grau (quadro 43).

O balanço quantitativo, ora desenvolvido, sugere que a educação em Rondônia não iria bem. Tal afirmativa não constitui, propriamente, uma novidade no contexto da realidade educacional brasileira - a Educação também não anda bem no País, se é que algum dia esteve.

Poder-se-ia argumentar que, em se tratando de um estado em fase de consolidação e organização político institucional, este diagnóstico logo se veria superado pela dinâmica da realidade local. De fato, as magnitudes numéricas registradas sofrerão alterações sobretudo em termos de sua distribuição intra-estadual.

Ocorre que os problemas detectados atingem tanto o município menos populoso quanto aquele com maior densidade demográfica. Trata-se de um sistema que cresce a taxa significativa ao ano, parecendo, contudo, não demonstrar a agilidade necessária para responder ao binômio quantidade versus qualidade, que se coloca no cerne das preocupações dos sistemas escolares a partir da década de sessenta.

O sistema de ensino rondoniense cresce sem parâmetros. Não se detecta, dentre os municípios, um perfil escolar distanciado do padrão de qualidade registrado para o total do Estado. A partir de uma ou outra variável analisada,

neste estudo, nunca por uma combinação destas, pode-se distinguir, contudo, alguns municípios mais expressivos do ponto de vista do planejamento educacional: Porto Velho, por incorporar próximo à metade da matrícula estudantil do Estado; Ji-Paraná, por ser o único município a contar, efetivamente, com uma escola agrotécnica de 2º grau; Cacoal, por algumas características de qualidade escolar; Ariquemes, pelo nível de habilitação de seus docentes; Vilhena, por desenvolver um esforço de definição de uma política educacional e de sua explicitação na prática; Guajará-Mirim, por se tratar de um município de colonização mais antiga, com percentual de atendimento significativo a nível de 1º e 2º graus.

Tal classificação deverá ser concebida em termos de sua transitoriedade. As reflexões neste trabalho, dirigem-se, é preciso não esquecer, sobre um território que se transforma em Estado e recebe fluxos populacionais crescentes, com todas as implicações daí derivadas.

O movimento populacional, com a flutuação de contingentes demográficos, de um a outro ponto do Estado em torno da BR-364, fará capitular um programa de ampliação de vagas escolares respaldado em referências convencionais. As soluções devem ser inovadoras, objetivando a reflexão da experiência acumulada no "saber pensar" ou "saber fazer" a educação. Há que se impedir que o sistema cresça já refletindo os vícios e distorções históricas da educação brasileira,

criando-se parâmetros calçados na realidade sócio-cultural local e expandindo-se em novas bases.

A secretaria Estadual de Educação apontava caminhos e articulava soluções. Os institutos de educação por ela proposto poderiam se constituir em núcleos experimentais dinâmicos, com influências positivas sobre o sistema escolar rondoniense. As escolas agrotécnicas poderiam responder à necessidade de recursos humanos requeridas por um Estado que abriu sua fronteira agrícola. Haverá outras demandas e outras soluções deverão ser formuladas. Há experiências a serem avaliadas como o "Pró-Rural", por exemplo. Há a questão da municipalização do ensino, que exigirá um esforço constante de reflexão por parte dos planejadores educacionais do Estado.

Não há soluções de gabinete que possam ser aventadas com garantia de sucesso. Há que se experimentar e avaliar, se se pretende colocar em andamento um sistema educacional plantado no potencial e perspectivas específicas do Estado. É preciso, a partir da prática, da vivência, articular modelos educacionais mais adequados ao Estado que integra características ao mesmo tempo da Região Amazônica e do Cerrado. É preciso conhecer que aluno, professor ou técnico, o sistema importa e exporta. Que de forças sócio-culturais, institucionais e políticas o sistema dispõe ou poderá dispor. Nesta definição, a Universidade Federal de Rondônia deveria emergir para desempenhar um trabalho de parceria com a SEDUC e a SEMECs.

No capítulo seguinte serão analisados os fatores políticos e suas influências na criação e no desenvolvimento da Universidade Federal de Rondônia, ficando patente que os dados reais analisados no presente capítulo não foram levados em conta para fundamentar a criação da UNIR.

CAPÍTULO III: OS FATORES POLÍTICOS E SUAS INFLUÊNCIAS NA CRIAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

1. CRISE DE IDENTIDADE

Procedamos, inicialmente, a um inventário sumário e sem pretensão ao rigor, de algumas constatações sobre o processo de criação da UNIR:

1. A UNIR, enquanto organização, mostra-se subordinada à perseguição de objetivos, os quais estão descritos em seu próprio Estatuto. A descrição de tais objetivos visa antecipar o estabelecimento de sua função no contexto em que está inserida. Sendo assim, a definição desses objetivos está ligada aos fatores políticos, provenientes das determinantes do Estado;
2. Os objetivos sociais a que se propõe, bem como suas finalidades conflitam com a prática estabelecida;
3. O emaranhado de legislação produzida, contribui para a inexistência de uma ação de transformação;
4. Tentativa de legitimação das ações por meio de uma ideologia de conteúdo humanista, através de uma pseudo-autonomia a serviço do coletivo;

5. Forte dominação sobre os indivíduos através da combinação de pesadas imposições e de grandes vantagens, produzindo um comportamento de apoio ao ideal do Estado.
6. Satisfação intelectual e política nos indivíduos, fazendo com que produzam trabalhos, mesmo estando em desacordo com suas finalidades ideológicas ou psicológicas;
7. A ideologia de eficiência a serviço da coletividade estabelece um compromisso entre os valores próprios dos indivíduos e os valores perseguidos pelo Estado.

O conjunto desses fatores resulta em um sistema econômico-político-psicológico de bloqueios e limitações múltiplas, cuja coerência assegura a dominação.

A concepção acadêmica no Brasil tem seus fundamentos históricos no processo político de colonização pelo qual a nação passou. A escassez de recursos humanos, físicos e financeiros não representa o entrave maior no desenvolvimento da universidade brasileira. Sua crise é essencialmente política, deixando patente as influências dos interesses da classe dirigente na criação da UNIR.

A concepção da UNIR tem suas raízes pautadas na inércia social, o que se percebe através dos valores e padrões vigentes na sociedade na qual está inserida. Esta passividade da sociedade em relação às formas de criação da instituição

reflete-se de maneira explícita na criação de todas as entidades públicas, mais especificamente, deixando patente a força das determinantes do Estado.

As Universidades são imaginadas como polo de criação, renovação, transmissão do saber e formação da consciência crítica da sociedade. Poder-se-ia dizer, com muita propriedade, que a universidade seria a fonte de renovação das decisões políticas da própria sociedade.

O que percebe-se é que o atrelamento da Universidade ao sistema de poder gera a permanência de uma forma de educação autoritária e mantenedora de um estado de coisas que se quer combater.

A UNIR emerge em um Estado que passa por um processo de organização político-institucional, existindo espaço para inovações potencialmente realizáveis. Porém, na realidade constata-se a construção de uma Universidade com os mesmos condicionamentos das demais, o que contribui para a limitação do seu próprio processo de desenvolvimento.

No discurso de um dos seus fundadores, percebe-se com clareza o atrelamento da UNIR ao Estado:

"A Universidade Federal de Rondônia foi criada a partir da expectativa de criação do Estado de Rondônia, com a chegada do Governador Jorge

Teixeira no território e sua grande vinculação com o presidente João Batista Figueiredo".³⁹

Entendendo-se por isso que a criação da UNIR é reflexo de uma cultura de ligações e interesses políticos alienígenos às reais necessidades da sociedade. Do ponto de vista social, a universidade teria que surgir de forma orgânica e interativa, refletindo a realidade que a circunda.

Numa reconstituição histórica sobre a Universidade Federal de Rondônia, percebe-se que suas formas de criação foram marcadas por determinantes políticas sem considerar as condicionantes sociais. A grande ênfase assentava-se sobre os parâmetros dos interesses do sistema vigente, ao invés de fundamentar-se numa postura de intenções acerca do movimento histórico pelo qual o Estado atravessava. A criação da Universidade Federal de Rondônia se deu através da absorção da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO). A ligação ao sistema Federal de Educação, de certa forma, viabilizou o desenvolvimento da instituição no que se refere a recursos financeiros.

Na época em que a Universidade Federal de Rondônia encampou o patrimônio físico, financeiro e humano da FUNDACENTRO, não houve por parte do órgão central de educação do país (MEC), a sensibilidade de elaborar um estrutura, partindo do que já existia e considerando a experiência e todo

39 Pereira, Moura Sinedi. Democracia Perdida - Documentário sobre a UNIR.

o conjunto de valores até então institucionalizados pela organização que fora encampada.

Um técnico do MEC manteve contato com a administração superior da FUNDACENTRO e elaborou uma estrutura sem a participação da comunidade que existia há alguns anos, ignorando, assim, a experiência acumulada pela célula geradora da atual Universidade Federal de Rondônia.

Trata-se de uma análise do tipo diagnóstico, com base em informações secundárias, disponíveis, prestadas pelo corpo dirigente, resultando num perfil de universidade extremamente academicista.

Desta universidade emergente, o que se pode esperar é a formação de recursos humanos em condições de introjetar padrões culturais, científicos e tecnológicos voltados para o ajustamento e não direcionados para responder à problemática, dando rumo à transformação social.

Como se percebe, o MEC impôs nova Carta Organizacional para adequar uma realidade que, certamente, se acomodaria em uma estrutura completamente diferente, que tivesse sido elaborada a partir da realidade existente e trabalhada pelos componentes da própria organização.

O primeiro pressuposto nos remete à crise da identidade que permeia a universidade brasileira, traduzida por

sua incapacidade de oferecer resposta aos problemas críticos da realidade do país. Deveria ter-se concebido um novo modelo de universidade, onde fosse destacada a preocupação de lastrear sua base no conhecimento universal.

O segundo pressuposto, ligado ao anterior, consiste em se reportar ao que representa o Estado de Rondônia. Criado recentemente, é portanto, uma unidade em formação.

Conclui-se que qualquer proposta para a universidade é uma prospecção que passa pela definição do papel que este Estado venha a desempenhar, ou seja, suas políticas de desenvolvimento.

Entende-se por formação no caso de Rondônia:

1. Abertura da fronteira agrícola através de um processo migratório intra e inter-estadual intensivo;
2. O surgimento de novos municípios que modificam o perfil sócio-econômico das regiões urbanas e rurais;
3. Elites políticas e sociais não consolidadas, cujas bases estão à mercê dos fluxos migratórios;
4. Uma política de desenvolvimento que se centraliza em torno da BR-364, em falta de definições mais gerais;

5. Processo burocrático em instalação com grande carência de quadros técnicos, desde a capital até o interior;
6. Centralização do poder político em indivíduos, com relações de mando informais, desconhecimento da máquina pública com a formação das câmaras através de eleições, dentro de um clima de inadaptação ao regime democrático.

O quadro estadual informa o terceiro pressuposto, que serviria de parâmetro à concepção da UNIR, atendendo-se suas limitações e potenciais, no sentido de traçar o papel social a ser desempenhado pela instituição.

O processo de modificação a UNIR é iniciado, não com a tônica de transformação surgida a partir das reflexões do quadro estadual, mas através de processo de adequação imposto pelos interesses políticos vigentes no momento.

A Universidade Federal de Rondônia surge, à mesma época do Estado, pela Lei nº 7.011, de 08 de julho de 1992. A Instituição, como falou-se anteriormente, incorporou cursos e patrimônio do Centro de Ensino Superior de Rondônia, mantidos pela Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO). Funcionavam sob autorização do Decreto nº 84.696 de 12/05/1980, os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, freqüentados por 410 alunos com 150 vagas ofertadas.

Além desta Fundação, outras iniciativas no ensino de 3º grau estavam presentes no estado, via convênio, como a Universidade de Santa Maria (RS) substituída posteriormente pela Universidade Federal do Mato Grosso e pela Universidade Federal do Pará. Esta última realizava cursos de licenciatura, de curta e longa duração, nas áreas de Ciências Humanas e Letras. Também este núcleo foi, de certa forma, incorporado pela UNIR com a oferta de novas opções, ressaltando-se a universidade colaboradora deveria concluir os trabalhos iniciados. Observa-se ainda que esses cursos eram ministrados tanto em Porto Velho quanto no interior, o que justificava sua permanência, uma vez que a UNIR iri atender somente à Capital, no momento de sua estruturação.

A UNIR é criada em seu discurso com uma proposta de regionalização e adota uma estrutura departamental. Desses departamentos funcionaram inicialmente os de Educação, Ciências Exatas e Ciências Humanas e Sociais. Além dos cursos da FUNDACENTRO, criaram-se novas opções, todas voltadas para o atendimento à educação, que iniciaram suas atividades em 1983. A UNIR amplia a oferta de cursos e passa de regime semestral ao seriado.

Ao lado do incipiente projeto acadêmico, a UNIR recebe como falou-se anteriormente, uma estrutura gerencial frágil e além do mais imposta pelo MEC. Tais aspectos contribuíram para a vulnerabilidade à política estadual e federal. Ficam em questão, por conseqüência, a autonomia da

Universidade e a necessária competência de seus quadros. Resta ressaltar que o novo deve ser mais cauteloso e mais desafiante para não repetir formas burocráticas que emperram o ensino de terceiro grau no Brasil.

Percebe-se que a UNIR desenvolveu-se atrelada aos parâmetros do poder do Estado que controla a sociedade de forma autoritária. Não se detecta no desenvolvimento da Instituição um perfil de tendência à transformação social a partir de variáveis expressas por um planejamento participativo.

2. TENTATIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO

A UNIR experimentou alguns momentos e tentativas de desenvolver-se através da participação e sua comunidade. Em 1983, realizou-se o "Seminário de Definição do Modelo da UNIR", evento que reuniu os seguimentos mais significativos da comunidade rondoniense e tinha como objetivos:

- *"Oferecer à comunidade de Rondônia oportunidade para analisar, debater e definir o modelo da UNIR;*
- *Delimitar o campo de ação, bem como balizar as diretrizes, filosofia e compromissos sócio-culturais;*

- Coligir opiniões, aspirações e carências da comunidade com a finalidade de elaboração de um Plano de desenvolvimento para a Universidade;
- Recolher contribuições e experiências de professores de outras universidades, especialistas em ensino superior do país, bem como ouvir administradores universitários brasileiros, especialmente os atuantes na Amazônia Legal."⁴⁰

Em decorrência dos painéis apresentados por especialistas do Ensino Superior, planejou-se aproveitar as idéias fundamentais e aprofundar-se nelas através de trabalhos em grupos pelos participantes. Foi a partir dessa metodologia e dos resultados dos trabalhos em grupo que se redigiu o relatório Final. A síntese resultou em um documento participativo, capaz de subsidiar o planejamento da UNIR no momento de sua concepção, simplesmente pelo fato de ter sido originado através da comunidade que demandaria os seus resultados num futuro próximo.

Encontra-se também registros de que no primeiro semestre de 1984 foi realizado seminário com os professores, cujos objetivos eram produzir documento que apresentasse elementos básicos para a elaboração de um modelo pedagógico

40 Relatório do Seminário de Definição do Modelo da UNIR. - Porto Velho - 1983.

para a UNIR. A substância desse documento seria a definição de pressupostos calcados nas experiências das atividades acadêmicas até então desenvolvidas no curto período de vida da Universidade, pesquisas bibliográficas e vivência de outras instituições de ensino superior, com a finalidade de subsidiar os métodos e técnicas de ensino, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e atividades da universidade em geral.

No final de 1984 foi ventilada a possibilidade da UNIR conseguir recursos através do CEDAT, incluindo-se no rol das universidades carentes que seriam contempladas com os recursos do Acordo MEC-BID-III.

Uma das exigências fundamentais seria a elaboração de um plano de desenvolvimento, objetivando a redefinição de suas estratégias, baseando-se no conhecimento da realidade regional e utilizando-se da experiência gerada nos poucos anos de vida institucional.

A UNIR convocou um grupo Técnico consultivo, formado por professores de várias áreas e de diferentes universidades, para dar apoio técnico ao seu processo de planejamento. Colaboram, assim, neste processo, por solicitação da UNIR, docentes das Universidades Federais do Amazonas, de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e de Pernambuco. Paralelamente, a UNIR, com o suporte citado, formou sua equipe de planejamento, a qual, unida ao Grupo Técnico Consultivo, veio a

compor a Equipe Central de Planejamento, responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento da UNIR.

A estratégia de implantação apresentada neste documento previa a autorização do Conselho Federal de Educação para o funcionamento de UNIR como universidade experimental e alternativa. Contemplava também um conjunto de programa que reuniam projetos complementares, os quais deveriam possibilitar o funcionamento da UNIR nos moldes propostos. Dentre esses projetos, seriam selecionados aqueles prioritários, cuja execução se daria através da inclusão da Universidade no Acordo MEC-BID-III a fim de viabilizar financeiramente sua implantação.

Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da UNIR, buscou-se o envolvimento da comunidade universitária e extra-universitária na definição da nova dimensão de atuação a ser adotada pela universidade.

Numa fase preparatória, o Grupo Técnico Consultivo, após discutir o projeto a nível de SESU, do CEDATE, do CNPq e da CAPES e manter contatos preliminares com a Administração Superior da Universidade, reuniu-se aos membros da equipe de planejamento da UNIR, formando-se assim uma Equipe Central de Planejamento.

A Equipe Central de Planejamento procedeu então a detalhada análise documental, estudando o relatório do

"Seminário de definição do Modelo da UNIR" e a "Análise Situacional da UNIR", elaborada por técnicos da Universidade e outros documentos e pareceres de consultores que analisaram a problemática da UNIR e do Estado de Rondônia.

A partir das condicionantes e possibilidades locais, foi proposta uma metodologia para deflagração de um processo de planejamento da UNIR, do qual a elaboração desse documento constituiu-se num momento significativo.

Na primeira etapa, que correspondeu a um momento de sensibilização, procurou-se lançar os fundamentos de uma estratégia participativa, partindo-se do pressuposto de que a consecução do que fosse planejado só se realizaria através do engajamento dos vários grupos afetados pelo planejamento nas diferentes etapas desse processo, promovendo-se assim a aceitação das ações planejadas e o conseqüente compromisso com a execução.

Assim, nesse momento de sensibilização, o Grupo Técnico Consultivo, assumindo uma postura de facilitador do processo, iniciou uma sistemática de contatos com a Administração Central da UNIR, os coordenadores, professores, alunos de cada curso e funcionários administrativos, bem como os grupos representativos da comunidade extra-universitária, visando sensibilizar esses segmentos para a questão da validade da proposta de uma universidade experimental e alternativa para

Rondônia, e também quanto à viabilidade de concretização dessa proposta.

As contribuições desse momento inicial serviram de base para as discussões do momento subsequente e representaram elementos fundamentais para definição da estratégia de desenvolvimento da UNIR.

Na etapa seguinte, correspondente a um momento de mobilização, buscou-se constituir grupos específicos, por cursos, nos quais seriam discutidas as propostas iniciais e as proposições contidas nos vários documentos acima citados. Tais grupos seriam formados por professores e alunos, representantes de cada curso, indicados por seus pares. As propostas e comentários originados nessas duas etapas foram apresentados em relatório, para que fossem analisadas, criticadas e debatidas por todos aqueles que participavam do processo, de modo que se pudesse verificar se as proposições apresentadas tinham sido registradas de forma fidedigna e se tinha havido alguma omissão significativa.

É importante salientar que o relatório, por visar retratar o mais fielmente possível os resultados das reuniões, relacionou um conjunto de sugestões muitas vezes conflitantes e não complementares, que foram depois trabalhadas com vistas a se identificar pontos de convergência para a formulação das diretrizes a serem seguidas pela UNIR.

A leitura e discussão desse conjunto de sugestões, possibilitou uma reflexão mais profunda sobre os rumos a serem seguidos pela UNIR, buscando-se denominadores comuns para pontos polêmicos, de modo que o Plano de Desenvolvimento pudesse ser aperfeiçoado.

Dando continuidade ao processo iniciado, a partir das contribuições apresentadas e das críticas e sugestões resultantes de sua análise, a Equipe Central de Planejamento elaborou uma versão esquemática das diretrizes para o Plano de Desenvolvimento da UNIR, a qual foi incorporada também desse modo a visão dos membros do Grupo Técnico Consultivo, resultante de sua experiência de trabalho em outras instituições de ensino superior do país.

Essa versão esquemática, após discussão com a Administração Central da UNIR, foi inicialmente apresentada à SESU e discutida em mesa-redonda, no MEC, da qual participaram dirigentes com larga experiência na problemática do ensino superior no Brasil, assim como representantes da Administração Central da UNIR, dos professores e dos funcionários.

A partir das críticas e sugestões originadas nesta Mesa-redonda, a Equipe Central de Planejamento, contando com a participação de professores, de representantes da Administração Central e de Técnicos de Órgãos governamentais, formulou diretrizes para o desenvolvimento da UNIR e apresentou uma proposta de estruturação para a Universidade, que foi

discutida com a Administração Central e representantes dos professores e alunos.

Paralelamente, foi definida a estratégia de implantação desse plano, da qual fazia parte elenco de programas cuja implantação deveria capacitar a UNIR a seguir os rumos desejados. Cada programa era formulado por conjunto de projetos mutuamente complementares, dentre os quais seriam selecionados os projetos prioritários que deveriam ser financiados com o suporte do Acordo MEC-BID-III.

A elaboração dos projetos viabilizados para esse Plano constituiria mais uma etapa desse processo. Após a aprovação desses projetos, passar-se-ia para a fase de implementação desse Plano de Desenvolvimento, obedecendo-se a estratégia sugerida no próprio Plano.

Percebe-se que a elaboração do Plano de Desenvolvimento através de forma participativa, *"seria, então, aquela condição em que os cidadãos sentem que, por fazerem parte têm parte real na condução e por isso tomam parte cada qual em seu ambiente - na construção de uma nova sociedade da qual se sentem parte".*⁴¹

Muitas são as formas primárias de participação do homem nas ações coletivas. Bordonare descreve que a *"associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade*

41 Bordonare, Juan E. Díaz. O que é Participação. 2ª Edição, Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1988, p. 23.

comum na qual eles não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos, é o exercício para a aprendizagem da participação em níveis mais amplos".⁴²

Mediante as afirmações do autor anteriormente citadas, ao referir-se sobre as práticas de participação na UNIR surgem várias indagações:

- a) Até que ponto vem sendo asseguradas a participação e a representação política das comunidades universitária e extra universitária do Estado de Rondônia?
- b) Como entender a participação que vem sendo tão debatida na UNIR como modelo de construção de uma nova realidade?
- c) Porque se fala tanto em participação na UNIR, quando as formas tradicionais de representação política dominam até hoje, não só o Estado de Rondônia, mas o cenário Nacional?
- d) Não será o planejamento participativo na UNIR, um mecanismo de mediação utilizado pela Administração para amortecer as tensões de sua comunidade?
- e) Não será o planejamento participativo na UNIR utilizado como um código para impedir os desvios e mobilizar os indivíduos?

42 Bordonare, Juan E. Diaz, op. cit., p. 24.

f) Qual a causa da solução de continuidade ou da não implantação dos produtos originados do processo participativo na UNIR?

São questões de natureza idêntica as acima mencionadas, que deixam frágil o significado do que representa o planejamento participativo, até mesmo porque o tema ainda não constitui um modelo teórico que possa ser utilizado no desenvolvimento das organizações.

Sendo assim, *"adjetivar o planejamento com a palavra participação não muda o seu caráter de classe"*⁴³, o que percebe-se é que ele deixa de ser coercitivo e assume um aspecto consensual.

A Universidade Federal de Rondônia tem utilizado formas participativas na elaboração de seus instrumentos administrativos, como também na definição de sua própria filosofia de atuação. Por outro lado, percebe-se que tais instrumentos não são implementados, ou sofrem alterações alheias aos seus elaboradores, antes de suas execuções. Sendo assim, questiona-se os motivos que levam a comunidade universitária a aceitar tais modificações uma vez que seus produtos são violentados, não ocorrendo novas consultas.

43 Pinto, João Bosco. Planejamento Participação: Mito ou Prática de Classe. Revista de Cultura Vozes, Ano 81, Vol. LXXXI, jan./fev., 1987, nº 1, p. 83.

O que observa-se na UNIR, são utilizações de formas de participação desenvolvidas na elaboração de planos e que na prática correspondem a um modelo de cooptação onde a administração consegue a hegemonia, não obstante apresente um discurso de transformação no momento em que se insere mecanismos de participação no seu dia-a-dia.

Para entender tal realidade, é necessário analisar o aspecto participação abordando a questão do poder e suas formas de manutenção.

3. RELAÇÕES DE PODER

Na UNIR os indivíduos se submetem à exigências e controles da administração, não simplesmente por causa do sistema autoritário e do medo da repressão, mas porque retomam por sua própria submissão, o que podemos confirmar em Ansart quando afirma que *"em todo campo social heterogêneo e de dominação a ideologia dominante participa do funcionamento do poder, mas exerce um efeito coercitivo sobre as classes dominantes"*.⁴⁴

O fato de trabalhar ou estudar na UNIR, que concede status por ser a única universidade do Estado, faz o indivíduo aceitar e renunciar ao que ele é para se tornar parte integrante da estrutura hierárquica. Pelo que percebe-se, os

⁴⁴ Ansart, Pierre. *Ideologias Conflitos e Poder*, p. 210.

indivíduos reduzem-se ao papel de um executante dócil, fazendo simplesmente o que lhes mandam sem o mínimo de questionamento. O mais interessante é que se sentem livres e verdadeiros partícipes nas decisões da UNIR. "Por isso dizemos que participação sem auto-sustentação é farsa"⁴⁵.

É importante perceber que esse nível de submissão pode ser resultante das formas simbólicas criadas pelos dirigentes ao estabelecerem seus discursos. "Esse discurso se constrói segundo o esquema de legitimação/invalidação e constitui o partido central da legitimidade"⁴⁶.

Os indivíduos nesse sistema de autoridade não são mais eles próprios. Sendo assim, passam a ser agente executor da vontade da instituição. Tais características assemelham-se ao "desculturamento", de divisão entre mundo externo e mundo interno existente nas instituições totais⁴⁷.

As consequências desses comportamentos coletivos, inculcando no indivíduo que o que é bom para a UNIR é bom para ele, faz com que as pessoas percam a noção individual e passem a perceber-se como um célula insignificante, conformando-se com a determinação da

45 Demo, Pedro. Planejamento Participativo-Visão e Revisão. IPEA/IPLAN/CPR. Brasília, dezembro de 1984, p. 6.

46 Ansart, Pierre. Ideologias, Conflitos e Poder. Zahar Editoras, Rio de Janeiro.

47 Gofman, E. Manicômios, Conventos e Prisões. São Paulo, Perspectiva, 1974, p. 23.

autoridade, desobrigando-se de compromissos com as suas próprias vontades e ações.

Como falou-se anteriormente, as pessoas se submetem a tudo isso não pelo medo da repressão, mas porque penetram na estrutura sutilmente, achando-se engajadas sem serem obrigadas. Portanto, o poder na UNIR torna-se mais eficaz quanto mais a força de imposição administrativa é assumida pelas próprias pessoas a quem se destina. O resultado é que ao aceitarem as regras, as coisas funcionam livremente, não percebendo os indivíduos que estão sob as imposições do sistema.

Na UNIR, existe uma busca acentuada dos indivíduos para a participação na administração superior. Em virtude disso, identifica-se dois tipos de comportamentos, os quais, apesar de antagônicos, dão acesso à participação no poder. O primeiro, diz respeito aos indivíduos que têm comportamento de extrema obediência, o que se traduz pela sua própria submissão. Tais indivíduos são candidatos imediatos aos cargos. Isto explica notadamente porque pessoas que têm interesse em mudar de situação, possuem comportamentos e discurso conservadores, reforçando a todo instante a manutenção do "status quo".

O segundo caso é caracterizado por indivíduos que vivem questionando todos os aspectos da instituição, chegando a tornar-se um inimigo visível da administração

superior, "com vistas a destruir os elos politicos da ordem vigente"⁴⁸. Interpretando-se esses argumentos, significa que tais indivíduos se constituem uma ameaça contra o poder, preocupando a administração da UNIR pelos riscos que poderão advir dos seus contatos com a comunidade.

Para a administração, a ausência de críticas e questionamentos à autoridade, a aceitação da ordem existente e o conformismo, são aspectos que reforçam o poder e a ideologia dominante. Sendo assim, os dirigentes oferecem cargos a estas pessoas para cooptá-las, fazendo com que se mantenham silenciosas ou revertam os seus discursos. Esta prática constitui um dos instrumentos mais usados pela administração da UNIR, surtindo grandes resultados e falhando com raríssimas exceções. Portanto é bastante comum perceber mudanças repentinas no comportamento de determinadas pessoas quando agraciadas pelos cargos, tornando-se visível a substituição de seus discursos contestadores por um silêncio inexplicável. Para a administração, a maioria silenciosa é a concordância com o discurso ideológico dominante, e a forma de recusar tudo que venha a colocar em questão o consenso da ordem vigente.

As questões analisadas em relação aos mecanismos de participação utilizados pela Universidade, a solução de continuidade dos projetos desenvolvidos através dessa forma, a passividade da comunidade em aceitar modificações alheias às

48 Ansart, Pierre, op. cit., p. 102.

suas vontades, ficam claras quando entendidas as relações de poder e suas formas de manutenção na dinâmica da instituição.

A UNIR se comporta como uma instituição recalcante, quando percebe-se que os indivíduos são verdadeiros seguidores dos seus dirigentes, que através de formas descritas anteriormente, conseguem legitimar sua ideologia, fazendo com que todos vejam suas tarefas, não como simples obrigação, mas como um ideal ao qual devem identificar-se.

Percebe-se a produção de uma linguagem repetida intensamente por quase todos os seus dirigentes, e que funciona como um código para impedir os desvios e mobilizar os indivíduos, fazendo entender que *"a ideologia dominante disfarça precisamente as oposições, as opressões, as resistências potenciais, o incompleto da totalidade. Responde a essa falta apresentado-lhe a imagem da totalidade racional; destrói o drama da desigualdade e da dominação pela racionalidade da linguagem"*⁴⁹.

A UNIR é ao mesmo tempo produtora e produto do simbólico, até mesmo nas atividades que caracterizam a repressão como as punições, as proibições e censura que se firmam no plano do simbólico. São atitudes que Ansart considera como *"violência simbólica"* e que se acham evidentes nas práticas da UNIR como recalcantes.

49 Ansart, Pierre, p. 210.

As conseqüências da substituição do eu dos indivíduos pelo ideal da universidade são múltiplas. A mais direta é a interiorização pelos indivíduos, das exigências fixadas pela UNIR. Esta pode, por conseguinte, através deste processo, canalizar ao máximo, sem ter portanto de empregar um sistema de obrigações funcionando à força e à repressão.

Por outro lado, as pessoas se submetendo totalmente, trabalham pela instituição como por si mesmas. Elas têm o sentimento de que a instituição faz parte delas, do mesmo modo que elas fazem parte da instituição, é o que leva a fazerem isto porque *"a prática da censura, o exercício da 'vigilância ideológica', o controle e a repressão das expressões pelos Governos autoritários revelam suficientemente a importância da linguagem política no domínio dos conflitos e na manutenção das submissões"*⁵⁰.

Há portanto uma dominação da instituição sobre os indivíduos ao nível inconsciente, dominação tanto mais forte se ela é correlativa a uma dissolução da instância crítica, ao constatar-se que *"enquanto a educação científica prepara o sujeito para romper o imposto, duvidar do adquirido, ele se acha envolvido pela educação ideológica numa circularidade de evidências práticas, onde a sua própria linguagem não cessa de reportá-lo adequadamente à linguagem comum e às práticas cotidianas"*⁵¹.

50 Ansart, Pierre, p. 211.

51 Ansart, Pierre, p. 211.

A dominação da instituição sobre o inconsciente pode se fazer de diferentes maneiras, notadamente dando aos indivíduos os meios de canalizar sua agressividade e suas angústias, ao mesmo tempo que procura lhe dar prazer. Mas não considera-se aqui tão somente o mecanismo que consiste, para a instituição assegurar sua dominação captando o eu ideal dos indivíduos que a compõe.

Este processo se dá em particular pela existência de regras nas quais o respeito e a coerência asseguram ao indivíduo segurança e poder. Oferecendo um sistema de crenças, um ideal de vida concretizado por regras e procedimentos, a instituição responde a uma necessidade profunda do indivíduo, tendo em vista que *"a ideologia vem imediatamente corresponder às necessidades individuais de identidade, buscando para cada um representação positiva e eventualmente exultante do eu"*⁵².

A partir daí o indivíduo vai procurar se conformar ao modelo de personalidade suscitado pela instituição: uma personalidade individualista, agressiva, mais adaptável, tendo um ideal de perfeição, de fortes exigências morais, e resistente à depressão e à angústia. O ideal coletivo substitui o eu ideal de cada um. As exigências da instituição tornam-se uma obrigação inconsciente.

⁵² Ansart, Pierre, p. 213. Erik H. Erikson, *Identity, Youth and Crisis*, W. W. Norton & Co.; trad. frac.: *Adolescente et crise*, Paris, Flammarion, 1972.

Apresentando um modelo de personalidade baseado no sucesso e na conquista, a organização canaliza ao seu proveito os impulsos do indivíduo que tende a adequar-se a este modelo.

O indivíduo que se adequa, acha na instituição uma fonte de satisfação e de valorização pessoal importante, satisfações que explicam a aceitação das obrigações, parcialmente que diz respeito à carga de trabalho. Estas satisfações serão fortes, todavia ele aceitará e trará satisfações aos que a ela se identificam.

Quando identifica-se com a instituição, é pelas perfeições que se espera do seu próprio eu. As qualidades da instituição transforma as qualidades das pessoas, mesmo se o indivíduo tem consciência de estar num processo, os fundamentos desse processo ficam inconscientes, o que explica que não se pode escapar. Ele trata a instituição como seu próprio eu, e uma parte da sua satisfação se acha transferida para a instituição por identificação.

Há, de uma parte, interiorização na medida onde a pessoa faz passar inconscientemente de fora para dentro, as qualidades da instituição. *"Além do mais, este 'fazer crer' busca pelo trabalho de persuasão duplicar-se com o fazer amar que visa unir os afetos e os inconscientes às instituições"*⁵³.

53 Ansart, Pierre, p. 215.

Outra parte, as particularidades individuais desaparecem. A identificação à instituição leva à identificação aos outros membros. Não há necessidade de ligações funcionais ou de relações afetivas individuais para que se estabeleça, ligações entre os indivíduos. Essas ligações existem de repente pela relação comum inconsciente à Instituição. As reações e os sentimentos dos indivíduos são marcadas de um traço comum por referência ao objeto idealizado.

O poder da Instituição permite crer numa onipotência individual, de um eu em incessante expansão não encontrando limites e procurando satisfações constantes. Há uma construção de um eu ideal à imagem da finalidade das determinantes da Instituição. a Instituição exige que o indivíduo dê o melhor de si, mesmo que ele se consagre inteiramente ao sucesso, que ele as sacrifique. Ele é condenado ao sucesso. Isto não é evidentemente uma lei formal, mas uma ordem que encontra seu fundamento na onipotência do inconsciente de cada um. É uma exigência absoluta que, como todo absoluto, é inacessível.

Uma outra consequência da captação pela instituição, do eu ideal de seus próprios membros, é a tendência a perder todo espírito crítico: a Instituição é perfeita, tudo que ela faz é bom e irreprovável. Em caso de conflito entre ele e a instituição, o indivíduo terá tendência a desviar a agressão contra si mesmo, a se deprimir, a sentir-se culpado, em lugar de acusar e atacar a Instituição. Isto

caracteriza que "a imposição de um sentido comum pode, portanto, constituir para o poder político um instrumento decisivo de sua manutenção e exercício. A conformidade subjetiva do governado com o governante, levando a aderir à decisões por intermédio e uma adesão às finalidades, dissipa as reticências ligadas à submissão e reconstitui a aliança prática entre os detentores e os despojados do poder"⁵⁴.

4. DISCURSO POLÍTICO DA INTERIORIZAÇÃO

Em 1984, foi elaborado um estudo a nível de Estado para nortear o crescimento da UNIR. Nesse documento, intitulado "PLANO INSTITUCIONAL"⁵⁵, a interiorização foi concebida como necessária para respaldar o desenvolvimento da região, alertando que, para isso, seria importante uma estratégia gradual e cautelosa. Recomendava-se que a interiorização não poderia se dar em detrimento do Campus Central, devendo começar pelas áreas em que a UNIR possuísse maior proficiência acadêmica.

Observa-se na prática que, a idéia do documento acima explicitado é substituída por determinantes de ordem político-partidária, visando a obtenção de votos em detrimento da qualidade do ensino superior no Estado.

⁵⁴ Ansart, Pierre, p. 219.

⁵⁵ Fundação João Pinheiro. Plano Institucional da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Belo Horizonte, 1984.

A Universidade, neste esquema, transforma-se em uma entidade que, além de reprodutora da ideologia do Estado é também instrumento utilizado pelos políticos mais influentes para a perpetuação de suas forças no interior do Estado.

Desprovida de forças norteadoras para um processo de transformação social, a universidade é conduzida unilateralmente para manter a sustentação desses políticos, o que significa atribuir à educação uma função instrumental da vontade onipotente de uma classe dominadora.

As coalizões e compromissos foram se sedimentando de forma que, a UNIR, através de seus dirigentes, deram configurações definidas juntamente com o poder político-partidário predominante, estabelecendo alianças e obrigações de atender os seus desejos e interesses, o que podemos constatar através de discursos como:

*"Fiz uma reivindicação sensata e fui atendido, pois reconheceu o Conselho Diretor da UNIR que os guajaramirinsenses merecem ter o curso superior de pedagogia. Sempre procurei defender os interesses de Guajará-Mirim e a prova mais recente é este reconhecimento da UNIR"*⁵⁶.

Percebe-se que a criação de unidades da Fundação Universidade Federal de Rondônia no interior do estado está

56 Depoimento do Deputado Estadual Rigomero da Costa Agra/PMDB - Jornal O Estadão, de 01/07/1988, p. 3.

sempre vinculada a um interesse político partidário, observando que, em todos os municípios onde a UNIR implantou-se, sua gênese está sempre acompanhada de uma determinante política.

Em relação à unidade da UNIR em Cacoal, o objetivo, segundo Albuquerque, "é possibilitar que Cacoal faça parte das comunidades beneficiadas pela UNIR, como são Ji-Paraná, Vilhena, Guajará-Mirim e também Porto Velho. Cacoal é hoje um foco de desenvolvimento, e a instalação no município vai apressar esta melhoria. Apesar de vozes discordantes e que tentam distorcer o trabalho daqueles que querem ver uma extensão da UNIR em Cacoal, a sociedade está consciente e que este é um investimento para a cidade e para os nossos filhos. O meu envolvimento pessoal neste projeto tem como objetivo único a melhoria do ensino em nosso Estado e o objetivo de uma política educacional em prol da cidade onde resido"⁵⁷.

O consenso entre os dirigentes da UNIR e essas forças políticas, implantando cursos universitários no interior, incrementam a crise da Universidade e se constitui no ponto fundamental para a produção de um ensino superior de qualidade indesejável, tendo em vista a inexistência de recursos financeiros, humanos e materiais para a manutenção dos mesmos.

Destaca-se com relativa clareza, após análise das declarações dos políticos, que os princípios básicos da

⁵⁷ Depoimento do Secretário Adjunto da SEDUC - Albuquerque Cavalcante - Jornal O Estadão, de 25/07/1988, p. 5.

interiorização da UNIR estão sustentados pelos fundamentos dos interesses político-partidários e do Estado, que se dão através do que neste trabalho se convencionou de fatores políticos. Isto, como já se colocou anteriormente, são modos norteadores que possuem uma dimensão normativa e direta, com o propósito de orientar a sociedade para a consecução dos fins estabelecidos pelo governo, quer no campo político, social, econômico e cultural.

A partir dessa discussão é que se pode visualizar a criação de unidades no interior, como parte da estratégia do sistema político na tentativa de garantir seu "status quo", reproduzindo a mentalidade clientelista.

Pode-se constatar essa questão nas declarações de um ex-aluno da UNIR quando critica a política de interiorização da Instituição.

"A Universidade Federal de Rondônia, assim como quase todas as instituições governamentais, tendem a não ser eficientes. A resposta seca e clara, é que o fator político nestas duas últimas décadas, esteve e vai continuar passando por cima, desconhecendo as leis, desrespeitando o contribuinte, não levando em conta o caráter técnico, retardando ou disfarçando o social, e trocando o econômico pelo financeiro. A existência de dez cursos

dentro dessa Universidade, reconhecidos pelo Ministério da Educação, já é um desafio para a região Norte. Diria até que, 25 (vinte e cinco) anos de existência para o aperfeiçoamento da metade dos cursos citados, seria um prazo ideal para que esta escola amadurecesse, criasse renome, conceito, competência, eficácia, responsabilidade, efetividade e, sobretudo, cre-di-bi-li-da-de, num país como o nosso, onde os orçamentos para a educação, com muitos sacrifícios, só consegue chegar a 18% do Produto Interno Bruto. A multiplicação de mais cursos ou a interiorização de cursos, serve apenas para atender aos apelos maldosos, eleitoreiros e dar continuidade ao clientelismo. Se cada reitor Pró-Tempore que passar pela UNIR, abrir uma faculdade ou cursos, pelos municípios do estado, em menos de cinco anos, Rondônia terá o maior curral de votos do país, e ele estará contribuindo para a antiga filosofia do Ministro da Educação de 1973, cujo pensamento se aproximava ao nivelamento do ensino por baixo, e que todo cidadão, ao nascer, já deveria ser portador da certidão de nascimento e o diploma de nível superior desejado para ele, pelos pais. Vejam bem, hoje a UNIR não tem muito claro qual o seu futuro, em qual curso irá investir, se

especializar, aprimorar... Faltam professores, laboratórios, equipamentos, aulas práticas, sistema de monitoria, pesquisas, definição de sua tendência na formação dos profissionais, com base ou não no regionalismo, etc, etc..

E por que não investir em apenas dois cursos na universidade? Dando a satisfação ao povo, à comunidade e aos profissionais locais na certeza de que ele jamais será discriminado em alguns concursos, que excluem os candidatos formados por Universidades da região Norte do país. É mais racional tocar dois cursos em nível de concorrência do que tentar levar vários sob o disfarce de plataformas político que passar pela UNIR tentando negociar a sua manipulação, estará procedendo uma desadministração, fazendo um serviço contra a cultura e condenando-nos ao eterno desequilíbrio regional que perdura no Brasil desde o império. Será ainda mais uma entidade a passar de pires na mão em Brasília, por não ser prioridade. Para deixar claro, analise bem: Em Goiás, em 1980, saía em média 800 bacharéis em Direito. Lá existia, nesta época, a Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, com campus avançados em Rio Verde, e outros

municípios; a Universidade Católica e a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas.

Cada escola dessas, operado no sistema semestral, nos leva a crer que é preciso parar de criar órgãos e instituições neste país. É preciso deixar de copiar os vícios dos outros estados"⁵⁸.

Ao tomar esse rumo, a política de interiorização da UNIR não levou em conta a educação como possibilidade de transformação que é o seu papel precípua. Ocorreu de maneira desordenada, objetivando apenas o fortalecimento dos pactos políticos dos seus dirigentes, não considerando as reais necessidades e potencialidades da sociedade. Neste contexto de redução da educação a um fator de interesses, todas as tentativas de planejamento participativo ficam apenas nos discursos, como pode-se observar em documentos produzidos pela comunidade.

"No que se refere ao problema das instalações centralizadas ou disseminadas em pólos Regionais, o grupo entendeu que a UNIR está vivenciando um processo de criação. Discute, no momento, o seu modelo, cujo passo inicial será sua consolidação, como universidade, na Capital, num primeiro momento. Este processo de

⁵⁸ Fonseca, J. T. Hermenegildo. UNIR?, ou Segregar a UNIR. O Estadão - 16/06/1988, p. 3.

efetivar instalação da instituição na Capital, evidentemente demandará tempo. Nesta perspectiva, entende-se que a preocupação maior, a partir de agora, seja carrear esforço no sentido de dotar a **UNIR** de recursos materiais, instalações adequadas ao pleno funcionamento de seus cursos e, principalmente, seleção de pessoal devidamente qualificado para docência no magistério universitário.

Desta maneira, o grupo chegou à conclusão de que pensar em instalações Disseminadas em Pólos regionais, ou seja, nos municípios de interior neste momento, isto é, enquanto se discute a estrutura da Universidade na Capital, trará risco de precipitar a continuidade da efetiva e condizente atuação da **UNIR**, enquanto perspectiva de instituição-modelo. Contudo, enquanto projeto para o futuro, constitui uma iniciativa válida.

Caberia, ainda, a diagnose do quadro sócio-econômico dos Pólos rondonianos para evitar os interesses políticos-partidários, considerando-se, a seguir, os nossos recursos humanos no aspecto docente, bem como analisando as metas do acompanhamento da evolução da demanda de empregos dentro de uma estrutura dinâmica.

A priori, achamos que a atitude de melhor viabilidade seria a de centralizar o "Campus" da UNIR em Porto Velho. Em sua segunda instância, como foi sugerido pelo mesmo grupo de trabalho em reunião anterior, seriam realizadas reuniões bienais, onde se verificaria o amadurecimento universitário e a viabilidade da instalação de novos cursos no interior sem esvaziamento do potencial.

Como sugestões imediatas, no sentido de se atenderem aos anseios dos futuros universitários ora residentes no interior, urge que se crie a 'casa do Estudante Universitário' nesta Capital"⁵⁹.

Sendo rejeitadas as sugestões de documentos como este, a maneira aleatória como foram criados os campi, não permitiu sequer a absorção dos mesmos na estrutura organizacional da UNIR. Até janeiro de 1990, os campi não possuíam ao menos 1 (um) professor do quadro permanente da Universidade. A UNIR apenas emprestava o seu nome como contribuição ao funcionamento.

A sobrevivência dos Campi tem se dado exclusivamente através de recursos advindos das Prefeituras

59 Relatório do Seminário de Definição do Modelo da UNIR - Porto Velho/Rondônia, 1983, p. 55-56.

Municipais, estabelecendo assim, uma relação de dependência que descaracteriza a autonomia constitucional da Universidade.

5. FRAGILIDADE INSTITUCIONAL

Os estudos a respeito da Universidade Federal de Rondônia demonstram que sua criação e o seu desenvolvimento estão permeados por uma visão de mundo pautada na adequação social, impedindo e dificultando a transformação que poderia propiciar formas e relações mais democráticas.

Para melhor compreensão destes aspectos conclusivos da pesquisa, construiu-se alguns elementos que servirão de parâmetros para entendimento de toda a dinâmica observada na criação e no desenvolvimento da UNIR.

ELEMENTOS DE VISÃO DE MUNDO EM PERSPECTIVAS DE:

AJUSTAMENTO SOCIAL

1. Concepção de Universidade

Universidade fundamentada no sentido de orientar ou manter a realidade.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

1. Concepção de Universidade

Universidade fundamentada no sentido de transformação da realidade.

2. Concepção de Valor

Universalidade dos valores, aplicados e aplicáveis a qualquer realidade social.

3. Concepção de ser humano

Concepção do ser humano numa posição ontológica na ordem universal à qual todas as coisas devem se referir.

4. Postura ideológica

Neutralidade ideológica ou prática apolítica. Atuação sobre a realidade aceitando os valores vigentes.

5. Concepção de Sociedade

A sociedade é regida por uma ordem funcional, onde cada componente contribui de uma maneira particular para o funcionamento social.

2. Concepção de Valor

Determinação histórica dos valores decorrentes da estrutura social da qual emergem.

3. Concepção de ser humano

Concepção do homem como um ser que é práxis, o reconhecimento de sua dimensão histórica e transformadora do mundo

4. Postura ideológica

Compromisso com a práxis e reflexão sobre a realidade. A inserção e o engajamento na realidade, implica conhecimento crítico da mesma.

5. Concepção de Sociedade

A sociedade é constituída por um conjunto de relações de produção, à base sobre a qual se levanta uma super-estrutura, jurídica e política - formas sociais de consciência.

6. Concepção de Classe Social e Estratificação Social

Sendo a sociedade uma realidade social a base de papéis correspondentes às ocupações funcionais dos indivíduos, a estratificação é uma estrutura integradora do sistema social que tem o papel de ordenação das relações humanas.

7. Concepção de Conflito

Cada parte opera em conjunto com as demais, com grau suficiente de harmonia, equilíbrio e integração onde os conflitos e as disfunções podem ser regulados e controlados. Esta unidade está baseada numa ordem moral, onde a existência de um núcleo de valores compartilhados gozam do consenso geral.

6. Concepção de classe Social e Estratificação Social

A vinculação entre a base econômica e a superestrutura é estabelecida pelas classes sociais, construídas historicamente

7. Concepção de Conflito

O conflito é entendido como luta dos contrários numa perspectiva histórica, como elemento definidor e impulsionador do processo social.

8. Concepção das Relações Sociais

concepção abstrata da sociedade, equilibrada e harmônica. Suposição de igualdade de oportunidade para todos.

9. Concepção de Mudança Social

Mudança social sem alterar as relações de classe e preservando a propriedade privada e os meios de produção.

10. Concepção de Estado

O papel do Estado consiste em atuar como árbitro dos conflitos em nome de toda a sociedade. Tem posição eqüidistante dos diferentes interesses particulares em conflitos, atua como representante dos interesses sociais da sociedade.

8. Concepção das Relações Sociais

Concepção de uma sociedade concreta e determinada historicamente em constante transformação, gerada pelas contradições e lutas entre as classes sociais antagônicas. Domínio de classe sobre a outra.

9. Concepção de Mudança Social

Mudança nas relações de produção com a possibilidade de socialização dos meios de produção.

10. Concepção de Estado

O controle dos meios de produção e do poder de Estado pela classe fundamental e a conseqüente implementação de uma ideologia, indicam a sua dominação sobre as classes subalternas.

11. Concepção do Processo Social

O processo social se dá mediante movimento circular em torno de uma posição central de equilíbrio, que provoca pequenas mudanças de ordem setorial, as quais vem reforçar entre equilíbrio-espontâneo gerado pelo acordo básico-consensual.

12. Concepção de estrutura Social

A marginalidade é uma situação caracterizada basicamente por problemas de integração de seus elementos com os demais elementos de uma determinada estrutura global da sociedade.

11. Concepção do Processo Social

O que garante a transformação social é a constatação de que a hegemonia em uma formação social se dá em dois modos: domínio (acesso ao poder e uso da força) e direção intelectual e moral (adesão por meio ideológico). Destacando a 2ª função da primeira, fica aberta a possibilidade de pensar a hegemonia também quanto às classes dominadas, quando conseguem se constituir força autônomas face à ideologia.

12. Concepção de Estrutura Social

Marginalidade encarada como elemento inerente e necessário a própria estrutura da sociedade capitalista ou socialista refletindo as contradições próprias dos interesses antagônicos das classes sociais.

As conclusões a que o autor se propos não tem a pretensão de originalidade nem tão pouco de indicação de caminhos para a resolução da problemática estudada. A pesquisa pretendeu apenas levantar reflexões a respeito de um problema que persegue a Universidade brasileira, e mais especificamente a Universidade Federal de Rondônia.

Tomando-se como parâmetros as categorias de visão de mundo constituídas para análise, chega-se a conclusões tais como:

- Houve resistência desde os tempos coloniais para a implantação do ensino superior e da universidade no Brasil;
- em decorrência da política colonial portuguesa com relação ao Brasil, o ensino superior só apareceu quando da vinda da família real em 1808.
- o ensino superior se estabelece exclusivamente com base na faculdade isolada, sendo postergada a idéia de criação de universidade.
- durante o Brasil-Império a faculdade isolada suplantou sempre a idéia de universidade.

- tal resistência, pelo que se constatou tinha origem na vontade da coroa portuguesa em manter a dominação permanente sobre o Brasil colônia, evitando o desenvolvimento das Ciências, Letras e Artes;
- a forma dependente que deu lastro ao desenvolvimento da sociedade brasileira, tanto a nível cultural quanto material, desencadeou nos grupos dominantes e no próprio Estado, uma condição de relegar a educação a segundo plano;
- mesmo depois da criação do ensino superior no Brasil, dado o contexto de dependência vigente na sociedade, o ensino superior teve como tônica a qualificação profissional para servir ao modelo econômico, as elites e ao Estado.
- em 1920 a universidade apareceu no cenário do ensino superior brasileiro, mas na forma como foi estruturada, transformou-se em fator de enrijecimento da unidade isolada, contrariando a definição de universidade, que seria a de integrar as partes num todo maior.
- a análise da estrutura universitária de 1920 leva a constatação de que a mesma era o somatório de três escolas profissionais (direito, engenharia e medicina), despreocupadas da pesquisa e ensino das ciências puras ou fundamentais, não podendo portanto atingir os verdadeiros objetivos de uma universidade.

- o primeiro ato inovador do ensino superior foi a universidade resultante da reforma Campos, que estabeleceu que a educação universitária tinha por objetivo elevar o nível da cultura geral e estimular a pesquisa científica nas áreas do conhecimento humano.
- a pesquisa revela que o discurso postulado nas leis, projetos e intenções do Estado, assume uma postura voltada para a perspectiva de transformação social onde os valores são estabelecidos historicamente em decorrência da estrutura social da qual emergem, representando assim, simbolicamente, os interesses da sociedade;
- os valores a universidade, não apresentam essa tônica de transformação social a nível de práticas;
- percebe-se a preocupação governamental com a atual crise da sociedade brasileira e o aumento progressivo dos focos de tensão social e a conseqüente necessidade de aplicação de pactos políticos;
- o Estado tem adotado simplesmente a nível doutrinário geral, valores das classes dominadas, na tentativa de controle do processo e absorção dos conflitos como medidas neutras e agente por excelência do bem-estar social;

- a primeira vista, o fato indica que, em se tratando de sistema de valores gerais relacionado com uma concepção de mundo, uma concepção de homem, a política governamental incorpora com maior amplitude valores das classes dominadas;
- ao passar do discurso para a ação, os valores de transformação social são escamoteados e em seu lugar surgem diretrizes operacionais voltadas para o equilíbrio social, isto é, para a manutenção da ordem vigente.
- na análise, tomando-se como parâmetros os elementos de visão de mundo, conclui-se que a neutralidade é apenas uma forma estratégica. Tal atitude, porém, em si mesma é ideológica. Nenhuma ação é neutra nem indiferente a suas conseqüências ideopolíticas. Todas respondem a uma intencionalidade.
- em relação a visão de universidade, a situação constatada através da pesquisa mostra o seguinte resultado: discurso e prática fundamentados por uma visão de sociedade dentro da perspectiva de ajustamento social orientada por uma ideologia de integração ao admitir a sociedade como estruturada num esquema de equilíbrio, de ordem com uma coerência interna. Sendo assim, as perspectivas e ações da universidade são voltadas para a adaptação do homem ao meio, meio este que limita a própria ação do homem, objeto

de exploração e não ser ativo, consciente de sua participação no processo de transformação social.

- a universidade funciona como instrumento que o Estado utiliza para legitimar uma das formas de assistência pública, cujas ações devem se adequar aos interesses da classe dominante;
- os estudos realizados no capítulo II, apresentam variáveis que dariam margem para a construção da Universidade Federal de Rondônia firmar-se em um perfil voltado para a implementação de um processo de transformação da sociedade.
- a análise do Capítulo II evidencia as carências e as potencialidades do Estado de Rondônia, exigindo uma universidade com perfil completamente diferente da que foi implantada.

As constatações feitas ao longo deste trabalho deixam evidentes a crise permanente da universidade brasileira e a fragilidade institucional da Universidade Federal de Rondônia.

BIBLIOGRAFIA

- ANSART, Pierre. Ideologia, Conflitos e Poder. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é Participação? São Paulo, ed. Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos - 95).
- COUTINHO, Afrânio. Universidade Instituição crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987, 194 p. (Coleção Retratos do Brasil - 109).
- CRIPPA, Adolfo. A Universidade Necessária. São Paulo, Convívio, 1980, 144 p.
- CUNHA, Antonio Luiz. A Universidade Temporã. 2 ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1986.
- ESCOBAR, Carlos Henrique de. As Instituições e os Discursos. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1974.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Relatório Geral: 1983. Porto Velho, 1984.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Relatório para reconhecimento dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Porto Velho, 1983. mimeog.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Pró-Reitoria de órgãos Suplementares. Núcleo de Assistência ao Educando. Questionário Sócio-econômico; resultado analítico. Porto Velho, 1983.

GALLIANO, A. Guilherme. O Método Científico Teoria e Prática. São Paulo, 1979, 200 p.

GIL, Antonio Carlos. Projetos de Pesquisas. São Paulo, Atlas, 1987.

GRACIANI, Maria Stela Santos. O Ensino Superior no Brasil: As estruturas na universidade em questão. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1984, 164 p.

GOUVEIA, Aparecida Joly. A pesquisa educacional no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, São Paulo, 55(122): 496-500, abr/jun. 1971.

IBGE, Rio de Janeiro. Censo demográfico: dados distritais - Rondônia, Roraima, Amapá. Rio de Janeiro, 1982, 51 p. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1982, v.1, 1.3, n.1).

IBGE, Rio de Janeiro. Censo demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade-Brasil. Rio de Janeiro, 1983, 203 p. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, V.1, T.4, N.1)

- LANDO, A. Marli. Estado e campesinato: o processo de ocupação de Rondônia. Belo Horizonte, s. ed., 1979. Dissertação (mestrado) - UFMG. FAFICH.DCP.
- MARTINS FILHO, Antonio & BARBOSA, Raul. Aspectos da Problemática Universitária. Fortaleza, U.F.C., 1975. (coleção Pensamento Universitário - 9).
- MELO, Giomar Nauro de. A pesquisa educacional no Brasil. Caderno de Pesquisa, São Paulo (46): 67-42, ago. 1983.
- MENEZES NETO, Paulo Elpidio de. Universidade Ação e Reflexão. Fortaleza, U.F.C., 1983, 233 p.
- MORRIS, Willian H. O Ensino Superior, Teoria e Prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, Washington. - Cuáles son los resultados de lo que se gasta em educación? IN: la educación em América Latina, um estudio comparativo de costo y eficiencia. Washington, 1980, cap. 8, p. 234.
- PATORE, José. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo, USP, 1979.
- RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

RICOUER, Paul. Reforma e revolução na universidade. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 50 (111): 9-21, jul./set. 1968.

ROCHA, José A. P. Diagnóstico sócio-econômico do território Federal de Rondônia. Porto Velho, s. ed., 1980, 380 p.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Municipalização do ensino em Rondônia. Porto Velho, s. ed., 53 p.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Programa de Investimentos urbano: proposta técnica e financeira. Porto Velho, 1981, 57 p.

RONDÔNIA. Regionalização para descentralização do planejamento. Porto Velho, 1982, 75 p.

SALM, Cláudio. Escola e trabalho. São Paulo, s. ed., 1980. Tese (doutoramento) - UNICAMP.

Sinopse preliminar do censo agropecuário: Roraima, Amapá. Rio de Janeiro, 1982, (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, V.2, T.1, N.2).

SOUZA, Alberto de Mello. Uma digressão à guisa de conclusão. IN: Financiamento da educação e acesso à escola no Brasil.

Rio de Janeiro IPEA/INPES, 1979. Cap. 5, p. 147-54
(Relatório de Pesquisa, 42).

VASCONCELOS, Reginaldo Vieira de. Retomada do desenvolvimento.
Porto Velho, Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e
Tecnologia, s. ed., Discurso proferido no fórum dos
Governadores, São Paulo, 25 out. 1983.

ANEXOS

QUADRO 2
Indicadores Demográficos e de Funcionalidade da Rede Urbana
Rorônia
1980

Municípios	Nível Hierárquico	População 1980			Taxa Anual de Crescimento em (%)	Migrantes 1983
		Total	Urbana	Rural		
Região de Porto Velho		177,809 (35.3)	120,016 (50.1)	57,973 (22.0)		14,524 (22.3)
Porto Velho	1º	138,289	105,806	32,483	8.0	8,960
Ariquemes	4º	39,520	14,210	25,490	22.0	5,564
Região de Ji-Paraná		237,843 (47.4)	76,443 (31.9)	161,400 (61.2)		40,211 (61.7)
Cacoal	3º	68,122	18,166	49,956	50.0	16,691
Espigão D'Oeste	7º	7,376	3,025	4,351	28.0	1,068
Jaru	6º	15,026	6,051	8,975	22.0	3,144
Ji-Paraná	2º	68,795	32,765	36,030	30.0	8,525
Ouro Preto	4º	44,067	5,082	38,985	30.0	3,581
Pimenta Bueno	6º	23,041	8,206	14,835	28.0	5,798
Presidente Médici	6º	11,416	3,148	8,268	30.0	1,404
Rolim de Moura	7º	-	-	-		-
Região de Vilhena		51,396 (10.2)	20,502 (8.6)	30,894 (11.7)		10,306 (15.8)
Cerejeiras	-	-	-	-		-
Colorado D'Oeste	5º	35,320	7,512	28,808	27.0	4,409
Vilhena	2º	15,076	12,990	2,086	27.0	5,897
Região de Guajará-Mirim		35,897 (7.1)	22,475 (9.4)	13,422 (5.1)		160 (0.2)
Costa Marques	7º	6,952	2,055	4,897	4.0	29
Região de Guajará-Mirim	2º	28,945	20,420	8,525	4.0	131

Fontes: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Porto Velho.
(SEPLAN/RO).

IBGE: Censo demográfico, Rorônia, Roraima, Amapá, 1980.

Rorônia. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Reginização para descentralização do planejamento. Porto Velho, 1982

QUADRO 3
Situação Fundiária no Estado de Rondônia
Posição em Março de 1983
Destinação das áreas

DESTINAÇÃO DAS AREAS	T O T A L	
	Hectare	%
FUNAI (1)	2,019,041	8.31
IBDF (2)	2,164,650	8.91
Colonização Oficial	2,724,624	11.21
Concorrência Pública	1,741,164	7.16
Regularização Fundiária	9,617,306	39.57
Areas Urbanas	95,697	0.39
Areas Destinar	5,941,918	24.45
TOTAL	24,304,400	100.00

Fonte INCRA:Coordernadoria Especial do Estado de Rondonia.

QUADRO 4
Número de Imóveis Rurais Cadastrados no INCRA,
Segundo Classe de Tamanho
Rondônia
Posição em Março de 1983

Classes de Tamanho			Número de Imóveis	
(ha)			Absoluto	%
Menos	de	10	363	0.75
de 10	a menos de	25	1,926	3.99
de 25	a menos de	50	2,538	5.26
de 50	a menos de	100	13,386	27.75
de 100	a menos de	500	27,385	56.77
de 500	a menos de	1000	629	1.30
de 1000	a menos de	10.00	1,875	3.89
Acima	de	10.00	138	0.29
TOTAL			48,240	100.00

Fonte : Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INC
Coordenadoria Especial do Estado de Rôndonia.

Obs.: O número de imóveis cadastrados corresponde a aproximadame
95% dos imóveis existentes.

A área total cadastrada corresponde a aproximadamente
de área total do Estado.

QUADRO 5
 Projetos de Colonização
 Rondônia
 Situação em Março de 1983

Projeto	Data de Criação	Município	Area Total (ha)	Famílias Assentadas
Sidney Girão	1971	Guajará-Mirim	60,000	635
Marechal Dutra	1978	Ariquemes	490,178	4,675
Burareiro	1974	Ariquemes	304,925	1,540
Padre Adolpho Rohl	1975	Jaru	407,219	3,406
Ouro Preto	1970	Ouro Preto d'Oeste	512,585	4,222
Ji-Paraná	1972	Cacoal	486,137	4,755
Paulo Assis Ribeiro	1973	Colorado d'Oeste	293,580	3,353
Urupá	1981	Ji-Paraná	70,000	581
Machadinho	1982	Ariquemes	100,000	
Capitão Silvío (1)		Guajará-Mirim/ Porto Velho		
Bom Princípio (1)		Costa Marques		
Cujubim (1)		Ariquemes		
Subtotal			2,724,624	23,167
Projetos de Assentamento Rápido			1,576,311	14,108
Total			4,300,935	37,275

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),
 Coordenadoria Especial do Estado de Rondônia.

(1) Projetos Previstos.

QUADRO 6
 Área Cultivada e Produção das Principais Lavouras do
 Estado de Rondônia
 1971-1980

Culturas	Área Cultivada (ha)				Produção (t)			
	1971	1975	1979	1980	1971	1975	1979	1980
Arroz	20,844	38,331	70,516	104,042	24,296	62,096	115,435	177,138
Milho	2,266	3,451	35,833	60,706	2,343	5,178	58,782	101,554
Feijão	1,500	2,959	18,940	37,439	1,793	2,485	12,352	25,853
Mandioca	745	899	12,648	17,886	12,912	21,429	181,530	279,354
Banana	246	626	24,731	35,280	3,608	5,456	174,995	250,239
Cacau	-	2,180	23,458	32,858	-	45	735	1,439
Café	-	1,640	29,681	42,219	-	333	20,672	33,577
Seringueiro	-	-	2,557	22,890	-	-	-	-
(cultivo)	-	-			-	-		
Laranja	-	-	315	340	-	-	9,858	10,065
Tomate	-	-	90	100	-	-	373	412

Fontes: Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal de Rondônia (ASTER - RO)
 Secretaria de Agricultura e Colonização (SEAC).
 Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC).
 Comissão de Planejamento Agrícola de Rondônia (CEPA/RO).
 Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA).
 CEPA/RO, Porto Velho.
 Perspectiva Anual de Produção e Abastecimento de Rondônia 1980/81.
 Porto Velho s.d.

QUADRO 7

EFETIVO DO REBANHO E ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO ESTADO DE RONDÔNIA (NÚMEROS DE CABEÇAS)										
MUNICÍPIOS/REGIÕES	Arroz	Feijão	Milho	Mandioca	Banana	Café	Cacau	Bovinos	Suínos	Aves
Região de Porto Velho	14.500 (13,0)	6.100 (9,0)	9.240 (11,4)	7.300 (32,0)	12.788 (47,2)	5.955 (13,2)	20.586 (51,7)	49.336 (19,8)	58.898 (16,3)	562.261 (23,6)
Porto Velho	3.000	100	600	6.000	20	-	-	26.416	6.301	228.176
Ariquemes	11.500	6.000	8.640	1.300	12.768	5.955	20.586	22.920	52.597	334.085
Região de Ji-Paraná	78.834 (70,9)	42.126 (62,3)	50.350 (62,3)	7.960 (35,0)	13.054 (48,1)	25.755 (57,3)	19.225 (48,3)	155.469 (62,6)	228.869 (63,3)	1.436.103 (60,3)
Cacoal	28.800	19.200	15.000	960	2.298	12.118	4.000	30.921	69.753	448.742
Espigão D'Oeste	3.000	1.000	3.000	720	1.000	75	-	-	-	-
Jaru	15.870	2.128	8.000	1.750	4.848	2.676	7.726	-	-	-
Ji-Paraná	12.064	9.048	9.000	1.350	873	4.396	-	80.895	125.606	776.397
Ouro Preto	13.000	8.000	11.000	1.800	3.000	2.956	6.499	-	-	-
Pimenta Bueno	5.000	2.000	3.600	480	914	2.436	-	43.653	33.510	210.964
Presidente Médici	1.100	750	750	900	121	1.098	-	-	-	-
Rolim de Moura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Região de Vilhena	12.147 (10,9)	18.350 (27,2)	18.090 (22,4)	4.010 (17,6)	974 (3,6)	12.485 (27,7)	-	21.205 (8,5)	70.657 (19,5)	309.983 (13,0)
Cerejeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colorado D'Oeste	12.000	18.300	18.000	3.980	950	12.485	-	-	-	-
Vilhena	147	50	90	30	24	-	-	21.205	70.657	309.983
Região de Guajará-Mirim	5.804 (5,2)	980 (1,5)	3.150 (3,9)	3.500 (15,4)	300 (1,1)	800 (1,8)	-	22.548 (9,1)	3.301 (0,9)	74.299 (3,1)
Costa Marques	304	180	150	500	50	-	-	-	-	-
Guajará-Mirim	5.500	800	3.000	3.000	250	800	-	22.548	3.301	74.299

Fontes: Comissão de Planejamento Agrícola de Rondônia (CEPA/RO).

IBGE: Sinopse preliminar do censo agropecuário, Rondônia, Roraima, Amapá, 1980.

QUADRO 8

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E PESSOAL OCUPADO
NO ESTADO DE RONDÔNIA
SITUAÇÃO EM MARÇO DE 1983

MUNICÍPIOS/REGIÕES	ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	
	Número	%	Número	%
Região de Porto Velho	221	24,6	4.229	51,2
Porto Velho	77	8,6	482	5,8
Ariquemes	144,0	16,1	3.747	45,4
Região de Ji-Paraná	503	56,1	2.684	32,5
Cacoal	132	14,7	558	6,8
Espigão D'Oeste	19	2,1	87	1,1
Jaru	17	1,9	141	1,7
Ji-Paraná	159	17,7	894	10,8
Ouro Preto	13	1,4	54	0,7
Pimenta Bueno	97	10,8	502	6,1
Presidente Médici	8	0,9	28	0,3
Rolim de Moura	58,0	6,5	420	5,1
Região de Vilhena	131,0	14,6	950	11,5
Cerejeiras	5	0,6	43	0,5
Colorado D'Oeste	32	3,6	203	2,5
Vilhena	94,0	10,5	704	8,5
Região de Guajará-Mirim	42	4,7	391	4,7
Costa Marques	7	0,8	27	0,3
Guajará-Mirim	35	3,9	364	4,4
TOTAL	897	100,0	8.254	100,0

Fontes : RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio,
Ciência e Tecnologia. Principais indicadores
Porto Velho, 1983. p.34.

QUADRO 9

NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA, EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E BANCOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS RONDÔNIA 1983

MUNICÍPIOS/REGIÕES	COMÉRCIO ATACADISTA (1)		COMÉRCIO VAREJISTA (1)		EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		BANCOS (2)		TOTAL		NÍVEL HIERÁRQUICO
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Região de Porto Velho	185	41,11	2.521	45,74487	340	64,15	25	32,89	3.071	46,8	-
Porto Velho	146	32,44	2.164	39,26692	311	58,68	19	25	2.640	40,2	4º
Ariquemes	39	8,7	357	6,5	29	5,5	6	7,9	431	6,6	1º
Região de Ji-Paraná	185	41,11	1.967	35,69225	91	17,17	33	43,42	2.276	34,7	-
Caçal	25	5,6	585	10,6	38	7,2	7	9,2	655	10,0	3º
Espigão D'Oeste	3	0,7	53	1,0	2	0,4	2	2,6	60	0,9	7º
Jaru	27	6,0	170	3,1	8	1,5	2	2,6	207	3,2	6º
Ji-Paraná	93	20,7	689	12,5	24	4,5	9	11,8	815	12,4	2º
Ouro Preto	16	3,6	162	2,9	6	1,1	2	2,6	186	2,8	7º
Pimenta Bueno	8	1,8	232	4,2	13	2,5	6	7,9	259	3,9	6º
Presidente Médici	13	2,9	76	1,4		0,0	3	3,9	92	1,4	6º
Rolim de Moura							2		2	0,0	7º
Região de Vilhena	44	9,8	650	11,8	69	13,0	11	14,5	774	11,8	-
Cerejeiras							2		2	0,0	
Colorado D'Oeste	14	3,1	222	4,0	8	1,5	2	2,6	246	3,7	5º
Vilhena	30	6,7	428	7,8	61	11,5	7	9,2	526	8,0	2º
Região de Guajará-Mirim	36	8,0	373	6,8	30	5,7	7	9,2	446	6,8	-
Costa Marques	1	0,2	12	0,2		0,0	1	1,3	14	0,2	7º
Guajará-Mirim	35	7,8	361	6,6	30	5,7	6	7,9	432	6,6	2º
TOTAL	450	100,0	5.511	100,0	530	100,0	76	100,0	6.567	100,0	-

Fontes: RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia.

Principais indicadores. Porto Velho, 1983. p. 23-33.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Regionalização para descentralização do planejamento. Porto Velho, 1982. p.31-39.

(1) Dados do Cadastro das Empresas Contribuintes - CEPRORD-RO, 1982.

(2) Dados levantados pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SIC-RO), julho de 1983.

Obs.: Como os municípios de Cerejeiras e Rolim Moura foram criados mais recentemente, não se dispõe de todas as informações desagregadas para os mesmos.

QUADRO 10

REDE RODOVIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

(EXTENSÃO EM KM)

REDE	PLANEJADA	EM OBRAS	NÃO PAVIMENTADA			EM OBRAS	PAVIMENTADA	TOTAL
	(A)	DE IMPLANTAÇÃO	LEITO NATURAL	IMPLANTADA	TOTAL (C)	PAVIMENTADA	PISTA SEM	(A+...+E)
Federal.....	461,1	-	-	650,2	650,2	571,0	142,0	1.824,3
Estadual Tran	-	-	0,0	105,9	113,9	-	-	113,9
Estadual.....	2.300,7	25,0	247,8	736,2	984,0	-	-	3.309,7
Municipal.....	4.162,1	60,0	4.956,2	844,2	5.800,4	-	7,0	10.029,5
TOTAL.....	6.923,9	85,0	5.212,0	2.336,5	7.548,5	571,0	149,0	15.277,4

FONTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE RSistema rodoviário do Estado de Rondônia.
Porto Velho, 1982

QUADRO 11

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO ESTADO DE RONDÔNIA
1982

MUNICÍPIOS/REGIÕES	CONSUMO		TOTAL	
	CONSUMO		NÚMERO DE CONSUMIDORES	
	Kwh	%	Número	%
Região de Porto Velho	88.246.921	68,0	21.799	59,3
Porto Velho	84.459.374	65,0	20.093	54,6
Ariquemes	3.789.547	2,9	1.706	4,6
Região de Ji-Paraná	26.442.863	20,4	9.513	25,9
Cacoal	4.909.632	3,8	1.796	4,9
Espigão D'Oeste	530.694	0,4	186	0,5
Jaru	747.481	0,6	516	1,4
Ji-Paraná	14.089.486	10,8	4.091	11,1
Ouro Preto	2.307.636	1,8	1.060	2,9
Pimenta Bueno	3.227.046	2,5	1.530	4,2
Presidente Médici	630.888	0,5	334	0,9
Rolim de Moura	-	-	-	-
Região de Vilhena	5.134.033	4,0	1.932	5,3
Cerejeiras	-	-	-	-
Colorado D'Oeste	-	-	-	-
Vilhena	5.134.033	4,0	1.932	5,3
Região de Guajará-Mirim	10.034.018	7,7	3.531	9,6
Costa Marques	249.210	0,2	185	0,5
Guajará-Mirim	9.784.808	7,5	3.346	9,1
TOTAL	129.857.835	100,0	36.775	100,0

Fontes : RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio,
Ciência e Tecnologia. Principais indicadores
Porto Velho, 1983. p.12.

QUADRO 12

TERMINAIS TELEFÔNICOS E DE TELEX INSTALADOS
NO ESTADO DE RONDÔNIA
1982

MUNICÍPIOS/REGIÕES	TERMINAIS TELEFÔNICOS		TERMINAIS DE TELEX	
	Número	%	Número	%
Região de Porto Velho	6.680	63,7	247	55,8
Porto Velho	6.240	59,5	228	51,5
Ariquemes	600	5,7	19	4,3
Região de Ji-Paraná	1.800	17,2	117	26,4
Cacoal	300	2,9	23	5,2
Espigão D'Oeste	0	0,0	0	0,0
Jaru	0	0,0	10	2,3
Ji-Paraná	1.000	9,5	65	14,7
Ouro Preto	200	1,9	8	1,8
Pimenta Bueno	300	2,9	9	2,0
Presidente Médici	0	0,0	0	0,0
Rolim de Moura	0	0,0	2,0	0,5
Região de Vilhena	1.000	9,5	54	12,2
Cerejeiras	0	0,0	0	0,0
Colorado D'Oeste	0	0,0	4	0,9
Vilhena	1.000	9,5	50	11,3
Região de Guajará-Mirim	1.000	9,5	25	5,6
Costa Marques	0	0,0	0	0,0
Guajará-Mirim	1.000	9,5	25	5,6
TOTAL	10.480	100,0	443	100,0

Fontes : RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio,
Ciência e Tecnologia. Principais indicadores
Porto Velho, 1983. p.19-21.

QUADRO 13

INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO
DO ESTADO DE RONDÔNIA
1980

MUNICÍPIOS/REGIÕES	MÉDICOS / 1000 HABITANTES	LEITOS HOSPITALARES/ 1000 HABITANTES	POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA	
			ABASTECIMENTO D'ÁGUA (%)	ENERGIA ELÉTRICA (%)
Região de Porto Velho	1,02	4,32	47	70
Porto Velho	1,19	4,25	50	76
Ariquemes	0,43	4,58	25	27
Região de Ji-Paraná	0,52	4,02	54	41
Cacoal	0,34	3,36	67	35
Espigão D'Oeste	0,27	2,17	0	26
Jaru	0,87	5,86	16	23
Ji-Paraná	0,86	6,18	76	49
Ouro Preto	0,11	1,73	24	46
Pimenta Bueno	0,39	4,25	0	36
Presidente Médici	1,05	2,19	92	37
Rolim de Moura	-	-	-	-
Região de Vilhena	0,43	3,42	59	31
Cerejeiras	-	-	-	-
Colorado D'Oeste	0,36	2,75	0	0
Vilhena	0,60	5,04	92	49
Região de Guajará-Miri	0,53	8,41	42	75
Costa Marques	0,29	4,89	0	46
Guajará-Mirim	0,59	9,26	46	78
TOTAL	0,69	4,38	50	58

Fontes : RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio,
Ciência e Tecnologia. Principais indicadores
Porto Velho, 1983. p.19-21.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Ge
Programa de investimentos urbanos: proposta técnica e finance

Porto Velho, 1981. p.37.

QUADRO 14

INVESTIMENTOS PROGRAMADOS POR PROJETOS DO
POLONOROESTE ATÉ 1985 EM RONDÔNIA

PROJETOS	: INVESTIMENTOS PROGRAMADOS	
	: -----	
	: CR\$ MILHÕES :	%
	: (MAIO DE 1980) :	
Reconstrução e pavimentação da BR-364 (Cuiabá / Porto Velho)	10.262,1	43,5
Construção e consolidação de estradas vicinais	1.662,9	7,1
Colonização de novas áreas	7.066,9	30,0
Regularização fundiária	1.144,4	4,9
PDRI DE Ariquemes	1.209,3	5,1
PDRI de Ji-Paraná/Cacoal	1.459,1	6,2
Preservação do sistema ecológico	238,3	1,0
Apoio as comunidades indígenas	533,2	2,2
TOTAL	23.566,2	100,0

Fonte : Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste (SUDECO).

QUADRO 15
PROBLEMAS DA COLONIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO
NO ESTADO DE RONDÔNIA

LOCALIZAÇÃO	FASES			
	INSTRUÇÃO	IMPLANTAÇÃO	CONSOLIDAÇÃO	EMANCIPAÇÃO
Colonização	<p>Observa-se uma imigração maior do que a oferta de terra pelo Governo, ocasionando uma ocupação espontânea incontrolada. O Governo fica "a reboque" deste processo.</p> <p>Não existe um centro de preparo e treinamento de colonos (centro de instrução).</p>	<p>O sistema de lotes de 100 ha provoca uma pequena densidade populacional e uma malha densa de estradas vicinais. Os custos de implantação e manutenção de estradas vicinais são altíssimos.</p> <p>Os colonos já entraram, em muitos casos, na reserva florestal de 50 ha.</p> <p>Demora da titulação.</p> <p>Falta um plano de conservação dos recursos florestais e de reflorestamento, especialmente das madeiras nobres de cerejeira e mogno.</p>	<p>A assistência técnica para o colono ainda é rudimentar (1 Técnico por 240 colonos).</p> <p>Falta acesso aos bancos para obter financiamentos.</p> <p>Há dificuldades para encontrar mão-de-obra. Observam-se salários altíssimos.</p> <p>Problemas de comercialização (documento, armazenamento, cooperativismo).</p> <p>Problemas de infraestrutura social na zona rural (Educação, Saúde).</p>	<p>O controle das florestais e do solo de erosão é fraco.</p> <p>Os municípios e dos têm dificuldade dos assumir a responsabilidade dos projetos de colonização (escolas).</p>
Industrialização	<p>Faltam informações para investidores sobre o mercado regional, matéria-prima local, sobre insumos disponíveis.</p> <p>Não existe política de promoção industrial orientando e incentivando o estabelecimento de novas indústrias.</p> <p>Faltam políticas municipais definindo áreas industriais e compatibilizando-as com planos de desenvolvimento urbano.</p>	<p>Observa-se uma alta deficiência de energia elétrica.</p> <p>Devido à precariedade das estradas, os custos de transporte intra e inter-regional são muito altos.</p> <p>Existe uma deficiência de mão-de-obra e altos níveis de salários para todos os níveis profissionais.</p> <p>Falta uma base industrial diversificada atraindo indústrias complementares.</p>	<p>A matéria-prima que fornece as principais indústrias rondonienses (madeira, cassiterita) tende a esgotar em curto prazo.</p> <p>Os principais produtos da agricultura (arroz, café, cacau, feijão, milho) restringem as possibilidades de desenvolver uma agro-indústria.</p> <p>O déficit de energia elétrica a médio prazo pode ser superado no norte de Rondônia. Para indústrias com alta necessidade de energia elétrica não há possibilidades de implantação.</p> <p>Faltam escolas profissionais.</p>	
Urbanização	<p>As áreas reservadas pelo INCRA para as cidades já foram extrapoladas e se encontram ocupadas incontroladamente.</p> <p>Faltam os recursos humanos e financeiros para elaborar os projetos de infraestrutura urbana (saneamento básico, drenagem, calçamento).</p>	<p>O crescimento das cidades ocorre desordenadamente.</p> <p>Existe pouca coordenação entre os diversos projetos de infraestrutura.</p>	<p>Falta a consolidação das cidades infraestrutura urbana básica.</p> <p>As soluções de geração de energia elétrica ainda não são satisfatórias.</p>	<p>As cidades ainda precisam criar leis de urbanização por falta da tradição do patrimônio público.</p>

Fonte : RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.
Programa de investimentos urbanos: proposta técnica e financeira.

Porto Velho, 1981. P. 23.

QUADRO 16
PROBLEMAS DA COLONIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO
NO ESTADO DE RONDÔNIA

LOCALIZAÇÃO	FATORES PRODUTIVOS			
	RECURSOS NATURAIS	RECURSOS HUMANOS	CAPITAL	REDE URBANA/ INFRA-ESTRUTURA
Colonização	Existem na periferia Espigão d'Oeste grandes jazidas de calcário. As terras das mineração de cassiterita podem ser aproveitadas após o término dessas atividades (inclusive a infraestrutura de estradas). Entre Pimenta Bueno e Vilhena/Colorado existe uma grande área de terras férteis ainda não aproveitadas. Os pequenos produtores dispõem ainda de reservas de terra. As terras dos pequenos produtores têm um grande potencial de madeira.	O excedente da imigração que não recebeu lote rural é considerado como potencial para superar a deficiência mão-de-obra. As famílias dos colonos são numerosas e têm uma faixa etária jovem.	A renda dos pequenos produtores já chegou a um nível que permite um poder aquisitivo para comprar equipamentos técnicos. O aumento da produção gera para o setor público uma maior arrecadação. A produção dos colonos inclui a alimentação para toda a população rural. A produção está relativamente diversificada. O valor do lote rural tem aumentado.	A instalação de núcleos urbanos de apoio rural vai criar melhores condições de assistência e comercialização. O sistema previsto de infraestrutura rural pode atender uma quantidade maior de estabelecimentos rurais.
Industrialização	Um programa de reflorestamento possibilitaria a permanência e o desenvolvimento da indústria madeireira. O maior aproveitamento de madeiras não exportáveis pode servir como base para uma sofisticada e expansão da transformação madeireira, voltada ao mercado regional. As jazidas de calcário na periferia de Espigão d'Oeste podem ser aproveitadas para indústria de fertilizantes e/ou de cimento. Existência de potencial para indústria	Pode ser previsto que a atual falta de mão-de-obra terminará a curto prazo devido ao crescimento da imigração e crescimento natural da população. O aumento das atividades industriais gera uma maior arrecadação. Tem um alto ingresso de capital externo para a indústria madeireira.	Nota-se uma crescente densidade da rede básica, facilitando o acesso aos financiamentos. O aumento das atividades industriais gera uma maior arrecadação. Tem um alto ingresso de capital externo para a indústria madeireira.	A emancipação de algumas maiores cidades em termos de serviços, de infraestrutura, administração pública e planejamento do uso do solo, cria melhores condições para a implantação de novas indústrias. O asfaltamento da BR-364 reduz os custos de transportes e assegura o fornecimento de insumos e comercialização sem interrupção. A implantação da hidroelétrica de Samuel a partir de 1980 facilitará o assentamento de novas indústrias no norte de Rondônia.
Urbanização	As áreas reservadas pelo INCRA para as cidades foram extrapoladas e encontram-se ocupadas intencionalmente. Faltam os recursos humanos e financeiros para elaborar os projetos de infraestrutura urbana (saneamento básico, drenagem, calçamento).		O colono geralmente possui um lote urbano, representa um capital para ele. Potencial para a cidade.	Mesmo não sendo resolvidos os problemas de infraestrutura existentes com potencial de absorver um núcleo maior de pessoas aproveitando a infraestrutura social e administrativa. As cidades dispõem de um equipamento social razoável.

Fonte : RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Programa de investimentos urbanos: proposta técnica e financeira.

QUADRO 17
 AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA CONTINUIDADE DOS PRODUTOS DE COLONIZAÇÃO
 NO ESTADO DE RONDÔNIA

ALTERNATIVAS	CRITÉRIOS				
	POTENCIAL DE ABSORÇÃO		CUSTOS DE INFRA-ESTRUTURA		ESTRUTURA FUNDIÁRIA/ PARTES E RESERVAS
	QUALIDADE DE SOLO/ APTIDÃO AGRÍCOLA	DE INGRANTES PELA OFERTA DE LOTES RU- RAIS	URBANO	RURAL	
Liberar a venda da reserva dos lotes rurais (50%) para aumentar a densidade de ocupação.	Aptidão boa e regular, com bons resultados de produção já constatados.	Potencial para 12.000 famílias (1/3 dos lotes de 100 ha) para sua consolidação.	Aproveitamento da rede urbana existente e concentração dos recursos.	Aproveitamento de infra-estrutura de apoio rural (NUAR's, estradas vicinais).	Pré-condições: (a) Titulação definitiva (b) Demarcação de novas reservas florestais (IBOF).
Ampliação dos projetos existentes (projetos Machado, Urupá, Mineração de cassiterita).	Aptidão regular.	Potencial para 10.000 famílias (lotes de 50 ha).	Aproveitamento da rede urbana existente.	Previsão de novos NUAR's.	Negociações entre INCRA/DNPM e as minas.
Abertura de nova frente de colonização para pequenos produtores entre P. Bueno e Vilhena.	Aptidão boa: última qualidade boa e sem cultivo.	50 % da área considerada representa em potencial para 16.000 famílias (lotes de 50 ha).	Além das cidades existentes (Vilhena, Colorado, Pimenta Bueno) precisa-se criar mais uma(s) cidade(s) entre P. Bueno e Vilhena (distância de 180 Km).	Previsão de novos NUAR's.	Retomar e redistribuir as terras não ocupadas efetivamente.
Colonização de área virgem entre Alvorada d'Oeste e Costa Marques (BR 429).	Aptidão regular com manchas sem aptidão agrícola.	Potencial para 22.000 famílias (lotes de 100 ha em função da aptidão limitada).	Implantação de uma nova rede urbana de pelo menos 6 cidades.	Previsão de novos NUAR's.	Invasão das reservas florestais e do parque nacional.

Fonte : RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.
 Programa de investimentos urbanos: proposta técnica e financeira.

QUADRO 18
ANOS DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS
REGIÃO NORTE E BRASIL

		ANOS DE ESTUDOS											
BRASIL E													
REGIÃO NORTE	Sem instrução		1 a 3 Anos		4 Anos		5 a 8 Anos		Mais de 8 Anos		Anos Indeterminados		
TOTAL													
	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	
Brasil	102.582.989	35.977.983	35,80	24.442.596	23,80	18.237.584	17,80	13.902.933	13,50	9.943.153	9,00	78.740	0,10
Total	4.832.082	2.093.615	43,50	1.308.570	27,00	571.823	11,80	541.998	11,20	310.477	6,40	5.599	0,10
Rorônia	405.230	178.490	44,20	118.472	29,20	52.914	13,00	39.315	9,70	15.160	3,70	879	0,20
Acre	246.002	146.320	59,60	45.517	18,50	22.326	9,80	21.433	8,70	10.123	4,10	283	0,10
Amazons	1.163.445	518.943	44,70	293.153	25,20	123.418	10,60	144.063	12,40	82.270	7,00	1.598	0,10
Roraima	65.101	25.171	38,70	16.542	25,40	8.987	13,80	9.583	14,70	4.706	7,20	112	0,20
Pará	2.810.865	1.173.293	41,70	799.243	29,40	344.454	12,10	305.195	10,70	185.966	6,00	2.714	0,10
mapá	141.439	51.398	36,50	35.643	25,20	19.724	13,90	22.409	15,80	12.252	8,60	13	0,00

FONTE: IBGE: Centro demográfico, Brasil, 1980

QUADRO 19
 ATENTIMENTO AO ENSINO PRÉ-ESCOLAR SEGUNDO
 SEGUNDO REDE DE ENSINO
 RONDÔNIA
 1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	REDE DE ENSINO											
	TOTAL											
					MUNICIPAL				PARTICULAR			
	UE	SA	AL	DOCENTE	UE (1)	SA	AL	DOCENTE	UE (2)	SA	AL	DOCENTE
RONDÔNIA	124	257	13146	427	92	168	10188	312	32	89	2958	115
Porto Velho	55	120	6616	211	35	69	4774	142	20	51	1842	69
Ariquemes	4	13	762	15	3	11	667	13	1	2	95	2
Jaru	5	6	242	6	5	6	242	6	-	-	-	-
Ouro Preto do Oeste	1	3	270	5	1	3	270	5	-	-	-	-
Ji-paraná	8	17	724	25	5	8	495	13	3	9	229	12
Presidente Médici	3	4	234	11	3	4	234	11	-	-	-	-
Cacoal	7	19	1163	30	5	11	884	19	2	8	279	11
Pimenta Bueno	3	3	324	14	3	3	324	14	-	-	-	-
Espigão do Oeste	4	4	188	6	4	4	188	6	-	-	-	-
Vilhena	9	14	596	15	7	8	433	11	2	6	163	4
Colorado do Oeste	7	9	370	8	7	9	370	8	-	-	-	-
Guajará-Mirim	16	39	1422	72	13	31	1283	63	3	8	140	9
Costa Marques	2	6	235	9	1	1	25	1	1	5	210	8

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

(1) 62 UE 12 e 22 graus que mantêm o pré-escolar

04 Fechadas não foram incluídas na rede municipal

Não computados alunos, salas de aula e docentes de 06 UE por falta de dados.

(2) Não computados alunos, salas de aulas e docentes de 06 UE por falta de dados.

04 de fechadas não foram incluídas na rede particular.

14 UE de 12 e 22 graus, que mantêm o pré-escolar.

OBS.: UE - Unidade escolar

SA - Salas de aula

AL - Número de alunos

QUADRO 20
TAXA DE ATENDIMENTO NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 6 ANOS NO ENSINO PRÉ
ESCOLA, SEGUNDO REDE DE ENSINO
RONDÔNIA
1983

	REDE MUNICIPAL		REDE PARTICULAR		TOTAL GERAL		
REGIÃO	POPULAÇÃO						
ADMINISTRATIVA	ESCOLARIZADA	População	Taxa de	População	Taxa de	População	Taxa de
	ÁVEL	Atendida	Atendimento	Atendida	Atendimento	Atendida	Atendimento
			(%)		(%)		(%)
RONDÔNIA	69.036	9.975	14,45	2.325	3,37	12.300	17,82
Porto Velho	16.508	4.693	28,43	1.420	8,60	6.113	37,03
Ariquemes	5.060	639	12,63	79	1,56	618	12,21
Jaru	4.355	242	5,56	-	-	242	5,56
Ouro Preto do Oeste	6.475	270	4,17	-	-	270	4,17
Ji-paraná	7.081	480	6,78	157	2,22	637	9,00
Presidente Médici	2.958	234	7,91	-	-	234	7,91
Cacoal	10.583	884	8,35	279	2,64	1.163	10,99
Pimenta Bueno	3.188	321	10,07	-	-	321	10,07
Espigão do Oeste	1.246	166	13,32	-	-	166	13,32
Vilhena	2.423	404	16,67	121	4,99	525	21,67
Colorado do Oeste	5.343	370	6,92	-	-	370	6,92
Guajará-Mirim	3.306	1.247	37,72	101	3,06	1.348	40,77
Costa Marques	514	25	4,86	168	32,68	193	37,55

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

OBS.: A população atendida inclui os alunos de 6 e mais anos

QUADRO 21
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR DA REDE
MUNICIPAL EM 30 DE MARÇO
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	NÚMEROS DE ALUNOS	NÚMEROS DE TURMAS	RELAÇÃO ALUNO/TURMA
RONDÔNIA	10.188	314	32
Porto Velho	4.774	130	36
Ariquemes	667	20	33
Jaru	242	9	26
Ouro Preto do Oeste	270	6	45
Ji-Paraná	495	17	29
Presidente Médici	234	6	39
Cacoal	884	23	38
Pimenta Bueno	324	9	36
Espigão do Oeste	188	6	31
Vilhena	433	15	28
Colorado do Oeste	370	15	24
Guajará-Mirim	1.282	57	22
Costa Marques	25	1	25

FONTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 22
MATRICULA NO ENSINO OFICIAL URBANO E RURAL DE 1º GRAU
EM 30 DE ABRIL
RONDÔNIA
1983

MATRICULA REGIÃO	TOTAL		URBANA		RURAL	
	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
TOTAL	130.595	100,00	78.155	59,85	52.440	40,15
Porto Velho	32.389	100,00	29.572	91,30	2.817	9,70
Ariquemes	9.083	100,00	5.072	55,85	4.011	44,15
Jaru	7.295	100,00	2.414	33,00	4.881	77,00
Ouro Preto do Oes	9.019	100,00	2.185	24,20	6.834	75,80
Ji-Paraná	14.583	100,00	9.183	63,00	5.400	37,00
Presidente Médici	5.928	100,00	2.037	34,30	3.891	65,70
Cacoal	19.655	100,00	7.853	40,00	11.802	60,00
Pimenta Bueno	5.649	100,00	2.982	52,80	2.667	47,20
Espigão do Oeste	9.476	100,00	1.177	12,50	8.299	87,50
Vilhena	4.676	100,00	4.251	91,00	425	10,00
Colorado do Oeste	11.081	100,00	4.069	36,70	7.012	63,30
Guajará-Mirim	7.714	100,00	6.589	85,40	1.125	14,60
Costa Marques	1.048	100,00	771	73,60	277	26,40

FONTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEDUC), Divisão de Estatística e Pes

QUADRO 23
MATRICULA NO ENSINO 1º GRAU OFICIAL URBANO SEGUNDO
SÉRIE ESCOLAR
RONDÔNIA
1.983

MATRICULA REGIÃO ADMINISTRATIVA	TOTAL		1ª a 4ª SÉRIE		5ª a 8ª SÉRIE	
	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
RONDÔNIA	78.155	100,00	51.819	66,40	26.336	33,60
Porto Velho	29.572	100,00	19.249	65,00	10.323	35,00
Ariquemes	2.414	100,00	3.446	68,00	1.626	32,00
Jaru	2.185	100,00	1.767	73,20	647	22,80
Ouro Preto do Oeste	9.183	100,00	1.591	12,90	594	27,10
Ji-Paraná	2.037	100,00	6.012	65,40	3.175	34,60
Presidente Médici	7.853	100,00	1.392	68,30	645	31,70
Cacoal	2.982	100,00	5.118	65,10	2.735	34,90
Pimenta Bueno	1.177	100,00	2.142	71,80	840	27,20
Espigão do Oeste	4.251	100,00	763	64,80	414	35,20
Vilhena	4.069	100,00	2.871	67,50	1.380	32,50
Colorado do Oeste	6.589	100,00	2.975	73,10	1.094	24,90
Guajará-Mirim	771	100,00	3.921	60,00	2.668	40,00
Costa Marques	1.048	100,00	531	68,90	240	31,10

FONTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (

QUADRO 24
EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO OFICIAL DA ESCOLA
DE 1º GRAU (1ª A 4ª SÉRIE)
RONDÔNIA
1974-83

ANO	SÉRIES												TAXA DE CRES-		
	TOTAL												CIMENTO ANUAL		
	GERAL		1a		2a		3a		4a						
		URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL		
1974	. . .	26292	12775	14017	5103	9006	2875	2853	2455	1464	1642	694	-	-	
1975	. . .	32472	14496	17976	6198	12078	2982	3316	3025	1708	2291	874	18,1	28,2	
1976	. . .	38186	16427	21759	6812	13187	3857	4789	3034	2646	2724	1137	13,3	21,0	
1977	. . .	49040	29165	28875	8530	17857	4642	5673	4147	3589	2848	1756	22,8	32,7	
1978	. . .	55586	20688	34898	8094	20418	4747	7540	4165	4535	3682	2405	2,6	20,9	
1979	. . .	65669	31173	34496	13419	20897	7235	7234	5839	4505	4680	1860	50,7	-1,2	
1980	. . .	73532	34255	39277	14346	22727	8323	8587	6328	5232	5258	5731	9,9	13,9	
1981	. . .	85390	38973	46417	16311	26151	9257	9883	7400	6681	6005	3802	13,8	18,2	
1982	. . .	93712	43931	49781	18038	26181	10624	11413	8324	7423	6945	4764	12,7	7,2	
1983 (1)		1e+05	51819	52440	20332	-	13681	-	9863	-	7963	-	18,0	5,3	

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

(1) Estimativa

(2) Não computados 579 alunos das 04 UE que mantêm o ensino seriado, no município de Ji-Paraná.

QUADRO 25

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO OFICIAL DA ESCOLA
DE 1º GRAU (5ª A 8ª SÉRIE)

1974-83

ANO	TOTAL	SÉRIES				TAXA DE CRES-
	GERAL					CIMENTO ANUAL
		5a	6a	7a	8a	
1974	4.576	1.931	1.268	772	607	-
1975	7.045	2.604	1.916	1.584	941	53,90
1976	7.306	3.081	1.922	1.355	984	3,70
1977	12.090	4.117	2.706	1.959	3.308	65,40
1978	11.693	4.321	3.220	2.457	1.695	(3,20)
1979	16.537	6.567	4.327	3.196	2.447	41,40
1980	18.253	7.156	4.822	3.536	2.739	10,30
1981	20.071	7.650	5.175	4.154	3.092	10,00
1982	22.603	9.150	5.712	4.210	3.531	12,60
1983	26.336	10.987	6.902	4.811	3.636	16,50

FONTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEDUC), Divisão de Estatística
e Pesquisa Educacionais (DEPE).

QUADRO 26

DEMANDA PONTENCIAL PARA O ENSINO DE 1ª GRAU
POPULAÇÃO ATENDIDA E TAXA DE ATENDIMENTO
RONDÔNIA
1980 - 83

ANO	DEMANDA PONTENCIAL 7 - 14 ANOS	POPULAÇÃO ATENDIDA	TAXA DE ATENDIMENTO
1980	108330	74780	69,03
1981	125656	90865	72,31
1982	145523	97068	66,70
1983	168653	113082	67,05

FONTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEDUC), Divisão
de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE).

QUADRO 27
DEMANDA PONTENCIAL, POPULAÇÃO ATENDIDA NA FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS DE ATENDI-
MENTO NO ENSINO DE 1º GRAU SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	REDE MUNICIPAL		REDE PARTICULAR		TOTAL GERAL		
	DEMANDA						
	PONTENCIAL	Polulação	Taxa de	Polulação	Taxa de	Polulação	
		Atendida	Atendimento	Atendida	Atendimento	Atendida	
		(%)		(%)		(%)	
RONDÔNIA	16.853	109.318	64,82	3.764	2,23	113.082	67,05
Porto Velho	37.665	25.597	67,96	2.262	6,01	27.859	73,97
Ariquemes	12.412	7.656	61,68	81	0,65	7.737	62,33
Jaru	10.937	6.494	59,38	-	-	6.494	59,38
Ouro Preto do Oeste	16.601	7.870	47,41	-	-	7.870	47,41
Ji-paraná	18.138	12.689	69,96	257	1,42	12.946	71,38
Presidente Médici	7.380	4.978	67,45	-	-	4.978	67,45
Cacoal	26.188	17.576	97,11	690	2,63	18.266	69,74
Pimenta Bueno	8.047	4.794	59,57	-	-	4.794	59,57
Espigão do Oeste	3.328	2.075	62,35	-	-	2.075	62,35
Vilhena	5.475	3.796	69,23	124	2,26	3.920	71,49
Colorado do Oeste	13.501	9.336	69,15	-	-	9.336	69,15
Guajará-Mirim	8.375	5.649	67,45	350	4,18	5.999	71,63
Costa Marques	1.136	808	71,13	-	-	808	71,13

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística
e Pesquisa Educacionais (DEPE)

(1) Dados não ajustados.

QUADRO 28
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADO NO ENSINO OFICIAL URBANO DE 1º GRAU EM 30 DE ABRIL
POR SÉRIE E IDADE
RONDÔNIA
ABRIL 1963

SÉRIES	IDADE															TOTAL	ÍNDICE
	-7	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	+18	DE ASSÍNCRONIA		
1a	1.135	6.178	4.995	3.180	1.989	1.223	886	484	215	33	7	5	1	1	20.332	70	
2a	23	484	2.675	3.156	2.542	1.854	1.385	929	481	108	15	4	4	1	13.661	80	
3a	-	12	351	1.690	2.136	2.047	1.632	1.104	606	219	56	6	4	-	9.863	83	
4a	-	-	13	353	1.254	1.655	1.697	1.360	23	426	147	26	7	2	7.963	84	
5a	-	-	-	54	543	1.196	1.687	1.817	817	1.478	1.074	617	232	472	1.087	89	
6a	-	-	-	5	20	219	691	988	1.190	1.129	943	658	453	606	6.902	86	
7a	-	-	-	-	2	15	128	449	633	775	789	670	511	839	4.811	91	
8a	-	-	-	-	-	-	4	85	337	507	613	555	526	1.009	3.636	91	
TOTAL	1.158	6.674	8.034	8.438	8.486	8.209	8.110	7.216	302	4.675	3.644	2.541	1.738	2.930	78.155	-	

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEUC), Divisão de Estatística e Pesquisa educacionais (DEPE)

QUADRO 29
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADO NO ENSINO MUNICIPAL RURAL DE 1º GRAU
EM 30 DE ABRIL
RONDÔNIA
ABRIL 1983

ETAPAS	IDADE														TOTAL
	-7	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	+18	
I	0,8	5625	6336	5479	4471	3027	2283	1435	880	379	148	78	11	12	31769
II	4	38	521	1260	2076	2311	2237	1806	1178	654	285	116	45	19	12550
III	-	7	66	244	634	1041	1416	1595	1343	935	508	209	92	31	8121
TOTAL	1589	5670	923	6983	7181	6379	5936	4836	3401	1968	941	403	163	63	52440

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa educacionais (DEPE)

QUADRO 30
MATRÍCULA NO ENSINO OFICIAL URBANO DE 1º GRAU EM 30 DE ABRIL
POR FAIXA ETÁRIA
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	FAIXA ETÁRIA						
	TOTAL	-7 ANOS		7 A 14 ANOS		15 E MAIS ANOS	
		ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
RONDÔNIA	78155	1158	1,50	61469	78,50	15528	20,00
Porto Velho	29572	341	1,10	23156	78,40	6072	20,50
Ariquemes	5072	118	2,30	4070	80,20	884	17,50
Jaru	2414	83	3,40	1990	82,50	341	14,10
Ouro Preto do Oeste	2118	22	1,00	1707	78,10	456	20,90
Ji-paraná	9183	94	1,00	7305	79,50	1784	19,40
Presidente Médici	2037	45	2,20	1528	75,00	463	22,80
Cacoal	7853	39	0,50	6330	80,50	1484	19,00
Pimenta Bueno	2982	98	3,30	2448	82,10	436	14,60
Espigão do Oeste	1177	-	-	930	79,00	247	21,00
Vilhena	4251	144	3,50	3456	81,20	651	15,30
Colorado do Oeste	4069	158	3,80	3293	81,00	618	15,20
Guajará-Mirim	6589	15	0,20	4682	71,10	1892	28,70
Costa Marques	771	-	-	574	74,40	197	25,60

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística
e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 31
ÍNDICE DE EVASÃO E REPETÊNCIA NO ENSINO MUNICIPAL URBANO
NA 1ª SÉRIE DO 1º GRAU
RONDÔNIA
1982

REGIÃO ADMINISTRATIVA	MATRÍCULA		EVASÃO		MATRÍCULA NO FIM DO ANO		SITUAÇÃO DO FIM DO ANO			
	TOTAL						APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO	
		Número	%		Número	%	Número	%	Número	%
RONDÔNIA	20.585	6.066	29,47	14.519	70,53	10.367	50,36	4.152	20,17	
Porto Velho	7.305	1.782	24,39	5.523	75,61	4.232	57,94	1.291	17,67	
Ariquemes	1.270	396	31,18	874	68,82	518	40,79	356	28,03	
Jaru	747	303	30,06	444	69,94	298	39,90	146	19,50	
Ouro Preto do Oeste	651	196	30,10	455	69,90	267	41,00	188	28,90	
Ji-paraná	2.802	938	33,50	1.864	66,50	1.287	45,90	577	20,57	
Presidente Médici	378	123	32,60	255	67,40	160	42,30	95	25,10	
Cacoal	1.843	625	33,90	1.218	66,10	899	48,80	319	17,30	
Pimenta Bueno	929	289	31,11	640	68,89	391	42,09	249	26,80	
Espigão do Oeste	333	114	44,30	219	65,70	165	49,50	54	16,20	
Vilhena	1.145	415	36,24	730	63,76	586	51,18	144	12,58	
Colorado do Oeste	1.285	411	31,90	874	68,10	637	49,60	237	18,50	
Guajará-Mirim	1.679	435	25,91	1.244	74,09	836	49,79	408	24,30	
Costa Marques	218	39	17,89	179	82,11	91	41,74	88	40,37	

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 32
ÍNDICE DE EVASÃO E REPETÊNCIA NO ENSINO MUNICIPAL URBANO
NA 5ª SÉRIE DO 1º GRAU
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	MATRÍCULA		EVASÃO		MATRÍCULA NO FIM DO ANO		SITUAÇÃO DO FIM DO ANO			
	TOTAL						APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO	
		Número	%		Número	%	Número	%	Número	%
RONDÔNIA	10539	3345	31,74	7194	68,26	4937	46,84	2257	21,42	
Porto Velho	3539	811	22,92	2728	77,08	1984	56,06	744	21,02	
Ariquemes	680	189	27,80	491	72,20	301	44,26	190	27,94	
Jaru	395	195	49,10	202	51,90	107	27,00	95	23,90	
Ouro Preto do Oeste	298	112	37,90	184	62,10	131	44,20	53	17,90	
Ji-paraná	1467	555	37,90	912	62,10	564	38,40	348	23,70	
Presidente Médici	225	83	36,90	142	63,10	103	45,80	39	17,30	
Cacoal	1330	508	38,20	822	61,80	654	49,20	168	12,60	
Pimenta Bueno	404	148	36,63	256	63,37	193	47,77	63	15,60	
Espigão do Oeste	188	83	44,10	105	65,90	52	27,70	53	28,20	
Vilhena	583	194	33,28	389	66,72	268	45,97	121	2,75	
Colorado do Oeste	486	199	41,00	287	59,00	159	32,70	128	26,30	
Guajará-Mirim	842	233	27,67	609	72,33	379	45,01	230	27,32	
Costa Marques	102	35	34,31	67	65,69	42	41,18	25	24,51	

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística
e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 33
ÍNDICE DE EVASÃO E REPETÊNCIA NO ENSINO RURAL
1º GRAU NA 1ª ETAPA
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	MATRÍCULA		EVASÃO		MATRÍCULA FIM DO ANO		SITUAÇÃO DO FIM DO ANO			
	TOTAL						APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO	
		Número	%		Número	%	Número	%	Número	%
RONDÔNIA	31643	8276	26,2	23367	73,8	2264	7,1	21103	66,7	
Porto Velho	1312	334	25,5	976	74,5	192	14,6	786	59,9	
Ariquemes	2690	866	32,2	1824	67,8	3	0,1	1821	67,7	
Jaru	3308	917	27,7	2391	72,3	-	-	2391	72,3	
Ouro Preto do Oeste	3707	877	23,7	2830	76,3	-	-	2830	76,3	
Ji-paraná	3003	774	25,8	2229	74,2	25	0,8	2204	73,4	
Presidente Médici	2362	612	25,9	1750	74,1	241	10,2	1509	63,9	
Cacoal	7313	2022	27,6	5291	72,4	1522	20,8	3769	51,6	
Pimenta Bueno	1277	279	21,8	998	78,2	18	1,4	980	76,8	
Espigão do Oeste	896	221	24,7	675	75,3	219	24,4	456	50,9	
Vilhena	345	118	34,2	227	65,8	-	-	227	65,8	
Colorado do Oeste	4280	980	22,9	3300	77,1	-	-	3300	77,1	
Guajará-Mirim	926	225	24,3	701	75,7	1	0,1	700	75,6	
Costa Marques	224	51	22,8	173	77,2	43	19,2	130	58,0	

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 34
ÍNDICE DE EVASÃO E REPETÊNCIA NO ENSINO RURAL
1º GRAU NA 3ª ETAPA
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	MATRÍCULA		EVASÃO		MATRÍCULA NO FIM DO ANO		SITUAÇÃO DO FIM DO ANO			
	TOTAL						APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO	
	Número		%		Número		%		Número	
RONDÔNIA	10.795	3.153	29,2	7.642	70,8	1.308	12,1	6.334	58,7	
Porto Velho	294	61	20,7	233	79,3	73	24,8	160	54,5	
Ariquemes	789	228	28,9	561	71,1	7	0,9	554	70,2	
Jaru	831	246	29,6	585	70,4	-	-	585	70,4	
Ouro Preto do Oeste	1.175	287	24,4	888	75,6	-	-	888	75,6	
Ji-paraná	1.038	270	26,0	768	74,0	14	1,3	754	72,7	
Presidente Médici	978	275	28,1	703	71,9	148	14,9	557	57,0	
Cacoal	3.101	1.223	39,4	1.878	60,6	985	31,8	893	28,8	
Pimenta Bueno	571	96	16,8	475	83,2	13	2,3	462	80,9	
Espigão do Oeste	179	44	24,6	135	75,4	50	27,9	85	47,5	
Vilhena	81	24	29,6	57	70,4	-	-	57	70,4	
Colorado do Oeste	1.461	337	23,1	1.124	76,9	-	-	1.124	76,9	
Guajará-Mirim	208	50	24,0	158	76,0	4	1,9	154	74,1	
Costa Marques	89	12	13,5	77	86,5	16	18,0	61	68,5	

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 35
ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO OFICIAL DE
2º GRAU SEGUNDO DISTRIBUIÇÃO ESPECIAL
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	ALUNOS	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO
RONDÔNIA	9354	100,00
Porto Velho	4709	50,90
Ariquemes	449	4,80
Jaru	156	1,60
Ouro Preto do Oeste	138	1,40
Ji-paraná	1219	13,00
Presidente Médici	93	0,90
Cacoal	761	8,10
Pimenta Bueno	288	3,00
Espigão do Oeste	69	0,70
Vilhena	525	5,60
Colorado do Oeste	259	2,70
Guajará-Mirim	-	-
Costa Marques	-	-

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 36

TAXA DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 15 A 19 ANOS ENSINO PRÉ
NO ENSINO DE 2º GRAU, SEGUNDO REDE DE ENSINO

RONDÔNIA

1983

REGIÃO	DEMANDA	REDE MUNICIPAL		REDE PARTICULAR		TOTAL GERAL	
		Polulação	Taxa de	Polulação	Taxa de	Polulação	Taxa de
ADMINISTRATIVA	PONTENCIAL	Atendida	Atendimento	Atendida	Atendimento	Atendida	Atendimento
			(%)		(%)		(%)
RONDÔNIA	(1)86391	4843	5,61	222	0,26	5065	5,86
Porto Velho	19602	2541	12,96	208	1,06	2749	14,02
Ariquemes	6301	259	4,11	-	-	259	4,11
Jaru	5519	72	1,30	-	-	72	1,30
Duro Preto do Oeste	7947	63	0,79	-	-	63	0,79
Ji-paraná	9493	608	6,40	-	-	608	6,40
Presidente Médici	3783	42	1,11	-	-	42	1,11
Cacoal	13168	343	2,60	14	0,11	357	2,71
Pimenta Bueno	4354	161	3,70	-	-	161	3,70
Espigão do Oeste	1736	35	2,02	-	-	35	2,02
Vilhena	2967	315	10,62	-	-	315	10,62
Colorado do Oeste	6910	127	1,84	-	-	127	1,84
Guajará-Mirim	4227	277	6,55	-	-	277	6,55
Costa Marques	553	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

(1) Dados não ajustados.

QUADRO 37
MATRÍCULA NO ENSINO OFICIAL URBANO DE 2º GRAU EM 30 ABRIL,
DE TURMAS E NÚMERO DE TURMAS E SÉRIE
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	TOTAL		SÉRIES							
			1ª		2ª		3ª		4ª	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
RONDÔNIA	9354	245	4652	115	2851	73	1803	55	48	2
Porto Velho	4709	115	2215	52	1450	36	996	25	48	2
Ariquemes	449	12	221	6	129	3	99	3	-	-
Jaru	156	4	89	2	52	1	15	1	-	-
Ouro Preto do Oeste	138	4	72	2	43	1	23	1	-	-
Ji-paraná	1219	32	649	16	350	9	220	7	-	-
Presidente Médici	93	3	48	1	27	1	18	1	-	-
Cacoal	761	18	375	8	252	5	134	5	-	-
Pimenta Bueno	288	9	137	4	103	3	48	2	-	-
Espigão do Oeste	69	3	31	1	22	1	16	1	-	-
Vilhena	525	17	269	8	165	6	91	3	-	-
Colorado do Oeste	259	7	157	4	78	2	24	1	-	-
Guajará-Mirim	688	21	389	11	180	5	119	5	-	-
Costa Marques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística
e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 38
ÍNDICE DE EVASÃO E REPETÊNCIA NO ENSINO MUNICIPAL URBANO
DE 2º GRAU DE 1ª A 3ª SÉRIE
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	MATRÍCULA		EVASÃO		MATRÍCULA N: FIM DO ANO		SITUAÇÃO DO FIM DO ANO			
	TOTAL						APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO	
			Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
RONDÔNIA	7439	2451	32,95	988	67,05	420	59,42	568	7,63	
Porto Velho	3514	998	28,40	516	71,06	286	65,06	230	6,55	
Ariquemes	367	115	31,34	252	68,66	194	52,86	58	15,80	
Jaru	125	54	43,20	71	56,80	69	55,20	2	1,60	
Ouro Preto do Oeste	133	61	45,86	72	54,14	60	45,11	12	9,03	
Ji-paraná	961	326	33,92	635	66,08	567	59,00	68	7,08	
Presidente Médici	70	31	44,29	39	55,71	34	48,57	5	7,14	
Cacoal	474	163	34,39	311	65,61	279	58,86	32	6,75	
Pimenta Bueno	207	68	32,85	139	67,15	136	65,70	3	1,45	
Espigão do Oeste	70	30	42,86	40	57,14	38	54,29	2	2,85	
Vilhena	543	260	47,88	283	52,12	239	44,01	44	8,11	
Colorado do Oeste	151	75	49,67	76	50,33	53	35,10	23	15,23	
Guajará-Mirim	824	270	32,77	554	67,23	465	56,43	89	10,80	
Costa Marques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 39
HABILITAÇÃO DE DOCENTES NO ENSINO OFICIAL
URBANO DE 1º GRAU
RONDÔNIA
1983

REGIÃO	1ª a 4ª SÉRIE		5ª a 8ª SÉRIE		TOTAL	
ADMINISTRATIVA	-----		-----		-----	
	Total	Habilitados	Total	Habilitados	Total	Habilitados
RONDÔNIA	1344	59,20	866	43,00	2210	52,90
Porto Velho	479	62,20	362	42,00	841	54,20
Ariquemes	59	72,80	40	67,50	99	70,70
Jaru	40	77,50	13	15,40	53	62,30
Ouro Preto do Oeste	33	57,50	27	60,00	60	58,30
Ji-paraná	161	67,70	98	58,20	259	64,00
Presidente Médici	46	23,90	22	50,00	68	32,30
Cacoal	114	71,90	86	39,50	200	58,00
Pimenta Bueno	50	62,00	18	61,10	68	61,70
Espigão do Oeste	30	50,00	23	43,40	53	47,10
Vilhena	67	61,20	62	67,00	129	64,30
Colorado do Oeste	85	34,10	35	-	120	24,10
Guajará-Mirim	165	51,50	74	6,70	239	37,70
Costa Marques	15	13,30	7	-	21	9,52

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 40
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO NO INÍCIO DO
ANO NO ENSINO URBANO DE 1º GRAU
RONDÔNIA
1983

NÍVEL DE ESCOLA- RIDADE		1ª GRAU				1ª GRAU				1ª GRAU			
TOTAL													
GERAL		TOTAL		INCOMPLETO		TOTAL		INCOMPLETO		TOTAL		INCOMPLETO	
REGIÃO													
ADMINISTRATIVA		Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	%	Absoluto	Relativo	%	Absoluto	Relativo	%	
TOTAL		2100	100,00	137	6,50	43,00	1305	62,20	24,40	658	31,30	39,80	
Porto Velho		801	100,00	42	5,25	19,00	489	61,00	14,50	270	33,70	50,00	
Ariquemes		99	100,00	2	2,0	100,00	54	59,50	22,00	38	38,50	29,00	
Jaru		53	100,00	4	7,50	50,00	35	66,00	14,30	14	26,50	85,70	
Ouro Preto do Oeste		60	100,00	3	5,00	-	28	46,00	24,00	29	49,00	37,90	
Ji-paraná		248	100,00	15	6,00	46,60	118	47,50	34,70	115	46,50	54,80	
Presidente Médici		63	100,00	13	21,40	53,80	36	57,20	58,30	14	21,40	7,40	
Cacoal		197	100,00	-	-	-	142	72,00	23,20	55	28,00	40,00	
Pimenta Bueno		68	100,00	4	5,90	100,00	48	70,60	54,10	16	23,50	31,25	
Espigão do Oeste		43	100,00	3	6,90	33,30	31	72,20	32,20	9	20,90	44,40	
Vilhena		108	100,00	5	4,60	20,00	67	62,00	23,80	36	33,40	22,20	
Colorado do Oeste		120	100,00	21	17,50	66,60	79	65,80	43,00	20	16,60	100,00	
Guajará-Mirim		221	100,00	16	7,20	37,50	164	74,30	24,40	41	18,50	87,00	
Costa Marques		19	100,00	9	47,40	77,70	9	47,40	44,40	1	4,30	100,00	

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística
e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 41
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO NO
INÍCIO DO ANO NA ESCOLA OFICIAL RURAL DE 12 GRAU
RONDÔNIA
ABRIL 1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	TOTAL		12 GRAU			12 GRAU			12 GRAU	
	TOTAL		TOTAL			TOTAL			TOTAL	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	%	Absoluto	Relativo	%	Absoluto	Relativo
TOTAL	1754	100,00	748	42,60	88,00	1003	57,20	86,90	3	0,20
Porto Velho	120	100,00	46	38,30	78,20	740	61,70	85,10	-	-
Ariquemes	181	100,00	52	28,70	84,20	129	71,30	87,50	-	-
Jaru	155	100,00	151	97,40	93,50	4	6,60	-	-	-
Ouro Preto do Oeste	185	100,00	67	36,00	88,00	116	63,50	85,30	5	-
Ji-paraná	183	100,00	93	50,80	91,40	90	49,20	93,30	-	-
Presidente Médici	116	100,00	72	62,00	88,80	44	38,00	88,60	-	-
Cacoal	392	100,00	160	39,80	86,25	231	60,00	78,30	1	0,20
Pimenta Bueno	86	100,00	18	21,00	77,70	68	79,00	94,10	-	-
Espigão do Oeste	47	100,00	1	2,00	-	46	98,00	97,80	-	-
Vilhena	14	100,00	12	85,70	58,30	2	24,30	-	-	-
Colorado do Oeste	204	100,00	47	23,00	93,60	157	77,00	97,45	-	-
Guajará-Mirim	56	100,00	15	26,70	73,30	40	72,00	72,50	1	1,30
Costa Marques	15	100,00	14	93,30	78,50	1	6,70	100,00	-	-

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística

(1) Do total de professores com escolaridade de 22 grau de Rondônia 109 registram curso completo de 22 grau com formação de magis

QUADRO 42
HABILITAÇÃO DO CORPO DOCENTE NO ENSINO OFICIAL
URBANO DE 2º GRAU
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	TOTAL GERAL	LEIGO		HABILITADO	
		Número	%	Número	%
RONDÔNIA	453	246	59,7	207	45,7
Porto Velho	163	41	59,7	82	50,3
Ariquemes	22	7	31,8	15	68,2
Jaru	6	6	100,0	-	-
Ouro Preto do Oeste	20	10	50,0	10	50,0
Ji-paraná	61	42	68,9	19	31,1
Presidente Médici	10	3	30,0	7	70,0
Cacoal	43	32	74,4	11	25,6
Pimenta Bueno	14	3	21,4	11	78,6
Espigão do Oeste	9	5	55,6	4	44,4
Vilhena	30	12	40,0	18	60,0
Colorado do Oeste	23	8	34,8	15	65,2
Guajará-Mirim	52	37	71,2	15	28,8
Costa Marques	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística e Pesquisa Educacionais (DEPE)

QUADRO 43
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO NO ENSINO
OFICIAL URBANO DE 2º GRAU
RONDÔNIA
1983

REGIÃO ADMINISTRATIVA	TOTAL		2a GRAU (1)			3a GRAU		
			TOTAL		INCOMPLETO	TOTAL		INCOMPLETO
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	%	Absoluto	Relativo	%
TOTAL	246	100,00	31	12,60	2,10	215	87,40	30,29
Porto Velho	96	100,00	10	10,40	-	86	89,60	23,20
Ariquemes	6	100,00	-	-	-	6	100,00	33,30
Jaru	-	100,00	-	-	-	-	-	-
Duro Preto do Oeste	6	100,00	-	-	-	6	100,00	100,00
Ji-paraná	22	100,00	2	9,00	-	20	90,00	-
Presidente Médici	-	100,00	-	-	-	-	-	-
Cacoal	39	100,00	3	7,70	-	36	92,30	11,10
Pimenta Bueno	14	100,00	1	7,10	-	13	92,90	15,40
Espigão do Oeste	1	100,00	-	-	-	1	100,00	100,00
Vilhena	30	100,00	8	26,60	24,70	22	73,30	18,20
Colorado do Oeste	6	100,00	-	-	-	6	100,00	16,60
Guajará-Mirim	26	100,00	7	27,00	14,20	19	73,00	31,50
Costa Marques	-	100,00	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), Divisão de Estatística

(1) Não se registram docentes com escolaridade inferior ao 2º grau.